

**PROGRAMA
SUB-REGIONAL DE
AÇÃO DE
GESTÃO INTEGRADA
DE FOGOS RURAIS**

ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

ANEXO II – PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS

ÍNDICE

I - Introdução	4
II – Fichas de Projeto	5
II.1 – Valorizar os espaços Rurais	5
1.1.2.2 Sistema de Informação Cadastral Simplificada	5
1.1.3.2 Programa de Emparcelamento	7
1.2.1.1 Gestão Agregada de Territórios Rurais	8
1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)	11
1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos	12
1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade	15
1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural	17
1.2.2.5 Multifuncionalidade dos Espaços Agroflorestais	20
1.2.3.2 Aumento da remuneração dos Proprietários Florestais	22
II.2 – Cuidar dos espaços Rurais	24
2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)	24
2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas	26
2.1.1.3 Recuperação pós-fogo e intervenção em áreas ardidas de mais de 500ha em articulação com as entidades locais	28
2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os Planos Diretores Municipais (PDM)	29
2.2.1.1 Estabelecer e operacionalizar sistema de informação para coordenação e reporte de gestão estratégica de combustível	31
2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis	32
2.2.1.3 Garantir a Gestão da Rede Secundária	33
2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível	35
2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor	38
2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas	40
2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos	42
2.2.1.9 Uso do fogo como estratégia integrada de gestão florestal rural	46
2.2.2.1 Promover processos de compostagem	49
2.2.2.2 Promover geração de energia à escala local com base em biomassa de sobrantes e matos	53
2.3.1.1 Revisão e Implementação das Regras das Redes de Defesa pelos Privados	55
2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas	57

2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”	59
II.3 – Modificar comportamentos	62
3.1.1.2 Apoio à população na realização de queimas e queimadas.....	62
3.1.1.3 Mecanismo de apoio à realização de queimadas	64
3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas	65
3.1.2.2 Presença das Forças Armadas nas Áreas Críticas	69
3.1.2.3 Rede de Vigilância e Detecção de Incêndios	71
3.1.3.3 Investigação e determinação das causas dos incêndios rurais.....	74
3.2.1.1 Comunicação Integrada para o risco	76
3.2.1.2 Comunicação Especializada de Proximidade.....	79
3.2.1.3 Comunicação das entidades em contexto de emergência	80
3.2.1.4 Formação dos órgãos de comunicação social (OCS) para comunicação de risco	82
3.2.2.1 Práticas pedagógicas nos ensinamentos básico e secundário para o risco	84
II.4 – Gerir o risco eficientemente	87
4.1.1.2 Sistematização dos dados meteorológicos fornecidos a entidades com capacidade de decisão	87
4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR)	91
4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema.....	92
4.1.2.3 Elaboração e implementação dos programas de ação e execução.....	94
4.1.2.4 Normas técnicas e diretivas operacionais	96
4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual.....	98
4.2.2.1 Sistema de Monitorização e Avaliação.....	100
4.2.2.3 Sistema de Lições Aprendidas	102
4.3.1.1 Implementação do modelo organizativo de modo faseado.....	104
4.3.2.3 Gestão da Supressão.....	105
4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR.....	107

I - INTRODUÇÃO

Este volume é anexo integral ao Programa sub-regional de ação da AML (PSA-AML), contendo os conteúdos do Anexo II do documento principal, correspondente aos pressupostos específicos das fichas de projeto, na data de junho de 2025.

Ao abrigo do artigo 12.º do Despacho nº 9550/2022 de 4 de agosto, que enumera os elementos obrigatórios a constar nos Programas Regionais e sub-regionais de ação, o documento principal do Programa sub-regional de ação da AML enuncia a calendarização e orçamento de todas as fichas de projeto, bem como a cartografia referente às normas com produção de efeitos externos.

No entanto, para compreensão do planeamento e iniciativas deste Programa, é considerada insuficiente a leitura apenas dos elementos obrigatórios. Assim, foi decidida a publicação dos pressupostos específicos que orientaram a elaboração de todas as fichas de projeto, num volume independente para conveniência de leitura e consulta.

Os restantes documentos de trabalho e cartografia de apoio à elaboração dos projetos encontram-se disponíveis na plataforma online (Sharepoint) da CSRGIFR da AML, para acesso dos membros da Comissão sub-regional.

II – FICHAS DE PROJETO

II.1 – VALORIZAR OS ESPAÇOS RURAIS

1.1.2.2 SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Com esta ficha pretende-se assegurar o conhecimento cadastral dos territórios que não possuem qualquer tipo de cadastro.
- Conhecer o Cadastro da Propriedade é fundamental para o pleno exercício dos proprietários nos seus direitos e na responsabilização quanto aos seus deveres.
- O projeto BUPi (Balcão Único do Prédio) destinado ao processo de expansão do sistema de informação cadastral simplificada aplica-se, a esta data, aos concelhos que não têm cadastro predial.
- Na Região de Lisboa e Vale do Tejo, em termos de existência de cadastro, colocam-se 2 situações:
 - Áreas sem cadastro - Sub-regiões com territórios sem cadastro (Oeste- Alcobaça, Caldas da Rainha; Médio Tejo - Ourém, Sertã e Vila de Rei)
 - Áreas com cadastro geométrico da propriedade rústica - Sub-regiões com territórios com cadastro, onde é importante perspetivar a sua atualização (Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Área metropolitana de Lisboa)

POSIT

- Todo o território da área metropolitana de Lisboa possui cadastro geométrico georreferenciado
- Município de Cascais apresentou pedido de inscrição no eBUPI

Próximos Passos

- O projeto BUPi não é aplicável à sub-região da área metropolitana de Lisboa.

Contudo, dá-se nota da necessidade urgente de atualização de cadastro, para uma cabal identificação de proprietários, sobretudo, mas não só, em zonas de maior risco.

Pretende-se a mobilização quer a título de planeamento preventivo, para a implementação de medidas que reduzam o risco de incêndio, mas também a possibilidade de mobilização em situações de ocorrência de incêndio. (contactos, conhecimento, informações, etc) ou mesmo operacionalização de recursos (ex.: maquinaria).

A título de sugestão, propõe-se que seja equacionada a adoção de procedimento simplificado para atualização do cadastro à semelhança do verificado nas áreas sem cadastro:

Iniciativas	<ul style="list-style-type: none"> em tudo semelhantes as das áreas sem cadastro, mas direcionadas para a atualização, ie, para Processos de Revisão Administrativa (PRA)
indicadores	<ul style="list-style-type: none"> % de área atualizada; nº de PRA (Processos de Revisão Administrativa) submetidas; nº de PRA harmonizadas, área a eles associados
metas	2030: 60% área com cadastro atualizada
Situação de Referência: a. a situação de referência t0 para o projeto: a dezembro de 2019: totalidade do território com cadastro b. a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: não se aplica	
Indicadores de Referência: <ul style="list-style-type: none"> Nada a referir 	
Outros Indicadores de Execução: <ul style="list-style-type: none"> Nada a referir 	
Valores de Referência: <ul style="list-style-type: none"> Nada a referir 	
Metas: <ul style="list-style-type: none"> % área de cadastro atualizada 	
Fontes de informação: <ul style="list-style-type: none"> eBUPi, DGT e Municípios 	
Outros projetos correlacionados a nível sub-regional: Cluster 1 – Território agregado <ul style="list-style-type: none"> 1.1.2.1 - Sistema Nacional de Informação Cadastral (SNIC) 1.1.3.2 - Programa de Emparcelamento Cluster 3 – Gestão da paisagem e de Combustíveis <ul style="list-style-type: none"> 2.1.1.1 - Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) 	
Cartografia correlata: Cartografia de planeamento: Cartografia de resultado: Não tem cartografia: X	
Observações: <ul style="list-style-type: none"> Nada a referir 	

1.1.3.2 PROGRAMA DE EMPARCELAMENTO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- No referente à estrutura fundiária, e tendo em conta o disposto na Portaria nº 301/2020, de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis, no território da Área Metropolitana de Lisboa, o presente projeto não se aplica.

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto: a dezembro de 2019:** Não se aplica.
a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: Não se aplica.

Indicadores de Referência:

- Não se aplica.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Não se aplica.

Metas:

- Não se aplica.

Fontes de informação

- Não se aplica.

1.2.1.1 GESTÃO AGREGADA DE TERRITÓRIOS RURAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais.
- Verifica-se que uma maioria das ZIF constituídas não representam atualmente uma verdadeira gestão agregada. As entidades gestoras, embora existentes, não têm capacidade de intervenção territorial em escala sendo na maioria dos casos apenas uma entidade legal constituída, mas sem atividade, quer por falta do devido enquadramento legislativo de suporte às ações/atividade, quer pela ausência de um pacto de políticas financeiras adequadas.
- Na grande maioria dos casos, a obrigatoriedade legal de adaptar os planos de gestão florestal (PGF) das ZIF aos programas regionais de ordenamento florestal (PROF) ainda não foi cumprida, não só por não ser considerada uma prioridade face à ausência de recursos financeiros, mas também por falta de capacidade técnica das entidades.
- O incentivo ou apoio á contratação de técnicos por parte das entidades gestoras de ZIF poderá promover a reativação do seu funcionamento e/ou a criação de novas ZIF, respondendo assim às metas adaptadas propostas de indicadores da ficha projeto.
- Entendem-se os contratos programa numa perspetiva faseada, tal que:
 - Contratos programa Fase1. - PGF elaborado/atualizado
 - Contratos programa Fase2. - Programa Operacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais
- Aumento do número de entidades de gestão coletiva (ZIF) em 50% - Existe um histórico de diminuição do associativismo na sub-região, ainda assim expecta-se a dinamização de mais 1 ZIF até 2030, com cerca de 1000 ha, no concelho de Cascais dinamizado pelo município.

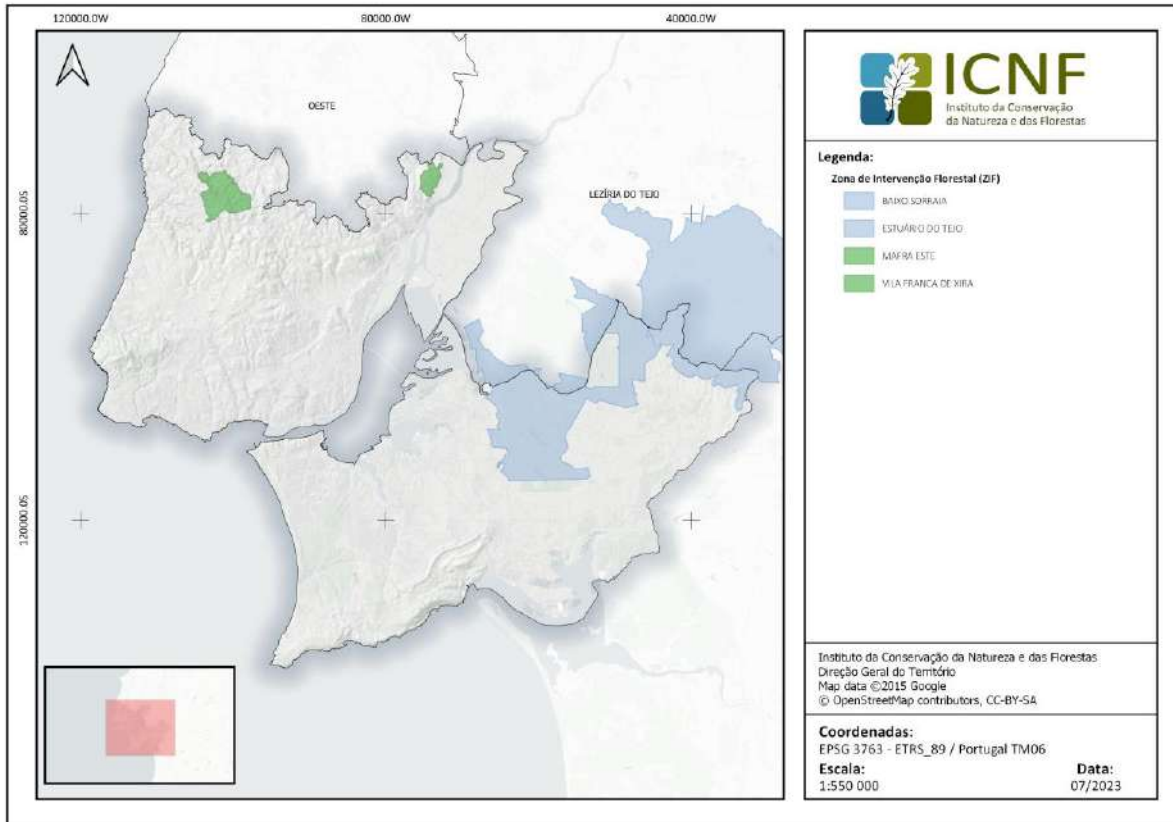
Situação de Referência:

- **Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)** - Visam uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e de aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural. - Na área da AML não existem AIGP's.
- **Zonas de Intervenção Florestal (ZIF)** - Área territorial contínua e delimitada, constituída maioritariamente por espaços florestais, submetida a um Plano de Gestão Florestal (PGF) e administrada por uma única entidade, que se denomina Entidade Gestora da ZIF. - Na sub-região da AML existem 2 ZIF's (Maфра Este e Vila Franca de Xira) que correspondem a 1.11 % território AML (3 358 hectares).
Existem mais 2 ZIF's, que ocupam parte da sub-região da AML (Estuário do Tejo e Baixo Sorraia) mas geridas por entidades que pertencem à sub-região da Lezíria do Tejo, contudo esses hectares são contabilizados nesta ficha/PSA e corresponde a $18\,287 + 4\,324 = 22\,611$ ha.
Assim na AML temos um total de 25 969ha de ZIF.

Indicadores de Referência:

1. Área com atividade silvícola e n.º de entidades aderentes

<p>2. Área de ZIF em gestão total que não integrada AIGP.</p> <p>3. N.º de contratos-programa estabelecidos com PGF ou OIGP</p> <p>4. N.º de PGF e OIGP executados conforme calendário</p> <p>5. Σ Valor do ativo por EGF/UGF/ ZIF</p>
<p>Indicadores de Realização:</p> <p>1. Área com atividade silvícola e n.º de entidades aderentes</p> <p>2. Área de ZIF não integrada em AIGP</p> <p>3. Área de EGF e UGF</p> <p>4. N.º de contratos programas estabelecidos com PGF ou OIGP</p> <p>5. N.º de OIGP executados conforme calendário</p> <p>6. Σ Valor do ativo por EGF/UGF/ZIF</p>
<p>Valores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contrato programa Fase 1 - PGF Atualizado = 50 000,00€ (2 * 25 000€) • Contratos programa Fase 2 - Programa Operacional de GIFR = 220 217.12€ (26 969ha * 8.48€) • Valor total da execução = 271 217.12€
<p>Metas:</p> <p>2024-2025</p> <p>Para Manutenção e/ou Renovação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 50% das ZIF com Contratos programa Fase1. <p>2026</p> <p>Para Manutenção e/ou Renovação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 50% das ZIF com Contratos programa Fase1. <p>2028</p> <p>Para Manutenção e/ou Renovação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 50% das ZIF com Contratos programa Fase2. <p>2029</p> <p>Para Manutenção e/ou Renovação;</p> <ul style="list-style-type: none"> • 50% das ZIF com Contratos programa Fase2. <p>2030</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumento da área gerida por ZIF, UGF e EGF em 4% (cerca de 1 000 ha); • Aumento do número de ZIF em 50% (mais 1 ZIF).
<p>Cartografia:</p>



Observações:

1.2.1.2 PROGRAMAS DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM (PRGP)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Os Programas de Reordenamento e de Gestão da Paisagem (PRGP) são uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP), e destinam-se a planear e programar a transformação da paisagem em territórios de Floresta vulneráveis.
- Os territórios vulneráveis encontram-se delimitados pela Portaria 301/2020 de 24 de dezembro, de acordo com os critérios estabelecidos no Decreto-lei nº 28-A/2020 de 26 de junho, não sendo aplicáveis às freguesias com mais de 40% do território sob perigosidade alta e muito alta de incendio rural, isoladas ou contíguas, cuja área global seja inferior a 200km².
- Nestes termos, a presente ficha não tem aplicação à sub-região da Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que na mesma não existem territórios considerados vulneráveis.

Situação de Referência:

- b) a situação de referência t0 para o projeto: a dezembro de 2019:** Não se aplica.
c) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: Não se aplica.

Indicadores de Referência:

- Não se aplica.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Não se aplica.

Metas:

- Não se aplica.

Fontes de informação

- Não se aplica.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- Não se aplica.

Cartografia correlata:

- Não se aplica.

Observações:

- Não se aplica.

1.2.2.1 MODELO DE FINANCIAMENTO MULTIFUNDOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Esta ficha visa a implementação do Modelo de Financiamento Multifundos, previsto no Programa de Transformação da Paisagem, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 49/2020 de 24/06, designadamente a definição das áreas prioritárias, para onde devem ser direcionados os fundos de financiamento.
- O Modelo de Financiamento Multifundos, referido no n.º 14 da referida RCM, destina-se à canalização de recursos financeiros provenientes do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), do Fundo Ambiental (FA) e do Fundo Florestal (FFP), conforme estabelecido no Anexo V daquele diploma.
- Com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2022 de 7 de janeiro, o Modelo de Financiamento Multifundos passou a conjugar, para a mesma área objeto de apoio, os recursos provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e de outras fontes de financiamento com origem em fundos da União Europeia.

No que diz respeito à tipologia dos apoios, estes corresponderiam a:

- 1) Apoios às ações de investimento;
 - 2) Apoios à manutenção e gestão, em complemento com as operações de investimento;
 - 3) Apoios à gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas.
- Transpondo a metodologia e intervenção proposta a nível regional, a incidência do presente projeto corresponderá à **manutenção e gestão**, tendo em consideração que os demais projetos previstos no Programa Regional de Ação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, de Lisboa e Vale do Tejo, já incluem projetos dedicados à gestão da paisagem (e.g., 2.1.1.1 Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)) e à remuneração dos serviços dos ecossistemas (e.g., 2.1.1.2 Gestão da paisagem e remuneração dos serviços dos ecossistemas).
 - Termos em que, para efeitos de orçamentação, a nível regional foi considerado o valor anual do apoio deverá ser, **no mínimo, 120,00€/hectare – de acordo com o PDR 2020 – podendo considerar-se o valor de 200,00€/hectare, de acordo com o estipulado na intervenção E.11.1 do PEPAC 2023-2027**, o instrumento pelo qual o FEADER é operacionalizado em Portugal, assumindo-se esse pagamento anual referente aos custos de manutenção e gestão, conforme o que a RCM n.º 2/2022 indica.
 - Conforme estabelecido no Plano Regional de Ação, a superfície total elegível a considerar na sub-região da AML, corresponde aos territórios que sejam classificados de acordo com pelo menos um dos seguintes elementos:
 - 4) Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS), i.e., os territórios correspondentes às classes de perigosidade «alta» e «muito alta», de acordo com a Carta de perigosidade de Incêndio Rural (perigosidade estrutural 2020-2030) **(12 569,00ha)**;
 - 5) Territórios vulneráveis, delimitados de acordo com a Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro, com base nos critérios fixados no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho **(inexistentes)**;
 - 6) Áreas ardidas superiores a 500 hectares, entre 2002 e 2021 **(inexistentes)**;
 - 7) Regime Florestal (propriedades florestais administradas pelo Estado) **(4.145,00ha)**;

<p>8) Áreas protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (72.161,31ha, inclui áreas estuarinas);</p> <p>9) Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (neste âmbito, sugere-se que seja atribuída prioridade aos territórios incluídos em ZIF que estejam simultaneamente classificados com pelo menos outro dos elementos anteriores) (26.969,00ha).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Todas estas áreas contêm sobreposições entre si, pelo que a superfície total elegível a considerar, à escala da região, é variável de acordo com os vários cenários, variando também dessa forma o potencial orçamento total necessário. • Na área apurada de ZIF foi considerada a área existente na AML (25.969,00ha) e a área da nova ZIF, prevista na ficha de projeto 1.2.2.1. gestão agregada de territórios rurais (1.000,00ha). • Para atribuir apoios apenas nos territórios classificados como APPS, a superfície total a considerar seria de 12.569,00ha. Considerando um apoio de 200 euros/ha/ano, o orçamento anual necessário corresponderia a 2.513.800,00€ anuais. • A atribuição de apoios numa superfície mais alargada, considerando não apenas as APPS mas também as áreas que compõem o Regime Florestal, as áreas protegidas da região e as ZIF, deduzidas as sobreposições entre cada uma destas, resultará num valor de superfície significativamente maior, sobretudo se atendermos à área de ZIF e das áreas protegidas. • Como tal sugere-se a atribuição de prioridade aos territórios incluídos em ZIF que estejam simultaneamente classificados como APPS, regime florestal ou área protegida e/ou estejam incluídas nas áreas arduas superiores a 500ha. • Como exercício, considerando a área de APPS e área em ZIF (existente e prevista), obtém-se um total de 39.538,00ha, o que se traduziria num valor anual de 7.907.600,00€, para um apoio de 200€/ha/ano.
<p>Situação de Referência:</p> <p>a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: não se aplica.</p> <p>b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: apoios do PDR 2020 e FA, atribuídos para a manutenção e gestão florestal, na sub-região da Área Metropolitana de Lisboa, durante os anos de 2020 e 2021.</p>
<p>Indicadores de Referência:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Investimento total aprovado 2) Candidaturas e investimento aprovado nos territórios vulneráveis 3) Candidaturas e investimento aprovado em áreas de gestão coletiva 4) Beneficiários 5) Hectares instalados e intervencionados por espécie
<p>Outros Indicadores de Execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica.
<p>Valores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica.
<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O PNA considera apenas a meta de cerca de 26.500 hectares instalados e apoiados pelo Programa multifundos até 2024. • Na sub-região da Área metropolitana de Lisboa, poder-se-á considerar uma meta até 2030 de, pelo menos, cerca de 12.569,00ha apoiados (APPS), sendo este valor superior em cenários que incluam também outros territórios, como as ZIF. OS apoios a considerar poderão 200€/ha/ano a alcançar de forma progressiva até 2030.

Fontes de informação:

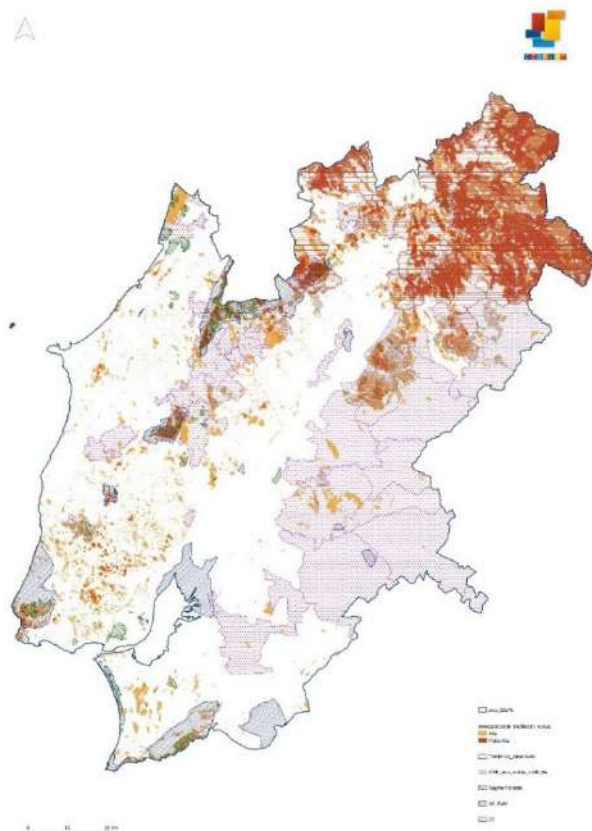
- Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 49/2020, de 24 de junho
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2022, de 7 de janeiro
- Plano Estratégico da PAC (PEPAC) 2023-2027
- Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro
- Carta de perigosidade de Incêndio Rural (perigosidade estrutural 2020-2030)
- Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro
- <https://geocatalogo.icnf.pt/>

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 1.2.1.2
- 2.1.1.1
- 2.1.1.2
- 2.1.1.3
- 2.2.1.5

Cartografia correlata:

Cartografia de resultado: X



Observações:

1.2.2.2 PATRIMÓNIO FLORESTAL CERTIFICADO NUMA ÓTICA DE CIRCULARIDADE

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- A certificação florestal é um instrumento de mercado e voluntário que assegura aos consumidores que determinados produtos florestais, devidamente identificados, foram obtidos segundo práticas de gestão florestal e de transformação industrial, devidamente enquadradas por um conjunto de princípios, critérios e indicadores, as quais foram avaliadas de forma independente por uma entidade certificadora.
- Os principais esquemas de certificação são o Forest Stewardship Council (FSC) e o Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC), e ambos se baseiam numa norma de gestão florestal sustentável, que salvaguarda as funções económicas, ambientais e sociais das áreas florestais.
- Na sub-região da AML já existem áreas públicas com certificação florestal, entre elas a área do Perímetro Florestal da Serra de Sintra e o Perímetro Florestal da Penha Longa (PNSC – Sintra) que se encontra em cogestão com o Parque Sintra – Monte da Lua S.A.
- Universo de certificação florestal em áreas privadas - 2 580 ha;
- Universo de certificação florestal em áreas públicas - 972 ha.

Situação de Referência:

- A soma total de área certificada na região PROF-LVT é 166 695,94 ha, existindo certificados individuais, de grupo e regionais.
- Em área pública florestal existem 972 ha certificados (PNSC – PFSS e PFPL - Sintra);
- Sugere-se como contributo para a meta sub-regional, certificarem-se as áreas da Tapada Nacional de Mafra e a restante área do Perímetro Florestal da Serra de Sintra e Perímetro Florestal da Penha Longa (Cascais), num total de 1 122.29 ha.
- Pretende-se que em 2030 a área pública certificada seja cerca de 2 094.29 ha.

1.2.2.2 | Património florestal com gestão certificada numa ótica da circularidade

Metas Ficha de Projeto	Meta	ano	Valores de referência (€)
Aumentar os produtos e serviços florestais com gestão certificada	30%	2030	
Áreas públicas e baldios com gestão florestal certificada	2 094,29	2030	434 326,23 €
Áreas públicas e baldios com gestão florestal certificada	978,38	2026	

QUADRO	Ano	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	Total 2020-30	Média anual	Custo
Aumentar os produtos e serviços florestais com gestão certificada		0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%		25%	0%	74%		30%	
Áreas sob gestão públicas e baldios com gestão florestal certificada								6,38	-	282,91	-	833,00	1 122,29	280,6	434 326,23 €
								PFPL/ingp		PFSS/engp		TN/Mafra			

Indicadores de Referência:

- % Produtos florestais com gestão certificada
- % Áreas florestais com gestão certificada
- % Áreas de gestão públicas e baldios com gestão florestal certificada

Valores de Referência:

- Aumentar os produtos e serviços florestais com gestão certificada em 30% = 434 326.23€ (387 €/ha * 1 122.29 ha).

Metas:

2026

- 978.38 ha de áreas públicas e baldios com gestão florestal certificadas (PFSS e PFPL – Sintra (972 ha) + PFPL – Cascais (6.38 ha));

2030

- Aumentar em 30% os produtos e serviços florestais com gestão certificada, ou seja, mais 1122.29 ha;
- 2094.29 ha de áreas sob gestão públicas e baldios com gestão florestal certificada.

Fontes de informação

- ICNF, I.P.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

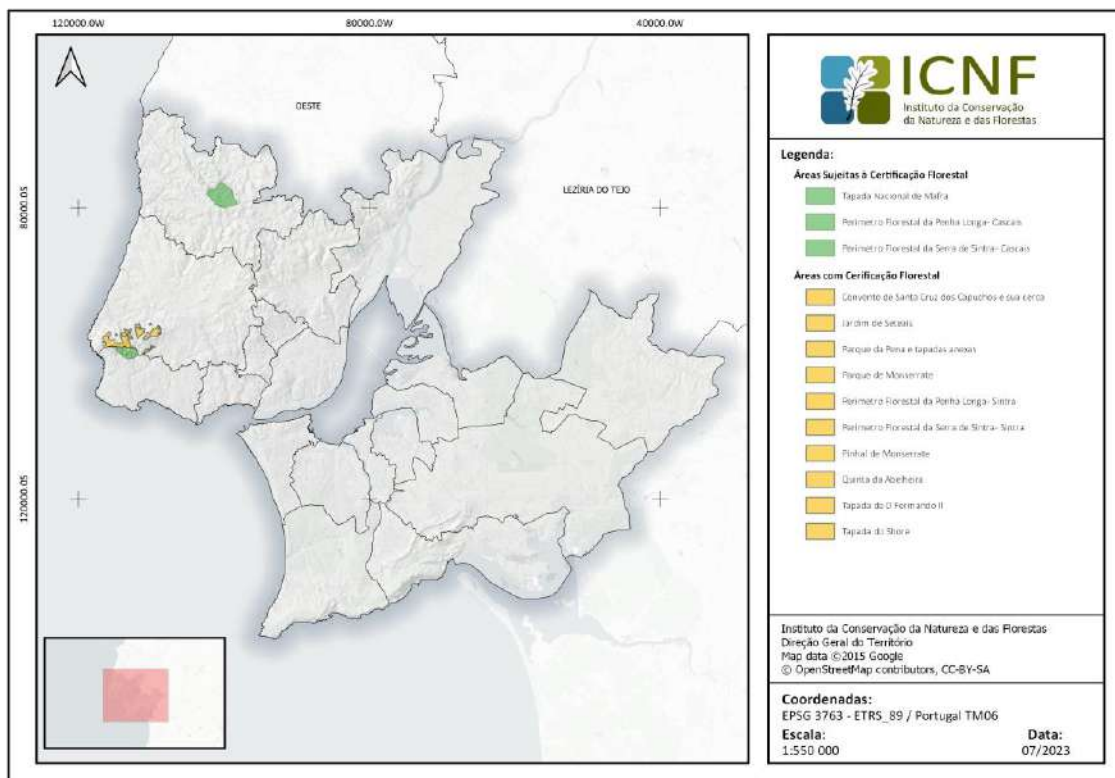
- 1.2.3.2 Aumento da remuneração dos proprietários florestais
- 1.2.3.1 Aumento do rendimento da fileira florestal no território
- 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia:



Observações:

1.2.2.4 DIVERSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA ECONOMIA RURAL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Objetivos do PNA:

- Diversificar e qualificar as atividades económicas ajustadas e compatíveis com modelos de desenvolvimento e de ordenamento sustentáveis e que tirem partido dos recursos endógenos dos territórios rurais.
- Visa enquadrar projetos e iniciativas de investimento que contribuam para a qualificação, inovação e internacionalização das atividades económicas complementares às atividades primárias em meio rural.
- Incluem-se as atividades ligadas à transformação de produções agroindustriais, as produções locais artesanais, as atividades que valorizam e tirem partido do património ornitológico paisagístico e cultural, como as atividades turísticas, as indústrias culturais e criativas ou ainda as ligadas ao saber fazer e às tradições.

Racional de enquadramento:

- Linhas de financiamento adaptadas e com maior especificidade para apoiar o desenvolvimento de atividades económicas que valorizem os recursos endógenos, mas que revelem um grau de inovação e qualificação ao nível dos modos de produção, processos de transformação e comercialização, estratégias de divulgação e marketing, etc...
- Valorização social e económica das atividades associadas aos recursos endógenos de forma a tornarem-se mais atrativas ao investimento, proporcionando maior empregabilidade, melhores rendimentos e contribuindo para a fixação e retenção de ativos
- Incentivos à diversificação do perfil produtivo dos territórios rurais, através do apoio à modernização das empresas instaladas e captação de novas empresas qualificadas, baseados numa maior competitividade económica e atratividade territorial especialmente em regiões do Interior
- Aposta no desenvolvimento de fileiras sub-regionais e regionais (e.g. agroindústria, turismo rural com potencial de afirmação territorial queijo DOP/ castanha/ carne etc.)

Contexto

- No ano de 2021, **residem na Área Metropolitana de Lisboa** um total de 2 870 208 pessoas.
- [Portal do INE](#)
- De acordo com a informação disponibilizada pelo INE, no ano de 2021, a **taxa de desemprego** na Área Metropolitana de Lisboa é de 6,8%, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano de 2019, fixado em 7,1%. Os dados entretanto disponibilizados para o ano de 2022, mostram nova variação, com um aumento da taxa de desemprego para 7,7%.
- Na AML, a taxa de desemprego de longa duração (i.e., população desempregada há 12 ou mais meses), em 2021, correspondia a cerca 3%. No ano de referência de 2019, este valor era de 3,1%. Em 2022, volta a registar-se nova variação para 3,4%.
- Considerando o grande grupo "**Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta**", os dados do **emprego** mais recentes, para a sub-região, revelam um total de 5 mil pessoas, em 2018 (valor mais recente apurado para a sub-região).

- Considerando o CAE “**Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca**”, os dados do **emprego** mais recentes, para a Área Metropolitana de Lisboa, correspondem a cerca de 6,1 mil pessoas, em 2016, não estando disponíveis valores para os anos posteriores.
- O **volume de negócios** relativos ao **comércio a retalho alimentar ou com predominância alimentar**, observado em 2020, correspondeu a cerca de 4,3 mil milhões de euros, na Área Metropolitana de Lisboa. Este valor traduz um aumento de cerca de 28% face a 2011.
- No ano de referência de 2019, os valores observados corresponderam a cerca 4,2 mil milhões de euros, na Área Metropolitana de Lisboa.

- Na região de Lisboa e Vale do Tejo, as **exportações** cresceram de cerca de 16,3 mil milhões de euros, **em 2011**, para cerca de 22,3 mil milhões de euros, **em 2021**, i.e., **um crescimento na ordem dos 37%, correspondendo a uma média de crescimento de cerca de 3,7% ao ano**. Para esta variação da média, as diversas regiões NUTSIII contribuíram de forma diversa, sendo o valor na Área Metropolitana de Lisboa, de cerca de 34%.
- No ano de referência de 2019, os valores corresponderam a cerca de 21,9 mil milhões de anos, para o conjunto da região. A contribuição da área Metropolitana de Lisboa correspondeu a cerca de 18,7 mil milhões de euros.

- A **proporção das exportações que se destinaram a Estados-Membro da UE**, diminuiu, em média, de cerca de 73%, em 2011, para cerca de 67%, em 2021. Para esta variação da média, as diversas regiões NUTSIII contribuíram de forma diversa. Na Área Metropolitana de Lisboa, ocorreu, na realidade, um aumento de cerca de 64% para 65%, nos mesmos anos, por oposição à redução verificada nas restantes sub-regiões LVT.
- No ano de referência de 2019, a proporção em média das exportações que se destinaram a Estados-Membro da UE, na região de Lisboa e Vale do Tejo, correspondeu a cerca de 73%. Também nesse ano, as diversas regiões NUTSIII contribuíram de forma diversa, apresentando a de Área Metropolitana de Lisboa um valor médio de 72%.

- A **intensidade exportadora** (Exportações de bens/PIB*100), entre 2011 e 2020, variou também de forma diversa, consoante a região NUTSIII. Na Área Metropolitana de Lisboa, de 21,2% para 22,6%.
- No ano de referência de 2019, os valores observados corresponderam a cerca de: 1) 20,15% no Oeste; 2) 23,65% no Alentejo; 3) 24,18% na Área Metropolitana de Lisboa; e 4) 24,47% no Médio Tejo.

- No que diz respeito à **taxa de cobertura das importações pelas exportações**, na Área Metropolitana de Lisboa, a taxa correspondeu a apenas cerca de 48,9%, em 2021, e 45,2%, no ano de referência de 2019.

Situação de Referência:

- c) a **situação de referência t0**: caracteriza-se através dos valores observados em 2019 e detalhados no Racional de Enquadramento.
- d) a **execução do biénio 2020-2021 para o projeto**: postos de trabalho, projetos de investimento, e contributos para o volume de negócios e para as exportações, gerados a partir de apoios nos setores relevantes, na área metropolitana de Lisboa, durante os anos de 2020 e 2021.

Indicadores de Referência:

- 1) Aumento dos postos de trabalho criados

- 2) Projetos de investimento apoiados
- 3) Volume de negócios
- 4) Aumento das exportações

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Orçamento: 2 750 000,00 €

(PSA AML: 1/4 do orçamento da ficha regional de 11M€ = 2 750 000,00M€);

(Projetos com investimento mínimo de 40.000 euros e com o investimento máximo por projeto 1 milhão de euros).

Metas:

2023-2030:

- 1) Aumento de 25% dos postos de trabalho criados
- 2) Aumento de 80% de projetos de investimento apoiados
- 3) Aumento de 33% do volume de negócios
- 4) Aumento de 20% das exportações

Fontes de informação

- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 1.2.3.2

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

1.2.2.5 MULTIFUNCIONALIDADE DOS ESPAÇOS AGROFLORESTAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Os sistemas agroflorestais em Portugal Continental correspondem a áreas ocupadas com sobreiros, azinheiras, castanheiros, pinheiros mansos, carvalhos, medronheiros e alfarrobeiras em povoamentos puros ou mistos, que estão principalmente associados com culturas arvenses de sequeiro em rotações longas e/ou com pecuária extensiva de bovinos de carne e/ou pequenos ruminantes, bem como outros aproveitamentos e atividades coletoras (frutos e cogumelos silvestres, plantas aromáticas e medicinais) e apicultura;
- Os sistemas agroflorestais geridos de forma sustentável providenciam diferentes tipos de serviços de ecossistema, com grande relevância para a sociedade, por contribuírem para a resolução de problemas ambientais, preservação e melhoria do solo e contribuir para o sequestro do carbono;
- Na LVT, de acordo com COS 2018, foi apurada a área de 41.269ha de superfícies agroflorestais, (área dominante na Lezíria do Tejo) que por motivos de ordenamento e prevenção de fogos rurais, se torna imperativo reorientar para funções associadas a atividades agro-silvícolas, silvo-pastoris e agrosilvopastoris. Na Área Metropolitana de Lisboa as superfícies agroflorestais ocupam uma área de 10.041 ha (25% do total da LVT), na sua maioria localizadas nos concelhos de Alcochete, Montijo e Palmela e constituídas maioritariamente por sobreiro e algumas áreas com pinheiro-manso. .

POSIT

- A evolução sociodemográfica bem como os preços e mercados agrícolas em Portugal, ao longo das últimas décadas, tem vindo a pôr em causa a viabilidade económica do tipo de atividades vegetais associadas aos sistemas agroflorestais, pelo que se torna imprescindível medidas públicas de apoio à alargamento e manutenção da multifuncionalidade nos espaços agroflorestais.
- Neste ponto, salienta-se que apesar da Sub-região AML não ser a Sub-região a que apresenta maior risco de incêndio (territórios vulneráveis a fogos rurais), importa igualmente diversificar e valorizar estes sistemas agroflorestais estabelecendo objetivos e dotação de meios relativamente ambiciosos para fomentar a manutenção e aumento destes espaços, como parte da estratégia de prevenção de fogos rurais.

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto
 - áreas resinadas - 0 ha
 - número de colmeias - 13.469
 - área de frutos secos e silvestres - 4152 ha dos quais 3978 ha se referem a pinheiro manso - INE RA 2019
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: não estão disponíveis valores de referência para o projeto, para o biénio

Indicadores de Referência:

- N.º de projetos apoiados e investimento (€);
- Novas áreas resinadas (ha);
- Novas colmeias (n.º) e novos apicultores registados (n.º);
- Novas áreas afetadas à fileira dos frutos secos e silvestres (ha).

Valores de Referência:

- Novas colmeias – 60,00€ (valor de colmeia, sem abelhas);
- Aumento de área afeta à fileira dos frutos secos e silvestres – 5.450,00€/ha (valor de referência para amendoeiras, norma de análise do PDR);
- Novas áreas resinadas – sem custos associados;
- Aumento de 10% do investimento em projetos de valorização do capital natural associado aos espaços florestais.

Metas:

- Aumento de 10% do número de colmeias;
- Aumento de 20% de áreas afetadas à fileira dos frutos secos e silvestres (ha);
- Aumento de investimento em projetos de valorização do capital natural associado aos espaços florestais – sem valor de referência.

Fontes de Informação:

- DRAPLVT, DGAV, ICNF, INE, DGT

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2.2.1.7 - Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 2.2.1.4 - Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos

Cargrafia correlata:

Cartografia de planeamento: X

- Superfícies agroflorestais (ha) - COS 2018



1.2.3.2 AUMENTO DA REMUNERAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

- No panorama da Sub-Região da Área Metropolitana de Lisboa é reconhecida a baixa remuneração dos produtores florestais.

Resultado esperado

- Aumento do valor para os proprietários através de uma estratégia sinérgica de diminuição de custos, promoção da multifuncionalidade e aumento da produtividade através da melhoria da gestão e da comercialização de produtos e serviços.
- [A ficha de projeto será elaborada em sede de revisão do PSA-AML.](#)

Situação de Referência:

a. a situação de referência t0 para o projeto (2019), havia registadas na DRCNF LVT, uma OPF de âmbito regional e quatro OPF municipais/ locais.

- 1 OPF Âmbito Regional: AFLOEST, com 4 OPF's associadas e 315 membros certificados;
- 4 OPF âmbito Local:
- APFCAN: 469 associados, 708 proprietários com PIF, 4 ZIF (10.187 ha e 325 aderentes), 1 Grupo de Certificação Florestal (5.081 ha e 667 aderentes);
- APAS Floresta: 458 associados, 4 ZIF (28.886 ha e 3331 aderentes), 1 Grupo de Certificação Gestão Florestal, 1 Grupo Cadeia de Responsabilidade (17 Empresas);
- APFRA: Sem Informação
- FLOREST: Sem Informação

b. n.º de ZIF na região e n.º de hectares abrangidos por ZIF.

Indicadores de Referência:

- Rendimento dos produtores florestais (variação%)
- Aumento do número de proprietários com Planos de Intervenção Florestal (PIF)/PGF
- Aumento do número de aderentes a grupos de certificação florestal e ZIF

Outros Indicadores de Execução: Não se aplica.

Valores de Referência:

- Não se aplica

Metas:

- Não se aplica

Fontes de informação:

- www.icnf.pt
- www.ine.pt
- Portaria n.º 301/2020 de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis com base nos critérios fixados no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho.
- Despacho n.º 643-C/2022, de 14 de janeiro, que aprova o regulamento que define as regras e os procedimentos para a celebração de contratos-programa entre Fundo Ambiental e as Organizações de Produtores Florestais e os Centros de Competências do Setor Florestal

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais
- 1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos
- 1.2.2.2 Património florestal certificado numa ótica de circularidade

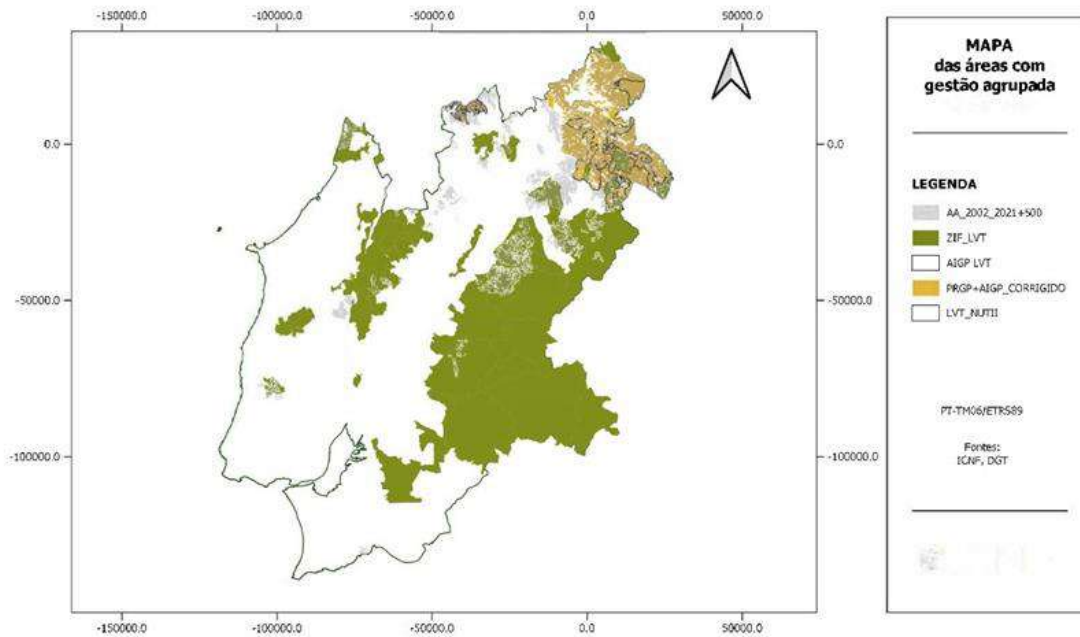
- 1.2.2.3 Apoio a projetos de bioeconomia e economia circular
- 1.2.2.4 Diversificação e qualificação da economia rural
- 1.2.2.5 Multifuncionalidade dos sistemas agroflorestais
- 1.2.3.1 Aumento do rendimento da fileira florestal no território
- 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado: X

Não tem cartografia:



II.2 – CUIDAR DOS ESPAÇOS RURAIS

2.1.1.1 ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DA PAISAGEM (AIGP)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Criar um modelo operativo de gestão agrupada, operacionalizado através de operações integradas de gestão da paisagem (OIGP), em zonas de minifúndio, preferencialmente inseridos nos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), com escala adequada para uma gestão ativa e racional, com a finalidade de promover a gestão e exploração comum dos territórios agroflorestais em zonas de minifúndio e de elevado risco de incêndio.
- Garantir que as AIGP aprovadas constituem as respetivas OIGP no prazo de 24 meses.
- Assegurar a maturidade das que obtiveram parecer favorável, sem financiamento para a constituição à data:
 - * com identificação de entidade gestora;
 - * com cadastro em execução;
 - * elaboração de plano de gestão;

Sub-região da AML:

- AIGP localiza-se dentro do âmbito territorial dum PRGP em vigor ou em curso.
- Podem também ser constituídas AIGP sem a preexistência de PRGP, em Territórios Vulneráveis, definidos pela Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro.
- As datas não se encontram preenchidos estes requisitos **pelo que esta ficha não apresenta concretização.**

Situação de Referência:

- d) a situação de referência t0 para o projeto: a dezembro de 2019: Não se aplica.
a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: Não se aplica.

Indicadores de Referência:

- Não se aplica.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Não se aplica.

Metas:

- Não se aplica.

Fontes de informação:

- Não se aplica.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 1.1.2.2 Sistema de informação cadastral simplificada
- 1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)

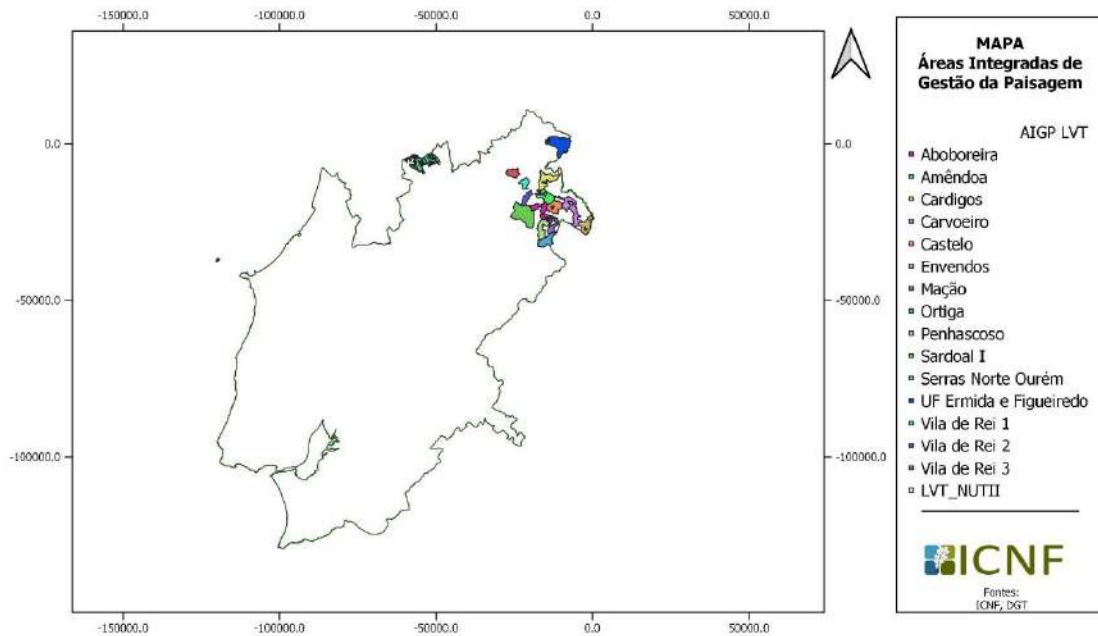
- 1.2.1.1 Gestão agregada de territórios rurais
- 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais com 500 ha e intervir em articulação com as entidades locais
- 1.2.2.1 Modelo de financiamento multifundos

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado: x

Não tem cartografia:



Observações:

2.1.1.2 GESTÃO DA PAISAGEM E REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Este projeto é delineado para áreas com necessidade de alteração da paisagem, nomeadamente do coberto vegetal de espécies mal adaptadas, manchas contínuas de monoculturas, a quebra da continuidade existente tendo em vista a criação de mosaicos de autóctones que contribuam para o valor produtivo, ecológico, biodiversidade e sustentabilidade dos ecossistemas, com especial foco em unidades territoriais ordenados com gestão efetiva, dinâmicas locais ativas e capacidade técnica de promover essa alteração como sejam as ZIF's ou as AIGP's.
- A metodologia adotada para a elaboração da referida ficha de projeto, teve em consideração a seguinte informação de base:

1- Áreas com gestão territorial:

- Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) – n/a
- Zonas Intervenção Florestal (ZIF)

2 - COS 2018

3 - Áreas Ardidadas 2002-2021 (> 500ha)

4- Áreas sob regime florestal e áreas protegidas

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o presente projeto: não aplicável na situação atual
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: não aplicável na situação atual

Indicadores de Referência:

- a) 100% De execução em 2030 – 5 241 ha
- b) 20% De execução nas áreas definidas como prioritárias em 2025

Valores de Referência:

- a) 2020-2030: Área gerida através de programas de gestão estratégica de combustível = 628 929€ (120€/ha * 5 241 ha).

Metas:

- a) Identificação e planeamento de áreas piloto
- b) 2030: Implementação de áreas piloto (625.8ha)

Fontes de informação:

- c) DGT (COS2018, AIGP, PRGP); ICNF (ZIF, RNAP, Regime florestal, Áreas ardidadas)

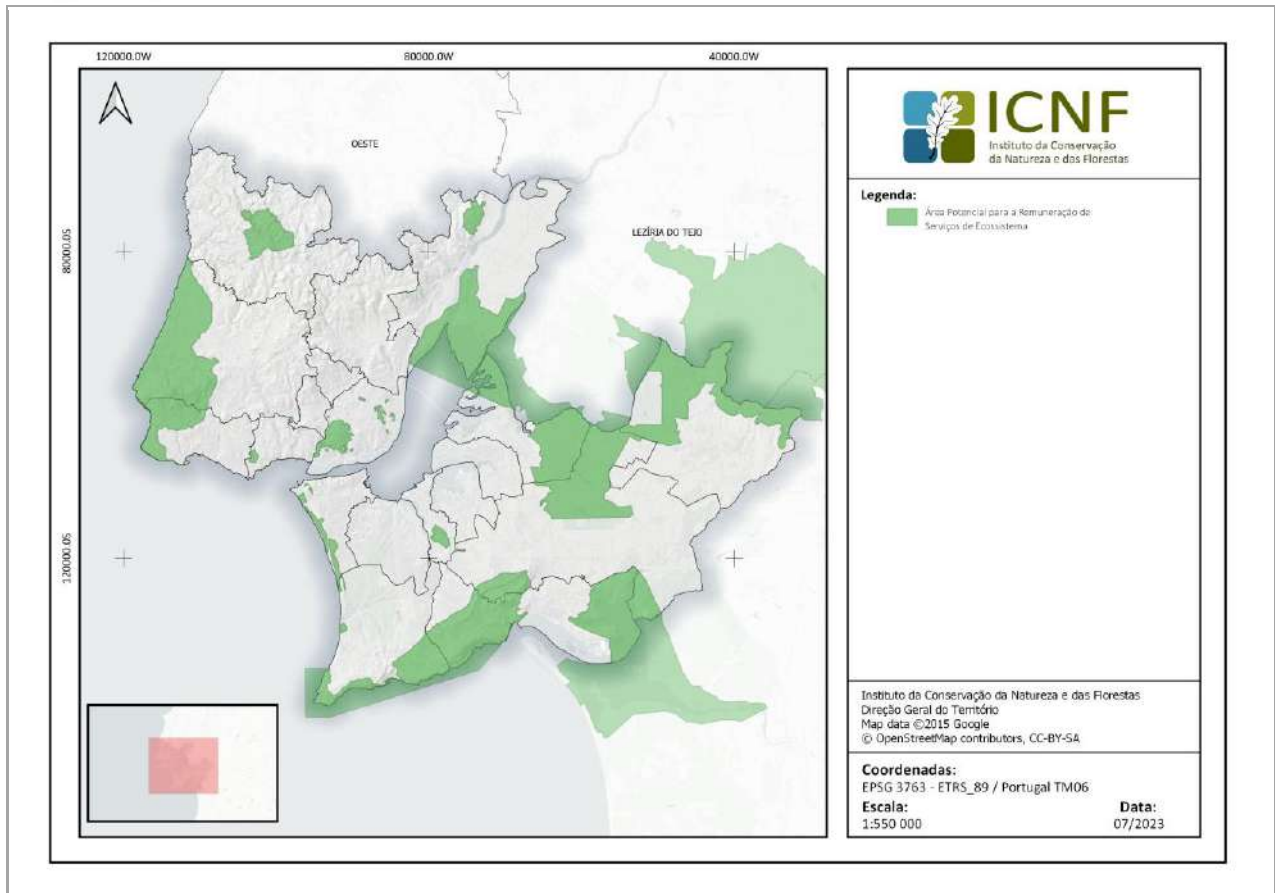
Outros projetos correlacionados:

- 1.2.3.1 - Aumento do rendimento da fileira florestal e silvo pastoril no território
- 1.3.1.1 - Medidas fiscais e financeiras na gestão dos espaços florestais

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: x

Cartografia de resultado: x



2.1.1.3 RECUPERAÇÃO PÓS-FOGO E INTERVENÇÃO EM ÁREAS ARDIDAS DE MAIS DE 500HA EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES LOCAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
<p>Racional de enquadramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Com esta ficha pretende-se uma melhoria da articulação entre entidades envolvidas no combate e no pós-evento e maior foco no planeamento pós-evento. Os dois objetivos sub-regionais passam pela criação de uma equipa por NUT III especializada e dedicada à recuperação do pós evento, envolvendo o ICNF, os municípios, as OPF, entre outros; a criação de um programa de formação focado na recuperação de áreas ardidas, indo ao encontro desta forma da Diretiva Operacional para a Recuperação de Áreas Ardidas (DORAA), conforme contextualizado no Programa Nacional de Ação do PNGIFR.
<p>Situação de Referência:</p> <p>a) t0 Elaboração de REE para todas as ocorrências com área ardida superior a 500ha</p> <p>b) Triénio 2020-2022 0 REE elaborados.</p> <p>c) No ano de 2022 foi elaborado um REE pelo município de Palmela.</p>
<p>Indicadores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> Elaboração de relatórios de estabilização de emergência; Garantir a realização do Relatório de Estabilização de Emergência no prazo máximo de 15 dias após a ocorrência do incêndio; Criação de brigadas para intervenção imediata pós-incêndio para reparação pós-supressão e estabilização de emergência;
<p>Valores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> Valores dos REE 2020-2022; REE IR Palmela (2022) – 201 263.91€; Orçamento para a sub-região da AML – 3 257 100€ (corresponde a 23.5% da área da Região LVT).
<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2024: 100% de áreas ardidas >500 ha com Relatório de Estabilização de Emergência (com financiamento assegurado para as atividades de recuperação); 2024: Execução do proposto nas fichas/relatórios de estabilização de emergência 2030: 100% Áreas atingidas com fundos de apoio a curto e longo prazo
<p>Fontes de Informação:</p> <p>ICNF</p>
<p>Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2.1.1.1. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) 2.1.1.4 Transpor os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) para os (PDM) 1.2.1.2 Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP)
<p>Cartografia correlata:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cartografia de planeamento: / Cartografia de resultado: /Não tem cartografia: X

2.1.1.4 TRANSPOR OS PROGRAMAS REGIONAIS DE ORDENAMENTO FLORESTAL (PROF) PARA OS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS (PDM)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
<p>Racional de enquadramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> Adaptar as disposições dos PDM para assegurar um alinhamento da estratégia de desenvolvimento e modelo territorial adotados nas áreas rurais de forma a preservar a paisagem e os recursos florestais locais.
<p>Situação de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> Na Área Metropolitana de Lisboa a situação de referência é a seguinte: <ul style="list-style-type: none"> T0 para o projeto 2019: 1 PDM adaptado com Programa Regional de Ordenamento Florestal (Cascais). A execução do biénio 2020-2021 para o projeto: 1PDM adaptado com Programa Regional de Ordenamento Florestal (Sintra).
<p>Indicadores de Referência:</p> <ol style="list-style-type: none"> N.º PDM adaptado com PROF % De PDM adaptado com PROF
<p>Outros Indicadores de Execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> % da área de abrangência dos PROF adaptados com aos PDM N.º de PDM adaptado ao PROF.
<p>Valores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não se aplica.
<p>Metas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 2026: 100% dos PDM com PROF transpostos
<p>Fontes de informação</p> <ul style="list-style-type: none"> ICNF, I.P. Divisão de Ordenamento do Território DRCNF-LVT
<p>Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> 4.1.2.3 Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR) 4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais 4.1.3.3 Alteração da lei das transferências das autarquias
<p>Cartografia correlata:</p> <ul style="list-style-type: none"> Cartografia de planeamento: Cartografia de resultado:
<p>Observações:</p> <ul style="list-style-type: none"> *O prazo para adaptação dos PDM aos PROF previsto no RJIGT terminou a 31 de dezembro de 2024, (Decreto-Lei n.º 117/2024, de 30 de dezembro, o prazo estabelecido no n.º 2 do artigo 199.º do RJIGT). <p>De acordo com o previsto na Lei n.º 53-A/2025, de 9 de abril, os PDM podem ver as suas normas urbanísticas suspensas, caso os municípios não demonstrem fundamentadamente que a conclusão da</p>

revisão deste IGT se encontra em conclusão ou cujo atraso tenha ocorrido por motivos que não lhes seja imputado.

- Os prazos poderão ser prorrogados pela CCDR no desenvolvimento dos IGT que se encontrem a decorrer, sendo analisado caso a caso.

2.2.1.1 ESTABELECE E OPERACIONALIZAR SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA COORDENAÇÃO E REPORTE DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE COMBUSTÍVEL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um sistema de informação e reporte de gestão estratégica de combustível assegurando um alinhamento com os objetivos dos programas de ação do SGIFR
Situação de Referência: <ul style="list-style-type: none"> como referência t0 para o projeto: sistema de informação não implementado. a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: trabalhos em curso para normalização da apresentação da informação base para a implementação do sistema.
Indicadores de Referência: <ul style="list-style-type: none"> Implementação do sistema de informação % De municípios com reporte de dados da gestão de combustíveis através do sistema de informação
Outros Indicadores de Execução: <ul style="list-style-type: none"> Não se aplica.
Valores de Referência: <ul style="list-style-type: none"> Sem orçamento sub-regional (sistema único nacional).
Metas: <ul style="list-style-type: none"> 2022: Novo sistema integrado de informação desenvolvido 2023: 100% do território coberto com sistemas de identificação e reporte
Fontes de informação <ul style="list-style-type: none"> ICNF, Entidades Intermunicipais, Municípios
Outros projetos correlacionados a nível sub-regional: <ul style="list-style-type: none"> 4.1.2.1 Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR)
Cartografia correlata: Não se aplica.
Observações: Não se aplica.

2.2.1.2 GARANTIR A GESTÃO DA REDE PRIMÁRIA DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Esta ficha pretende assegurar a gestão e conservação da rede primária e a uniformidade e coerência do traçado a nível regional de acordo com os seguintes critérios:
 - A sua eficiência no combate a incêndios de grande dimensão;
 - A segurança das forças responsáveis pelo combate;
 - O valor socioeconómico, paisagístico e ecológico dos espaços rurais;
 - As características fisiográficas e as particularidades da paisagem local;
 - O histórico dos grandes incêndios na região e o seu comportamento previsível em situações de elevado risco meteorológico;
 - As atividades que nelas se possam desenvolver e contribuir para a sua sustentabilidade técnica e financeira.
 - RVF associada

Contudo não tem aplicabilidade nesta fase á sub-região.

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto: a dezembro de 2019: Não se aplica.
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: Não se aplica.

Indicadores de Referência:

- Não se aplica.

Outros Indicadores de Execução:

Não se aplica.

Valores de Referência:

- Não se aplica.

Metas:

- Não se aplica.

Fontes de informação:

- Não se aplica.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária
- 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor
- 2.2.1.6 Gestão de galerias ribeirinhas
- 2.2.1.7 Promover o apoio ao pastoreio extensivo com rebanhos
- 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
- 2.1.1.1. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

- Não se aplica.

Observações:

2.2.1.3 GARANTIR A GESTÃO DA REDE SECUNDÁRIA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- As redes secundárias de faixas de gestão de combustível visam reduzir os efeitos da passagem de incêndios, protegendo de forma passiva vias de comunicação, infraestruturas e equipamentos sociais, zonas edificadas e formações florestais e agrícolas de valor especial e isolamento de potenciais focos de ignição de incêndios.
- Foram compilados os dados enviados por todas as entidades responsáveis pela gestão de combustível, de acordo com o n.º 1, do artigo 49.º do DL 82/2021, de 13 de outubro, para o período 2020-2030 ao nível Regional e Sub-Regional.

Situação de Referência:

- a) Como situações de referência t0 para o projeto foram consideradas as áreas com gestão de combustível efetiva e áreas de gestão de combustível acumulada na rede secundária FGC, executadas e planeadas pelas entidades responsáveis.
 - **Área de Gestão de Combustíveis Efetiva** corresponde à área afeta à Rede Secundária de Faixas de Gestão de Combustíveis (RSFGC), sob a responsabilidade de cada entidade nos termos do n.º 1, do artigo 49º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro;
 - **Área de Gestão de Combustíveis Acumulada** corresponde ao somatório das áreas intervencionadas ciclicamente, por cada entidade com as responsabilidades definidas nos termos do n.º 1, do artigo 49º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro;
- b) Para esta Ficha de projeto foram usados os valores da área com gestão acumulada e os valores €/ha dados pelas Entidades, para cálculo da estimativa de orçamento.

Indicadores de Referência:

- 1) Prioridades de intervenção (Plano de Execução Anual)
- 2) Monitorizar a gestão de combustível efetiva na rede secundária de faixas
- 3) Taxa de execução nas áreas prioritárias

Outros Indicadores de Execução:

- Taxa de execução do projeto inscrito em programa de ação Sub-regional e PME;

Valores de Referência:

- 1) Foram considerados os valores enviados pelas entidades com as responsabilidades definidas nos termos do n.º 1 do artigo 49º do DL n.º 82/2021, de 13 de outubro;
- 2) Não foi possível obter os valores associados às alíneas b), Produtos Petrolíferos, alíneas e) e f) (área e €/ha).

Metas:

- 2023-2030: 35 297 ha * com gestão de combustível efetiva
- Acumulado 2030: 250 456 ha** com gestão de combustível acumulada
- 2030: Taxa de cumprimento superior a 95% nas áreas prioritárias

Fontes de informação:

- ICNF, Municípios. Entidades gestoras das infraestruturas

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2.2.1.4 – Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 2.2.1.5 – Proteção de áreas de elevado valor
- 2.2.1.6 – Gestão de galerias ribeirinhas

2.2.1.4 ÁREAS ESTRATÉGICAS DE MOSAICOS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- As áreas estratégicas de gestão de mosaicos de combustível visam minimizar os efeitos e dimensão dos incêndios rurais, através da sua implementação em locais estratégicos. O PNA tem como um dos objetivos principais reduzir a percentagem de incêndios com mais de 500 ha. Identificaram-se as zonas ao nível regional com maior potencial para deflagrarem estes eventos, consideradas prioritárias para a instalação de mosaicos e respetivas metas para o horizonte temporal 2020-2030.
- Para a definição das áreas de maior potencial foi utilizada a cartografia das áreas ardidadas para o período 1975-2020 onde foi efetuado o cálculo da recorrência, a este produto foi sobreposta a cartografia dos Territórios com Potencial para Grandes Incêndios 2022 (TPGI 2022) e no final validada com a cartografia das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança (APPS).

$$\text{Cálculo prioridade} = \text{N}^{\circ} \text{ de anos desde ultimo incêndio} - \text{Periodo de retorno}$$

- Foram definidas duas prioridades de intervenção, a primeira que consiste em áreas que arderam mais que uma vez e que o período de retorno já foi ultrapassado, na segunda prioridade foram incluídas as áreas que ainda se encontram dentro do período de retorno.
- Do cálculo da recorrência de Incêndios obtivemos uma área potencial com aproximadamente 217.000 hectares o que corresponde a 35% dos territórios ocupados com Floresta, Matos e Pastagens e Improdutivos na região. Estabilizada esta área e considerando as prioridades 1 e 2 obtivemos uma área de 55.000 hectares que correspondem a 25% da área potencial, validadas pela sobreposição com as APPS e Territórios com Potencial para Grandes Incêndios 2022 (TPGI 2022)

Tendo em conta que a área apresentada para áreas de Gestão de Combustíveis em Mosaicos é potencial na cartografia apresentada e a área de trabalho selecionada para metas foi calculada com base na categorização e vectorização de priorização afeta à recorrência dos eventos com mais de 500ha, o modelo de análise deverá “assentar” essencialmente na seguinte continuidade de análise:

- Reverificação de Ocupação do solo com maior detalhe;
- Definição de valores naturais e florestais a priorizar;
- Análise geo-espacial e qualitativa do histórico das ocorrências para as áreas selecionadas no PRA na sub-região NUT III;

Análise geo-espacial dos pontos de abertura de incêndios (fonte: DGT/ICNF);

- Análise de eixos de propagação e locais paragem de incêndios (Fonte: ICNF);
- Definição das AEGC e especificação das atuações específicas;
- Validação de campo da primeira proposta de atuação;
- Elaboração da informação geográfica das AEGC e caracterização da intervenção nas mesmas.

Entregáveis:

- Informação geográfica área potencial para intervenção, produto intermédio para priorização e Territórios com Potencial para Grandes Incêndios 2022 (TPGI 2022)

Situação de Referência:

- Do cálculo da recorrência de incêndios obtivemos uma área potencial com aproximadamente 6420 hectares na sub-região AML.
- Priorizada a área potencial e considerando a prioridade definida anteriormente obtivemos uma área de **1197 hectares** que correspondem a 19% da área potencial, validada pela sobreposição com as APPS e Territórios com Potencial para Grandes Incêndios 2022 (TPGI 2022).
- **Como referência t0 para o projeto:** considerou-se a execução de Mosaicos de parcelas de gestão de combustível através das equipas de Sapadores Florestais e equipas do Corpo Nacional de Agentes Florestais.

NUT III	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Área Metropolitana de Lisboa	139.8	231	229.4	205.9	200.5	173.2	179.3	168.9	190	973.6	264.8	291.9	290.6	318.22

- **Execução do triénio 2020-2022 para o projeto:** 900.72 ha = (2020 – 291.9 ha + 2021 – 290.6 há + 2022 – 318.22 ha).

Indicadores de Referência:

- Área (ha) com implementação e manutenção de mosaicos

Outros Indicadores de Execução:

- Os entregáveis apresentam uma área potencial e uma priorização que devem servir para o apoio a tomada de decisão ao nível sub-regional aquando da definição dos locais de implementação dos mosaicos, o que não invalida que sejam definidos noutras áreas do território, desde que considerados relevantes e com fundamentação pelos atores que intervêm nesse nível de planeamento.

Valores de Referência:

- Considerou-se como valor de referência 1200 €/ha para instalação e 900 €/ha para manutenção.
- 1197 ha com intervenção (1 197 ha de instalação/ 747 ha de manutenção) de AEMGC = 2 108 700€ (1 200€/ha * 1 197ha + 900€/ha * 747ha)

Metas:

2023-2030:

- **Área com instalação – 1 197ha;**
 - 35 % Matos com gestão de combustível = 419 ha
 - 20 % Gestão de densidades = 239 ha
 - 15 % Reconversão de ocupação = 180 ha
 - 30 % Redução de biomassa = 359 ha
- **Área com manutenção - 747ha.**

Fontes de informação:

- ICNF

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

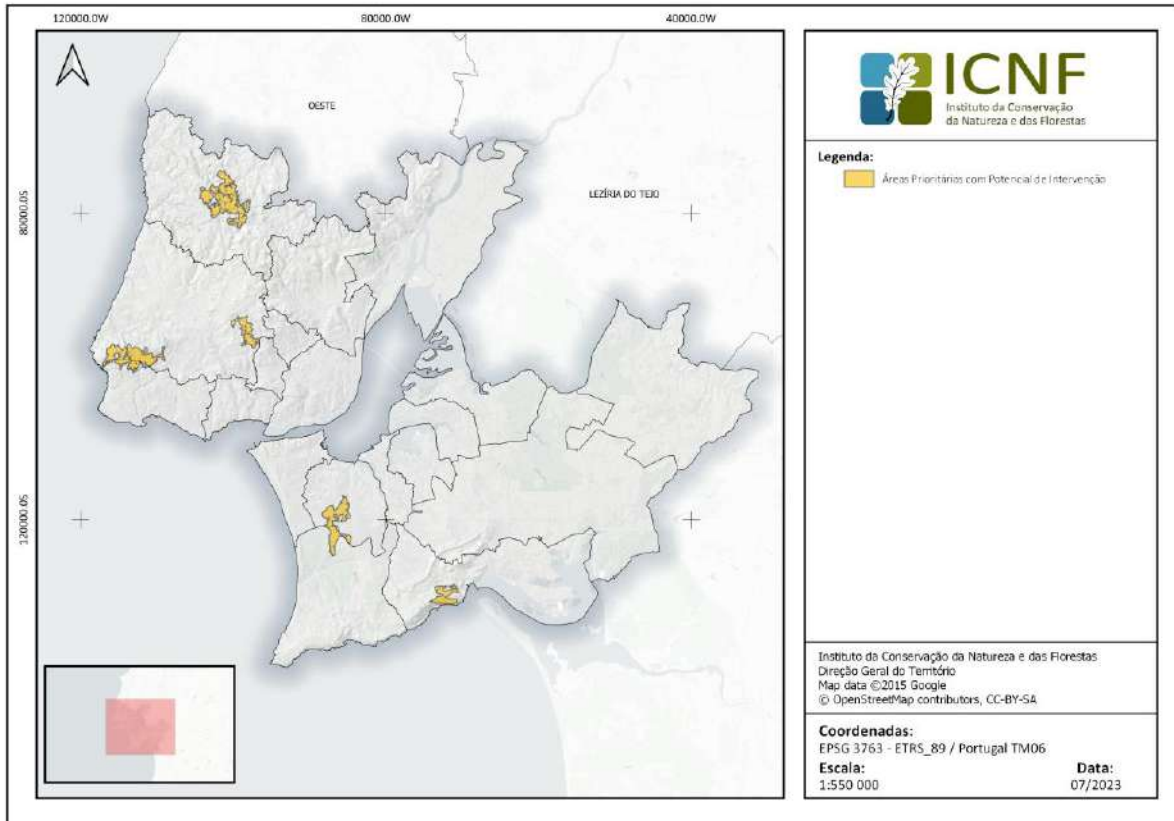
- 2.2.1.3 a 2.2.1.7 Cluster 4 Gestão de Combustível
- 2.1.1.3 Recuperação Pós Fogo

- 2.3.1.2 Gestão de Combustível dos Aglomerados Rurais
- 2.1.1.1 AIGP

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X

Cartografia de resultado: X



2.2.1.5 PROTEÇÃO DE ÁREAS DE ELEVADO VALOR

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Como ponto de partida foram selecionadas como áreas de valor os territórios correspondentes a Regime Florestal e Áreas Classificadas.
- Identificadas em casa área as zonas que se enquadram em APPS e não quais não existem condicionantes que impossibilitem a realização de trabalhos de gestão de combustível, de acordo com a ficha do PNA propõe-se a seguinte distribuição. nas áreas mapeadas, as zonas prioritárias de proteção e valores a proteger e dentro destas foi diagnosticada a situação atual relativamente à ocupação do solo (de acordo com a COS 2018) e quantificadas as áreas de intervenção por tipologia:
 - a) ha de matos com gestão de combustível;
 - b) ha com gestão de densidades;
 - c) com ações de reconversão da ocupação (não considerada em PRA)
 - d) com ações de redução da biomassa em povoamentos florestais;
- Com base neste diagnóstico considerou-se uma meta de intervenção na ordem do 20% do território identificado com ocupação de matos ou floresta e que se traduz da área total 3060ha.

Situação de Referência:

- a) **a situação de referência t0 para o projeto 2019:** elaborados projetos piloto com componente DFCI para 3 áreas protegidas
- b) **a execução do biénio 2020-2021 para o projeto:** elaboração 1 projeto piloto (com gestão estratégica de combustíveis) para área protegida

Indicadores de Referência:

- Cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental
- % de áreas com valor com Planos de Gestão de Combustíveis (PGC)
- % de execução dos PGC das áreas com valor
- Área tratada com fogo controlado, meios mecânicos e motomanuais e pastoreio dirigido
- Área com gestão de densidades por espécie
- Área com ações de reconversão de ocupação por espécie
- Área com ações de redução da carga de combustível por espécie

Outros Indicadores de Execução:

- Cartografia das áreas de elevado valor económico, cultural e ambiental
- % de áreas com valor com Planos de Gestão de Combustíveis (PGC)
- % de execução dos PGC das áreas com valor

Valores de Referência:

- Considera-se como valor de referência para gestão de combustíveis 1 250€/ha e 2 500€/ha para as ações com gestão de densidades = 920 000€

Metas:

- **2023** - Mapa de áreas com elevado valor;

- 2030 - Área gerida através de programas de gestão estratégica de combustíveis 67 ha/ano, num total de 636 ha de área gerida.

Fontes de informação

- ICNF

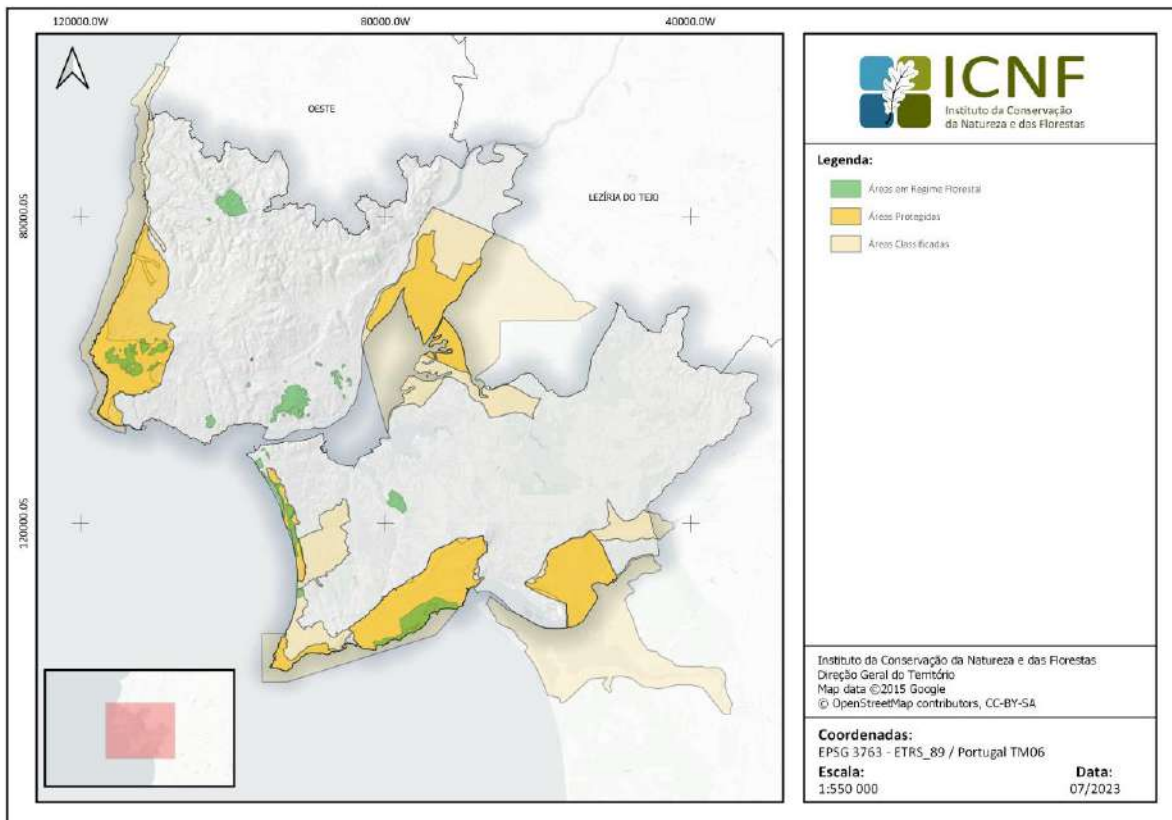
Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7 Executar o programa plurianual de gestão de combustível
- 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais 500 ha
- 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais
- 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X

Cartografia de resultado:



Observações:

2.2.1.6 GESTÃO DE GALERIAS RIBEIRINHAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Devido à sua elevada produtividade primária, as galerias ribeirinhas apresentam geralmente elevadas cargas de combustível, mas é comum o fogo consumir estas áreas com menor intensidade em zonas com galerias extensas e bem estruturadas.
- Por outro lado, em vales encaixados com cursos de água de pequena dimensão e efémeros, o baixo teor de humidade dos combustíveis associado à especificidade topográfica local poderá originar fogos de grande intensidade.
- Desta forma importa escolher criteriosamente os locais a intervir com enquadramento em normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas salvaguardando os valores naturais existentes

Situação de Referência:

- Levantamento em curso

Indicadores de Referência:

- Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais
- Extensão de galerias ribeirinhas com plano de ação executado

Outros Indicadores de Execução:

- Mapa das galerias ribeirinhas estratégicas para a compartimentação dos espaços florestais
- ha de galerias ribeirinhas com plano de ação executado

Valores de Referência:

- 2 000€/ha * 844 ha (>20 mts de largura) = 1 688 000€

Metas:

- 2026: Mapa de galerias ribeirinhas prioritárias elaborado;
- 2023 - 2030: gerir anualmente 105.6 ha de galerias ribeirinhas prioritárias;
- 2023 - 2030: 844 ha de galerias ribeirinhas prioritárias geridas.

Fontes de informação:

- ICNF

Outros projetos correlacionados a nível regional:

- 2.2.1.3 a 2.2.1.7 Executar o programa plurianual de gestão de combustível
- 2.1.1.3 Recuperação pós fogo e intervenção em áreas ardidas de mais com 500 ha e intervir em articulação com as entidades locais
- 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
- 2.1.1.1 Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

- Necessidade de normas técnicas de atuação que considerem a redução do perigo de incêndio através da instalação e gestão de galerias ribeirinhas salvaguardando os valores naturais existentes

2.2.1.7 PROMOVER O APOIO AO PASTOREIO EXTENSIVO COM REBANHOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

A metodologia de base para a elaboração da ficha regional de pastoreio, teve como base para a área potencial de implementação das metas para a região de Lisboa e Vale do Tejo a seguinte informação:

Ficha de projeto 2.2.1.2 garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustível;

Ficha de projeto 2.2.1.4 gestão estratégica de mosaicos de gestão de combustível;

- COS 2018
- Áreas submetidas a regime florestal;
- Áreas protegidas;
- APPS a data elaboração

A adaptação a realidade da sub-região da AML assenta nos seguintes pressupostos:

- As áreas da declinação da informação geográfica para a escala sub-regional da ficha do PRA, onde são identificadas as áreas com maior potencial para aplicação da ficha.
- É possível a extensão a territórios de floresta, matos, pastagens naturais e improdutos abrangidos pelos Territórios com potencial para grandes incêndios rurais 2025.
- Territórios em APPS.
- É possível utilizar o efetivo animal já existente ou aumentar o efetivo nas áreas onde se considere necessário.

Notas:

Pastoreio extensivo – O pastoreio cujo encabeçamento não ultrapassa 1,4 CN/ha, podendo este valor ser estendido até 2,8 CN/ha, desde que sejam assegurados 2/3 das necessidades alimentares do efetivo em pastoreio.

Ovinos e Caprinos com mais de 1 ano correspondem a 0,15 Cabeças Normais.

Pastoreio extensivo (FAO) – Pastoreio em áreas de vegetação espontânea.

Tabela IFN com floresta, matos, pastagens e improdutos na AML:

IFN		
NUTS III	Uso do solo	mil ha
ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	Floresta	66.26
	Matos e pastagens	74.67
	Improdutos	5.03
	total	145.96

Situação de Referência:

- a situação de referência t0 para o projeto em 2022: não há projetos em curso

Indicadores de Referência:

- c) Número de hectares com gestão de combustível efetuado com recurso ao pastoreio extensivo.
- d) Número de equídeos, bovinos, ovinos e caprinos de raça autóctone apoiados em regime extensivo.

Outros Indicadores de Execução:

- Número de pastores formados.
- Número de Jovens Agricultores instalados com projetos de investimento em pastoreio extensivo.
- Número de detentores do estatuto de agricultura familiar com projetos de investimento em pastoreio extensivo.

Valores de Referência:

Área de pastoreio no ano de início de pastoreamento - 150 euros/ha;

Área de manutenção nos restantes anos - 25 euros/ha*

*Com instalação de pastagem - acresce 20 euros/ha no ano da instalação

Metas:

2030: 228 hectares (19% da meta do PRA) com gestão de combustível efetuada com recurso a pastoreio extensivo.

2030: 167,2 hectares (19% da meta do PRA) de manutenção efetuada com recurso a pastoreio extensivo

2030: 2 projetos de gestão de combustível efetuada com recurso a pastoreio extensivo apoiados

Fontes de informação

ICNF

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

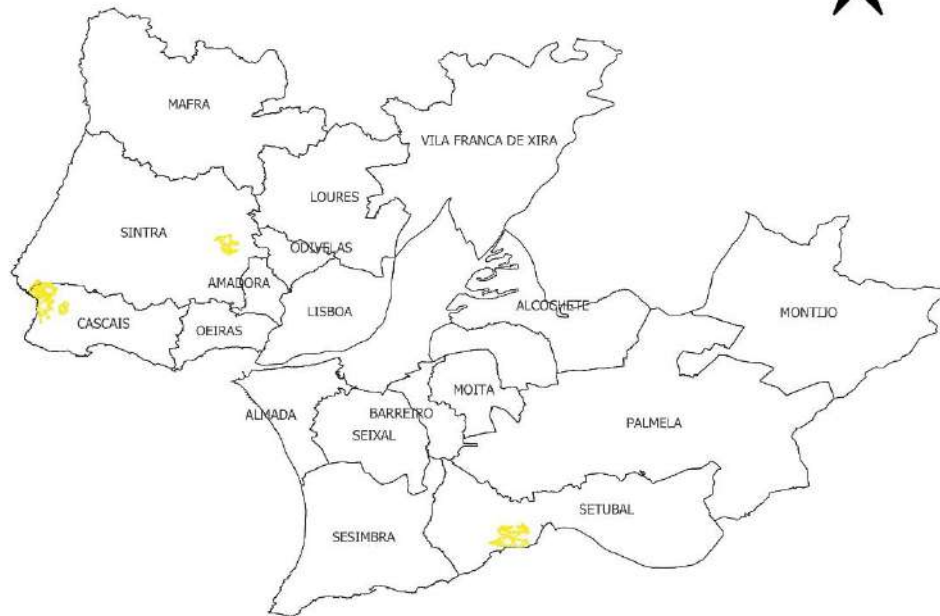
Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X

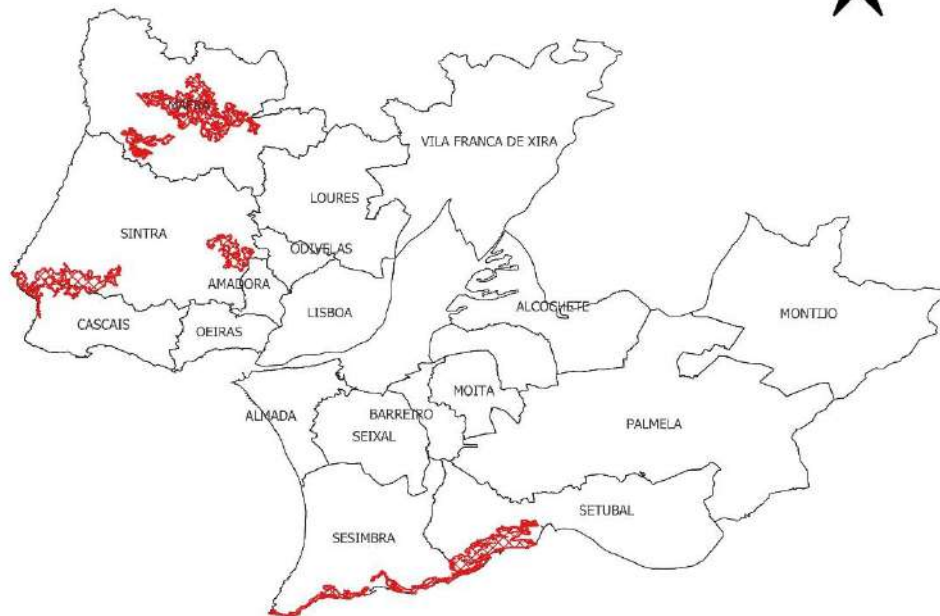
Cartografia de resultado:

Não tem cartografia:

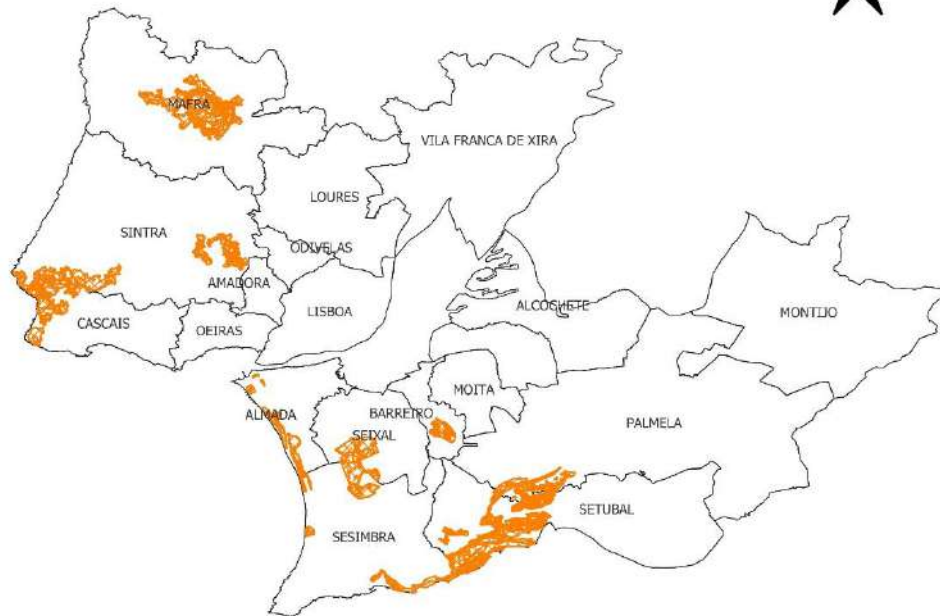
**Territórios com potencial para
pastorícia PRA**



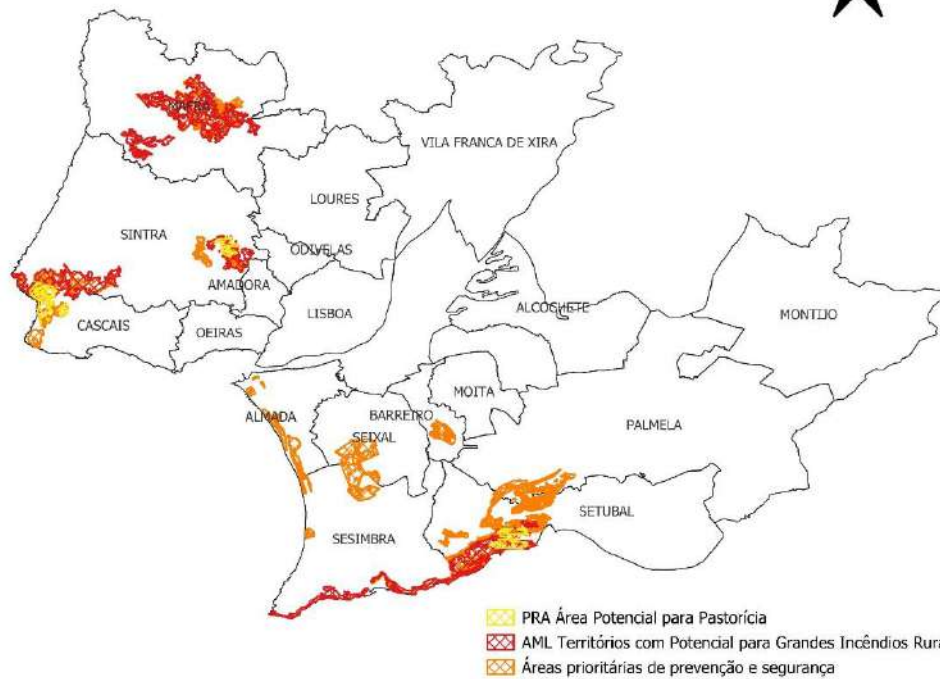
**Territórios com potencial para
grandes incêndios**



Áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS)



ÁREAS POTENCIAIS PARA PASTORÍCIA



2.2.1.9 USO DO FOGO COMO ESTRATÉGIA INTEGRADA DE GESTÃO FLORESTAL RURAL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Com este projeto pretende-se dinamizar a técnica de fogo controlado em territórios sem história ou com baixa execução, sobretudo em áreas com potencial para grandes incêndios. As ações que o materializam têm como prioridade alargar a utilização de fogo controlado em matos e em sob coberto florestal, em particular povoamentos de pinheiro-bravo, manso e eucalipto, ou povoamentos mistos de pinheiro e sobreiro, associada a outras técnicas silvícolas, como desbastes nos bastios.
- Para além disso, irá também usar-se o fogo técnico para ações de treino operacional e formação, para melhoria da coordenação e integração dos vários agentes do DECIR.
- Foram planeados 2 tipos de ações por NUTS III para cumprir cada um dos objetivos propostos.
- **Ação tipo 1:** Execução de área de gestão de combustíveis, anuais com a participação dos GTF's, técnicos de fogo controlado, gestores florestais, com aplicação da técnica de fogo controlado em matos e sub coberto de povoamentos mistos.
- **Ação tipo 2:** Eventos anuais de simulação de incêndio rural com utilização de fogo técnico e exemplificação de técnicas de ignição e manobras com uso de fogo, envolvendo os vários agentes do SGIFR.
- Este projeto carece de revisão anual, para que, à medida que se cumpram os objetivos iniciais, se avance para a utilização de fogo controlado como ferramenta regional de gestão de combustíveis, sobretudo em espaços florestais inseridos em Rede Nacional de Áreas Protegidas e/ou Regime Florestal. Podem também ser incluídas áreas de gestão de combustíveis com uso do fogo controlado, em Rede Primária e Mosaicos, sendo que a cartografia deve nesta fase só refletir a potencialidade do uso desta técnica, onde existem com Planos de Fogo Controlado já aprovados ou ainda a aprovar.
- Relativamente ao fogo de gestão, conceito que ainda carece de alguma definição técnica mais específica, aguarda-se clarificação para a sua aplicação.

Situação de Referência:

- a) **A situação de referência a t0 para o projeto a dezembro 2021:** existência de ações isoladas realizadas nos municípios no âmbito da formação
- b) **A execução do triénio 2021-2022 para o projeto:** era de 1 a 2 ações de demonstração/treino com Fogo Controlado

Indicadores de Referência:

- N.º de ações de treino com fogo controlado realizadas em larga escala com a participação de intervenientes e agentes do SGIFR (e.g. Flamework, ATO com uso de Fogo Controlado em 2022).
- Número de ações de promoção e dinamização do fogo controlado em espaços florestais inseridos em Rede Nacional de Áreas Protegidas e/ou Regime Florestal

Outros Indicadores de Execução:

- a) Número de ações de comunicação e informação estratégica à comunidade e setores á escala regional (e.g. ATO Cascais, Mafra ou Stª Margarida)
- b) N° e área de fogos de gestão nos incêndios rurais (não contemplado em PRA LVT)
- c) Número de regulamentos municipais de gestão de combustível e/ou uso de fogo em fase de elaboração/implementação, incluindo Planos de Fogo Controlado aprovados

Valores de Referência:

- Considerou-se como valor de referência para cada ação de Fogo Controlado 120€/ha e 500€ por iniciativa de treino/promoção do fogo controlado.
- 2023 - 2030 = 360ha * 120€/há + 27 * 500€ = 56 700€

Metas:

2023-2030:

- Área gerida com recurso a Fogo Controlado = 360 ha
- 27 Iniciativas de treino, promoção do fogo controlado na sub-região.

Fontes de informação:

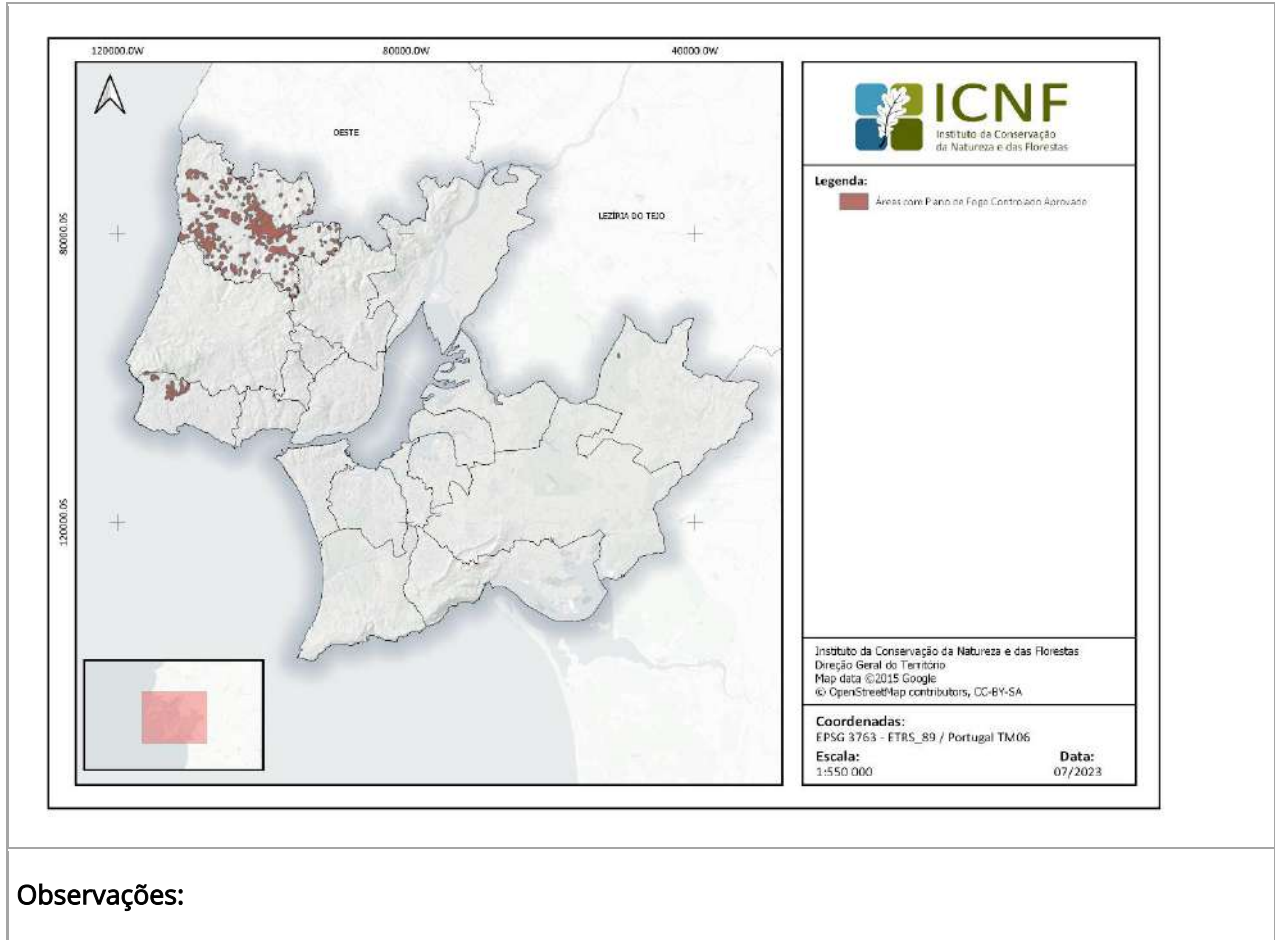
- ICNF

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2.2.1.4 a 2.2.1.7 "gestão de combustível"
- 3.1.1.1 Regulamentar e implementar o uso do fogo
- 4.3.2.4 Definição de critérios para classificação como fogo de gestão
- 4.4.2.1 Programa de Intercâmbio de Peritos Internacionais

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X



2.2.2.1 PROMOVER PROCESSOS DE COMPOSTAGEM

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- A presente ficha visa promover a utilização da compostagem por parte dos proprietários, de forma otimizar a gestão de recursos e fomentar a utilização de processos de reaproveitamento orgânicos que preservem as propriedades do espaço rural, em alternativa à queima de sobrantes.

Objetivo:

- Implementação de programas de compostagem nos municípios com áreas prioritárias;
- Redução de queimas e combustível sujeito a risco de incêndio nas áreas rurais;
- Definição de estratégias para a implementação de uma cadeia de receção, transporte e encaminhamento de sobrantes para auxiliar os proprietários na gestão da compostagem;
- Assegurar a partilha e mobilização de equipamentos para trituração e compostagem entre municípios limítrofes.

Resultado esperado:

Reduzir o uso do fogo (queimas) e melhor gestão de combustível, por ação do programa de compostagem.

A metodologia usada para este projeto foi transposta da ficha correspondente do plano regional de ação.

Situação de Referência:

- a situação de referência t0 para o projeto:
 - n.º de unidades de compostagem em 2022
 - n.º de queimas e queimadas em 2022

Indicadores de Referência:

- N.º de autarquias com iniciativas de compostagem em vigor
- N.º de queimas vs agricultores aderentes ao programa de compostagem
- Redução do número de ignições nas freguesias aderentes

Outros Indicadores de Execução:

n.a.

Valores de Referência:

- No orçamento proposto para a presente sub-região da AML, tomou-se como referência os critérios e valores apurados no programa regional, num rácio de 1 equipamento por cada dois municípios, numa ótica de partilha.
- Tendo em consideração que na AML existem 18 municípios, estima-se um total de 9 bio trituradores, com um valor base de 35 000,00€ (valor referente a um bio triturador/destroçador de verdes rebocável, com capacidade de trituração na ordem dos 180 mm– 230 mm).
- Este valor de referência traduz-se num investimento de **315 000,00€**
- Sendo que existe uma grande disparidade entre municípios, tanto em termos de ocupação do solo, ocorrência de incêndios e perigosidade de incêndio florestal, a distribuição de equipamentos deve ser ajustada à realidade das necessidades de cada município, podendo existir a necessidade de existir 1 equipamento/município.

Metas:

- 2030: 60% das autarquias em áreas prioritárias com programa de compostagem
- 2030: 40% de redução do número de queimas devido ao programa de compostagem na sub-região da AML

Fontes de informação

- Da ficha do PRA (ICNF, DGT, Municípios)

Outros projetos correlacionados a nível regional:

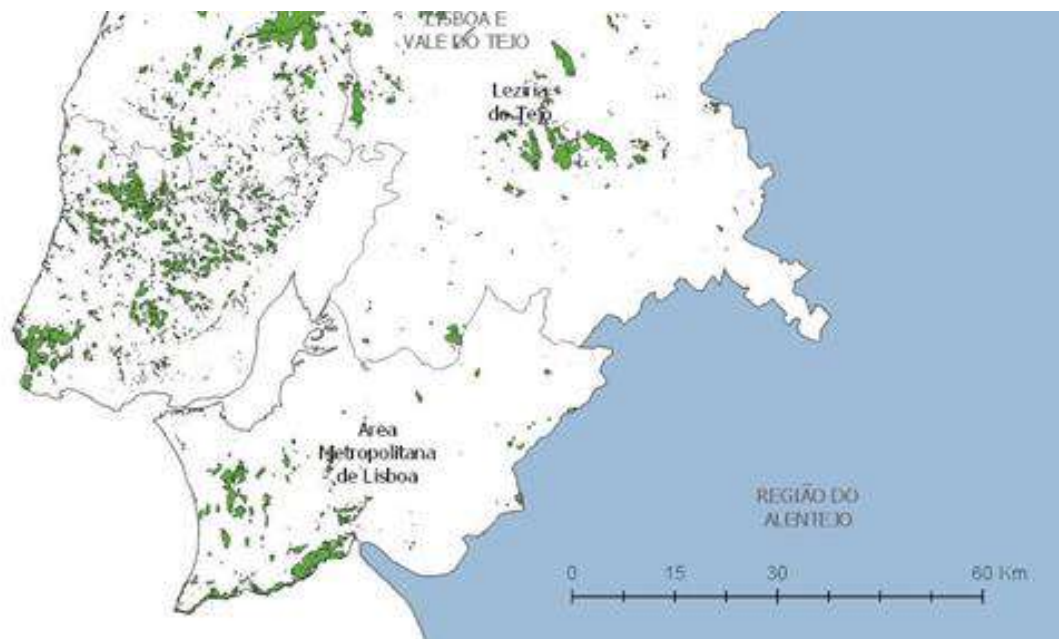
- 3.2.1.2 – Comunicação especializada de proximidade

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

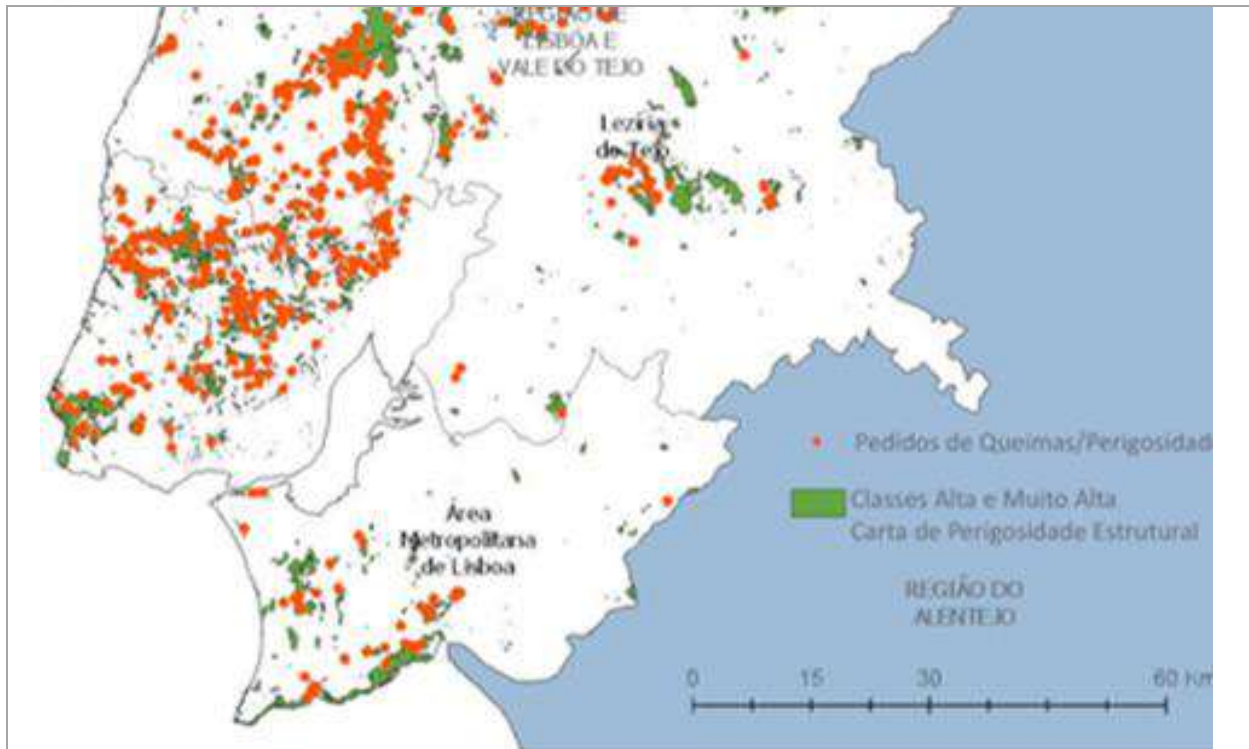
 Cartografia de resultado:

Não tem cartografia:

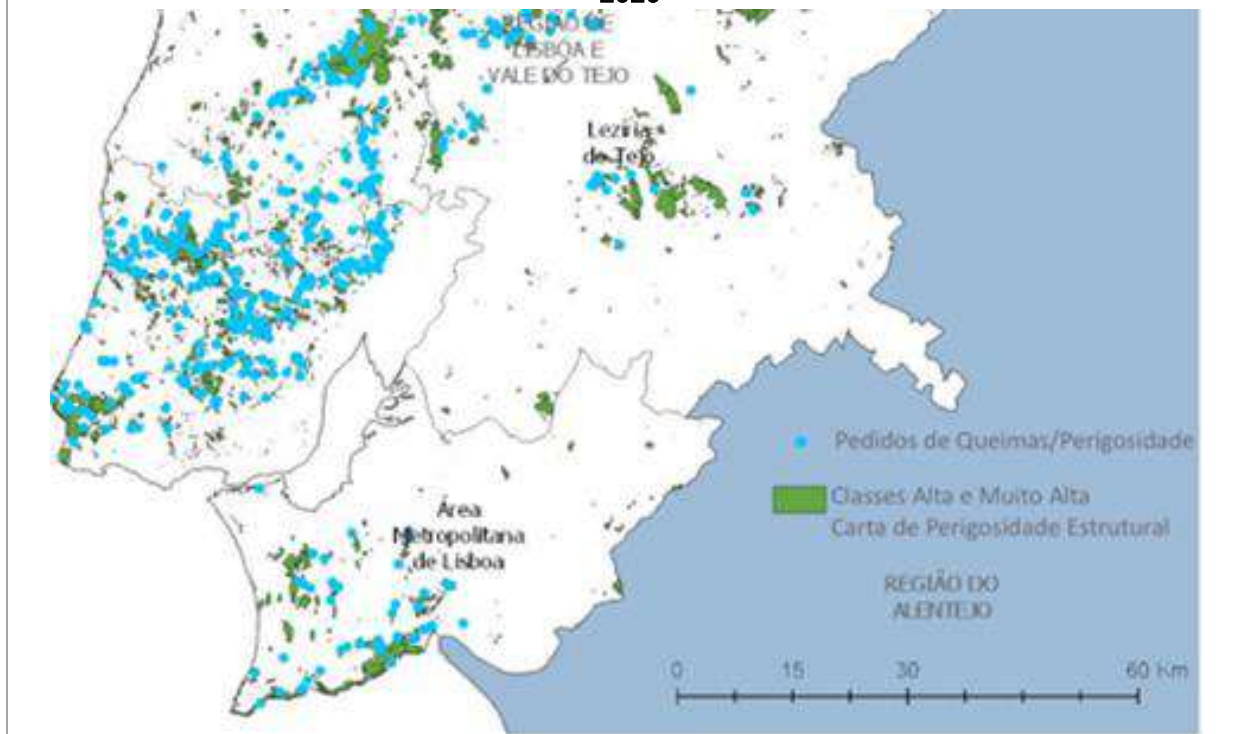
Áreas de classe alta e muito alta da Carta de Perigosidade Estrutural


N.º de pedidos de queimas e queimadas em classe alta e muito alta da Carta de Perigosidade Estrutural (últimos 3 anos)

	2020	2021	2022
total de pedidos na AML	17262	20237	11086
Nº pedidos em classe de perigosidade alta e muito alta	891	831	520

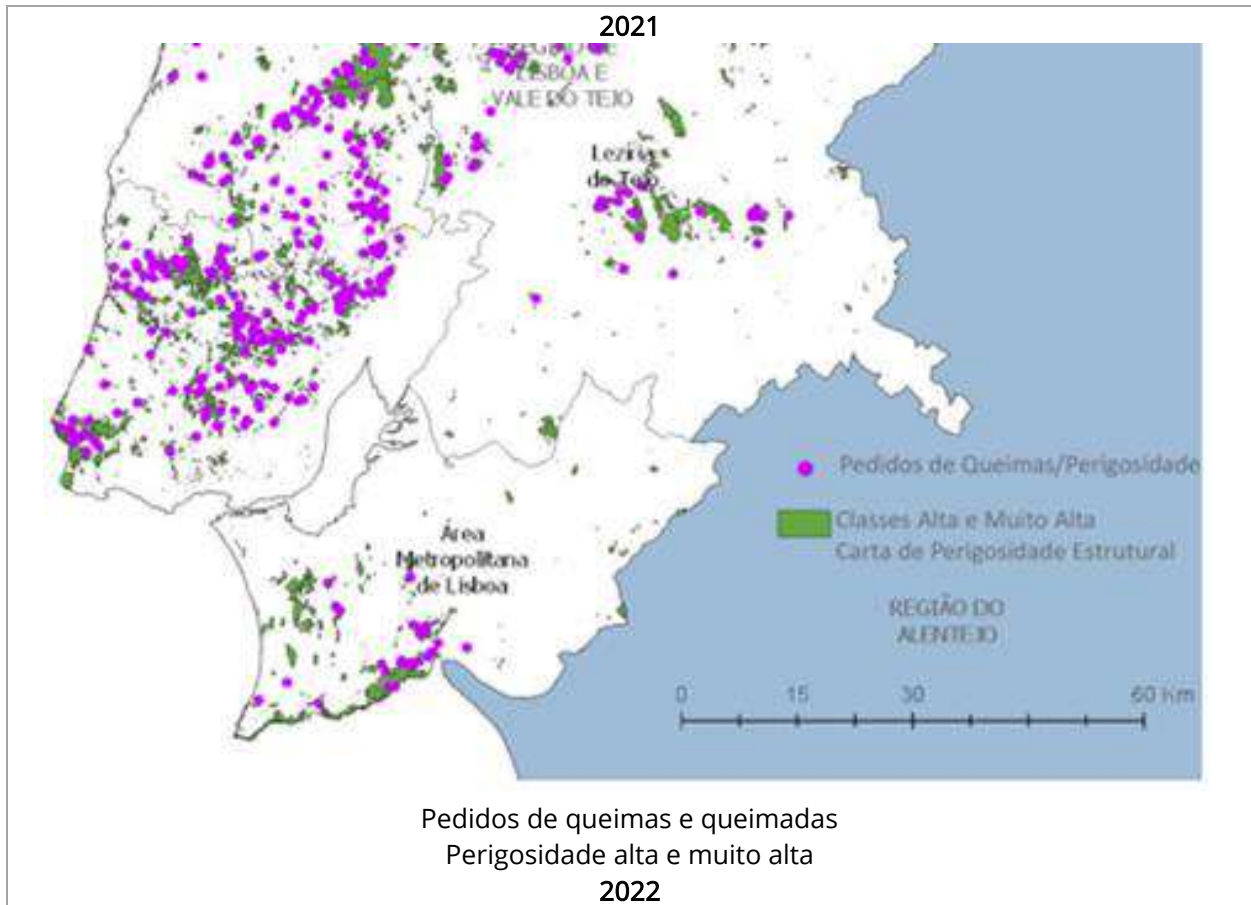


Pedidos de queimas e queimadas
Perigosidade alta e muito alta
2020



Pedidos de queimas e queimadas
Perigosidade alta e muito alta

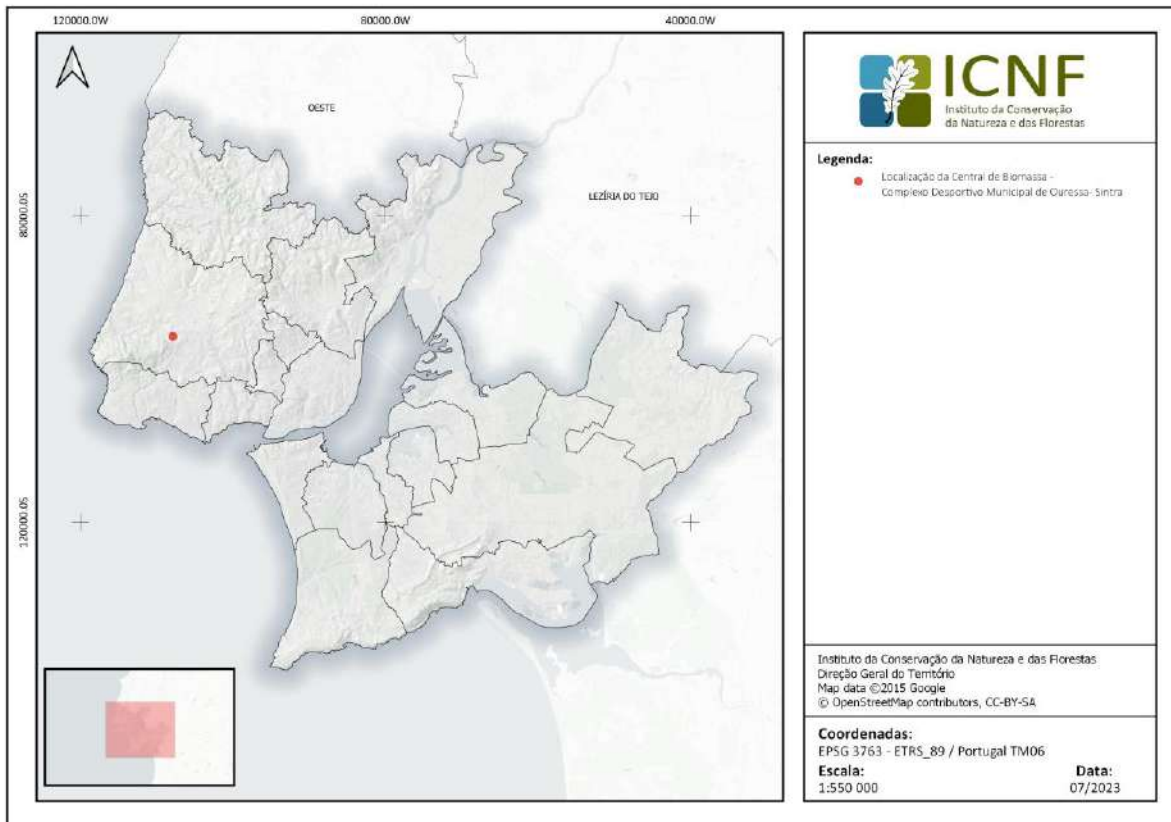
2021



Pedidos de queimas e queimadas
Perigosidade alta e muito alta

2.2.2.2 PROMOVER GERAÇÃO DE ENERGIA À ESCALA LOCAL COM BASE EM BIOMASSA DE SOBRANTES E MATOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS
<p>Racional de enquadramento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • A elevada disponibilidade de produção de biomassa com origem florestal como resultado de elevados níveis de produtividade primária líquida da floresta, potenciam também ao aumento da carga de combustível e consequentemente a perigosidade de incendio florestal. • Promover a geração de energia a partir de biomassa ao nível local, com o apoio dos Municípios, para reaproveitamento das sobras orgânicas da exploração, de desbastes, e gestão de combustível e reduzindo o risco de incêndio.
<p>Situação de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Central térmica com utilização de biomassa na sub-região da AML
<p>Indicadores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nº de projetos de geração de energia local implementados • Percentagem de sobrantes eliminados através da geração de energia (centrais e caldeiras de biomassa) local
<p>Outros Indicadores de Execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Municípios, sistemas de recolha de sobrantes para utilização em caldeiras e centrais de biomassa de pequena dimensão à escala local num modelo de cogeração energia/calor/frio
<p>Valores de Referência:</p> <p>Orçamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 050 000,00€ <p>(1 unidades de recolha* valor referência 300 000€/unidade)</p> <p>(1 Unidades geração energia local * valor referência 750 000€/unidade) – Complexo Desportivo Municipal de Ouressa (Sintra)</p>
<p>Metas:</p> <p>2023-2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 Projeto de geração de energia local ao nível da biomassa implementados • 1 Sistema de recolha de sobrantes para utilização em caldeiras e centrais de biomassa de pequena dimensão à escala local num modelo de cogeração energia/calor/frio
<p>Fontes de informação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ICNF, I.P. DGEG
<p>Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade
<p>Cartografia correlata:</p> <p>Cartografia de planeamento: X</p> <p>Cartografia de resultado:</p> <p>Não tem cartografia:</p>



Observações:

Nota: Está a decorrer um estudo promovido à escala nacional que irá contribuir para a definição das metas e indicadores da ficha na escala regional/sub-regional.

Plano Nacional para a Promoção das Biorrefinarias Horizonte 2030

Tabela 1.2 - Quantitativos estimados de biomassa florestal residual para energia por espécie florestal e por NUTS II (tonelano)

Região NUTS II	Pinheiro-bravo	Pinheiro-manso	Eucalipto	Sobro	Azinhoba	Carvalhos	Outras espécies florestais	Res. verdes herbáceas	Matos
Norte	168 547	-	82 401	2 792	1 396	65 376	57 204	100 000	373 979
Centro	331 474	-	216 733	9 504	4 752	34 770	20 862	100 000	342 613
AML	9 108	5 443	9 108	5 018	-	432	2 160	52 000	24 041
Alentejo	31 108	53 449	124 432	130 441	78 265	-	8 484	89 000	129 611
Algarve	3 630	17 820	15 246	7 306	2 977	-	8 712	100 000	155 126

V

2.3.1.1 REVISÃO E IMPLEMENTAÇÃO DAS REGRAS DAS REDES DE DEFESA PELOS PRIVADOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- A proteção do território e do edificado rural representa um esforço para os privados e por este facto este esforço deve ser alinhado com o risco de incêndio subjacente aos territórios rurais em que se inserem. Este projeto visa adequar as regras de gestão das redes de defesa ao benefício obtido, protegendo o território com eficiência financeira.
- Verifica-se ainda a necessidade de monitorizar e fiscalizar o cumprimento das regras estabelecidas, com a preocupação de valorizar os proprietários que cumprem as regras e penalizar as situações de incumprimento.
- Os principais conceitos subjacentes a esta ficha são os seguintes:
 - a) ações de patrulha que a GNR programa nas freguesias prioritárias para fiscalizar o cumprimento das regras;
 - b) 1ª passagem são as ações de patrulha em que são feitas as sinalizações das situações que carecem de uma 2ª passagem;
 - c) 2ª passagem são as ações de patrulha orientadas para os casos sinalizados na 1ª passagem e que caso não estejam em regra dão origem a um incumprimento e a uma contraordenação;
 - d) uma ação de patrulha pode ter várias sinalizações e, à 2ª passagem, contraordenações;
 - e) é objetivo do projeto que a um número constante de ações de patrulha de 1ª passagem corresponda uma diminuição do nº de casos sinalizados em 1ª passagem e necessariamente do número de 2ªs passagens e de contraordenações e/ou notificações aos municípios.

Situação de Referência:

- a. a situação de referência t0 para o projeto não é apurável na medida em que a plataforma de registo (DIVDIR) apenas ficou operacional durante 2019 e os registos anteriores não foram tratados informaticamente;
- b. a execução do biénio 2020-2021 para o projeto foi de um total de 4.237 sinalizações correspondentes a 1803 incumprimentos com notificação aos municípios, 1.050 autos e 1.420 cumprimentos voluntários, sendo de destacar que a % de cumprimentos voluntários aumentou.

Indicadores de Referência:

- a) Número de Sinalizações
- b) Número de Autos
- c) Taxa de cumprimento voluntário
- d) Nº total de ações de fiscalização em freguesias prioritárias

Outros Indicadores de Execução:

Valores de Referência:

(funcionamento: 1 197 120,00€); (Investimento: 826 665,00€)

Necessidades de investimento para cumprimento dos objetivos

Viaturas

- $(7 \text{ NPA} + 2 \text{ SSEPNA}) \times (40000\text{€}) \times 2 = 720\ 000\text{€}$
- Adquirir viaturas em 2023 e 2028

Kit Mala SEPNA Digital

- $(7 \times 2 \text{ NPA} + 2 \text{ SSEPNA}) \times (\text{custo Kit Mala SEPNA } 3\ 333,3\text{€}) \times 2 = (16 \times 3333,3\text{€}) \times 2 = 106\ 665\text{€}$
- Adquirir material informático em 2023 e 2028
- Custo PC e Mala Transporte e Impressora

**Funcionamento
AMLisboa**

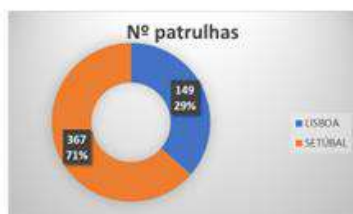
$720\ 000 + 106\ 665 =$

826 665€

Orçamentos Nacional/R: 63M EUR/12,6M
Fonte de Financiamento:

Custos de Funcionamento – GNR

(custo patrulha: 290€)



**Funcionamento
AMLisboa**

$149\ 640 \times 10 \text{ Anos} =$

1 496 400€

Orçamentos Nacional/R: 63M EUR/12,6M
Fonte de Financiamento:

Metas:

- 2023-2030: 30% de situações a rever, identificadas por PSA.

Fiscalização:

- 2023-2030: 100% Situações sinalizadas (n.º)
- 2023-2030: 100% Situações fiscalizadas (n.º situações sinalizadas)
- 2023-2030: 70% Taxa de cumprimento voluntário (n.º situações sinalizadas)
- 2023-2030: 30% N.º de autos por tipologia (n.º situações sinalizadas)

Fontes de informação:

- A entidade responsável pela fonte de informação é a GNR

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2.2.1.2 Garantir a gestão da rede primária de faixas de gestão de combustíveis
- 2.2.1.3 Garantir a gestão da rede secundária
- 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 2.2.1.5 Proteção de áreas de elevado valor
- 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados e interface urbano-rural
- 2.3.1.3 Incrementar a resiliência do edificado

Cartografia correlata:

Não tem cartografia: X

Observações:

2.3.1.2 GESTÃO DE COMBUSTÍVEL NOS AGLOMERADOS RURAIS E ENVOLVENTE DE ÁREAS EDIFICADAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

- A economia rural da sub-região depende significativamente da agricultura e silvicultura, a transformação das faixas de gestão em usos produtivos, como agricultura ou agroflorestal, não só diminui o risco de incêndio, mas também incentiva os proprietários a assumir a manutenção destas áreas, transformando uma obrigação em oportunidade económica.
- A reconversão das faixas de gestão em ocupações compatíveis permite aos proprietários agrícolas obter rendimentos adicionais através da exploração sustentável dessas áreas. Esta abordagem dinamiza a economia local, promove a fixação da população rural e valoriza os produtos agrícolas e agroflorestais.
- A dinâmica da sub-região, com proprietários dispersos e heterogeneidade nas práticas agrícolas, favorece uma abordagem focada na reconversão individual ou agregada de faixas, apoiada por ferramentas práticas e incentivos financeiros.

Objetivos

- Assegurar a gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolventes de áreas edificadas, através da reconversão em ocupações compatíveis (e.g., agrícolas, agroflorestais).
- Incentivar os proprietários agrícolas a assumir a gestão de faixas como fonte de rendimento, promovendo a sustentabilidade económica e a redução do risco de incêndio.

Principais Resultados Esperados:

- Redução do risco de incêndio através da gestão eficaz de combustível, protegendo o território e o edificado rural.
- Aumento do rendimento dos proprietários agrícolas pela exploração sustentável das faixas reconvertidas, contribuindo para a dinamização da economia rural.

Iniciativas/Medidas:

- Desenvolvimento de uma aplicação digital, inspirada no FireSmart Canada, para orientar os proprietários na reconversão e gestão correta das faixas, com instruções práticas para ocupações compatíveis.
- Campanhas de sensibilização para promover os benefícios da reconversão das faixas, destacando o potencial de rendimento adicional e a redução do risco de incêndio.
- Estabelecimento de critérios para a seleção de proprietários beneficiários de apoios, priorizando projetos que maximizem a reconversão em ocupações produtivas e a continuidade da gestão.
- Definição de apoios financeiros para a reconversão das faixas em usos agrícolas ou agroflorestais, com regimes simplificados e flexíveis.

<ul style="list-style-type: none"> • Criação de contratos-programa com entidades locais (autarquias, ADL, CIM) para gerir os apoios e monitorizar a implementação. • Garantia de gestão contínua nos aglomerados rurais e suas envolventes, com acompanhamento técnico para assegurar a manutenção das ocupações compatíveis.
Situação de Referência: <ol style="list-style-type: none"> a) A situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2024: b) XX % dos aglomerados rurais têm gestão de combustível (%). c) XX hectares geridos nos aglomerados rurais e envolventes (ha). d) XX % das FGC com ocupações compatíveis (e.g., agrícolas, agroflorestais) (%).
Indicadores de Referência: <ul style="list-style-type: none"> • Grau de execução e gestão da envolvente de áreas edificadas • Percentagem de aglomerados rurais com gestão de combustível • Número de hectares geridos nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas • % de projetos apoiados nas faixas de gestão de combustível (ex. agrícolas, silvopastoris, etc)
Outros Indicadores de Execução:
Valores de Referência: <ul style="list-style-type: none"> • 100 000€ • 5 AP (Áreas Piloto) x 5 ha x 4 000 € (Valor de referência de instalação de uso compatível) =100 000€)
Metas: <ul style="list-style-type: none"> • 2025: Identificação de 5 áreas piloto (5município=média de 5ha/área piloto)) • 2030: <ul style="list-style-type: none"> ○ 90% dos aglomerados rurais com gestão de combustível ○ 50 % com FGC reconvertidas em ocupações compatíveis (agrícolas/silvopastoris)
Fontes de informação: <ul style="list-style-type: none"> • FGC dos aglomerados populacionais (PSA Oeste) • Carta de áreas edificadas (DGT, 2018) • Carta de Perigosidade estrutural (ICNF, 2022) • Rede Nacional de Áreas protegidas (ICNF, 2017)
Outros projetos correlacionados a nível sub-regional: <ul style="list-style-type: none"> • 2213, 2214, 2215, 2216, 2217
Cartografia correlata: <ul style="list-style-type: none"> • Não tem cartografia: X
Observações: <p>A implementação do sistema de gestão integrada de fogos rurais na sub-região Oeste, com foco na reconversão das faixas de gestão em ocupações compatíveis, é uma resposta estratégica aos desafios dos incêndios rurais e às necessidades socioeconómicas da região. Ao atingir as metas propostas, a sub-região Oeste consolidará um modelo de gestão sustentável, alinhado com o PNA e adaptado à sua dinâmica territorial.</p>

2.3.1.4 PROGRAMAS “ALDEIA SEGURA” E “PESSOAS SEGURAS”

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Os Programas “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras” foram implementados no país a partir de 2018 com a coordenação da ANEPC, e em estreita articulação com as Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, tendo como referência os aglomerados situados nas freguesias de 1ª e 2ª prioridade – DFCI.
- Ao nível SR importa continuar a incentivar e apoiar tecnicamente os Municípios e Freguesias na implementação dos Programas ASPS ao nível de cada aglomerado e obter a colaboração e cooperação de outros parceiros locais (ex: CB, GNR, Farmácias, Paróquias, etc.), que possam ajudar a passar a mensagem da autoproteção e da preparação das comunidades, em particular:
 - Implementar e monitorizar a designação de oficiais de segurança local, da identificação de locais de abrigo e refúgio e teste de planos de evacuação e ações de sensibilização;
 - Elaborar um diagnóstico para identificar os aglomerados rurais nas áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS) de forma a priorizar a sua intervenção;
 - Identificar e envolver as entidades e parceiros locais garantindo o alinhamento de todas as entidades e mobilização das populações visando a implementação dos Programas nos aglomerados rurais;
 - Executar os programas por ordem de perigosidade e monitorizar os seus resultados.

Importa referir, que é importante que os Municípios adotem uma metodologia expedita para identificar e priorizar estes aglomerados rurais (ex.: localizados em áreas de risco, com proximidade de áreas de floresta/mato, apenas com uma via de acesso, com edificações de construção pouco resistente ao fogo, devolutas ou em ruínas, etc.) e edifícios isolados que se constituem como pontos críticos e deverão, em conjunto com as Freguesias, a população, as organizações de produtores florestais, os sapadores florestais e as comissões de baldios, entre outros, promover a implementação dos Programas.

Situação de Referência:

- a) A situação de referência t0 para o projeto em 2022: 15 ASPS existentes *
- b) Ao nível regional o número de aglomerados rurais inseridos em áreas de perigosidade alta e muito alta, foi calculado com base no cruzamento da Carta de Perigosidade estrutural do ICNF, I.P. e a Carta de Áreas Edificadas 2018 (áreas edificadas Tipo1). Deste cruzamento obtiveram-se 378 aglomerados para a Sub-Região da AML.
- c) Da consulta efetuada aos Municípios, e sabendo que alguns não apresentam áreas elegíveis para o presente efeito, e com a última atualização do Concelho de Mafra, identificou-se a intenção de implementar 31 ASPS até 2030.
- d) Estimativa de custos para implementação dos programas pelos municípios de acordo com as respostas rececionadas, onde se verifica uma alteração significativa por parte do Concelho de Mafra, passando a: 34 750,00

*Valor decorrente da consulta ao site das ASPS

Indicadores de Referência:

- percentagem de ASPS com Oficial de Segurança designado; com locais de abrigo ou refúgio identificados; com planos de evacuação identificados e com realização de simulacros

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Total do Valor de referência estimado pelos municípios: 34 750 €
- Os encargos de desenvolvimento dos Programas ao nível estratégico estão vertidos no PNA, enquanto os de desenvolvimento ao nível operativo se encontram nos PSA.

Metas sub-regionais:

- 90% dos aglomerados aderentes, com Oficial de Segurança designado
- 80% dos aglomerados aderentes, com locais de abrigo ou refúgio identificados
- 80% dos aglomerados aderentes, com planos de evacuação identificados
- 80% dos aglomerados aderentes, com realização de simulacros

Fontes de informação

- ANEPC; Municípios

Outros projetos correlacionados a nível regional:

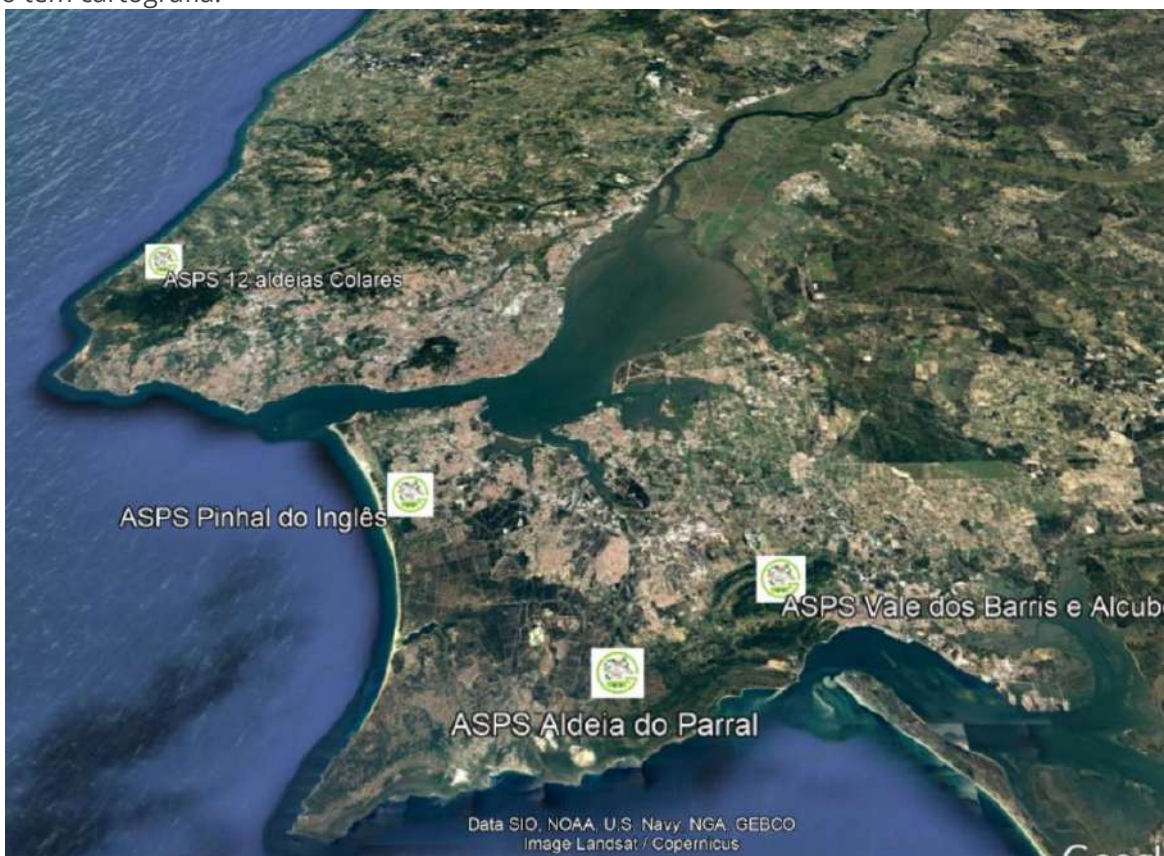
- Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
- 3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco
- 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade
- 4.1.1.1 Cartografia de risco

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: X

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia:



Observações:

- Informação mais detalhada sobre os programas ASPS, número de aldeias existente e demais dados constante no respetivo site www.aldeiasseguras.pt
- Apesar de o PNA não o referir, faz sentido considerar nos PSA o envolvimento das Freguesias neste Projeto, pelo que a sua identificação consta na ficha de projeto.
- No site das “aldeias Seguras” estão registadas 15 aldeias (sendo esse o número de referência para o presente efeito), contudo Sintra informou da existência de 13, e Mafra 4 aquando do levantamento prévio de informação.
- À data de junho de 2025, estão registadas no site 13 aldeias para Sintra, 6 para Mafra, 2 para Palmela, 1 para Almada e 1 par Sesimbra, (pese embora neste concelho já existam duas ASPS), perfazendo um total de 25

II.3 – MODIFICAR COMPORTAMENTOS

3.1.1.2 APOIO À POPULAÇÃO NA REALIZAÇÃO DE QUEIMAS E QUEIMADAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Com este projeto pretende-se disponibilizar apoio e oferecer recomendações práticas e informação útil à população de forma a incentivar a adoção de comportamentos responsáveis reduzindo o risco das queimas e queimadas, através da articulação com diversas entidades locais e utilização dos meios de comunicação mais eficazes.

Situação de Referência:

- a) A situação de referência a t0 para o projeto a dezembro de 2019: zero ações.
- b) A execução do biénio 2021-2022 para o projeto era de zero ações

Indicadores de Referência:

- a) 100% dos municípios aderentes à Plataforma de Queimas e Queimadas, operada pelo ICNF;;
- b) Taxa de resposta aos pedidos de esclarecimento relativos a pedidos de queimas e queimadas
- c) N° de queimas e queimadas apoiadas

Outros Indicadores de Execução:

- a) Redução no n.º de acidentes na realização de queimas e queimadas.

Valores de Referência:

- Considerou-se como valor de referência para cada ação de queima ou queimada, o valor de 80€, associadas a custos logísticos da ESF/operação de queima ou queimada = $315 * 80€ = 25\ 200€$

Metas:

- 2023-2030: 100% de resposta aos pedidos de autorização/comunicações para a realização de queimas e queimadas [ICNF, Plataforma];
- 2023-2030: 100% dos pedidos de esclarecimento prestados todos os anos;
- Redução de 10%/ano de pedidos de queimas e queimadas com RCM ≥ 3 .
- 2024-2030: 315 queimas e/ou queimadas com apoio;
- 2023-2030: 1 Ação anual de sensibilização e divulgação.

Fontes de informação:

- ICNF, I.P.;

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 2.2.1.4 Áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível
- 2.2.2.1 e 2.2.2.2 Alterar o processo de eliminação e promover o reaproveitamento de sobrantes
- 2.3.1.4 Programas “Aldeia Segura” e “Pessoas Seguras”
- 3.1.1.1 Regulamentar e promover o uso do fogo
- 3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco
- 3.3.1.2 Comunicação especializada de proximidade

- 4.1.1.3 Plataforma com produtos e serviços meteorológicos para incorporação na análise de risco
- 4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

3.1.1.3 MECANISMO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Redução das ignições associadas à remoção de pastagens em dias com perigo meteorológico de incêndio elevado ou muito elevado
 - Identificar os territórios onde o uso do fogo para renovação de pastagens está associado às causas e motivações dos incêndios.
 - Integrar essas áreas no Plano de Gestão de Combustível.
 - Apoiar na execução de queimadas para renovação de pastagens.
 - Promover ações de sensibilização junto dos pastores.

Situação de Referência:

- Não se aplica.

Indicadores de Referência:

- Não se aplica.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Não se aplica.

Metas:

- Não se aplica.

Fontes de Informação:

- ICNF

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- Não se aplica.

Cartografia correlata:

- Não se aplica.

Observações:

3.1.2.1 AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM PERÍODOS E ÁREAS RURAIS CRÍTICAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

1. Objetivos do projeto:

- Aumentar as ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas reduzindo o número de comportamentos de risco nestas áreas e garantindo capacidade dissuasora;

a. Períodos críticos considerados:

- Foi considerado o período de 90 dias por ano

b. Áreas rurais críticas:

- Na ausência de cartografia especializada, o mapeamento das áreas críticas, terá por base a mais atualizada em cada ano. Começará tendo por base a definição de freguesias prioritárias, no entanto, podendo vir a ser adotada cartografia especializada ou as APPS (áreas prioritárias de prevenção e segurança – Art. 42º SGIFR)

2. Diagnóstico dos indicadores de realização:

a. Ações de vigilância desenvolvidas nos períodos críticos julho, agosto e setembro (ver observações destes pressupostos);

(1) Ações de vigilância desenvolvidas, km efetuadas (ver observações destes pressupostos);

(2) Ações de vigilância desenvolvidas por sub-região (ver observações destes pressupostos);

b. Ignições (ver observações destes pressupostos);

b. Território a vigiar - Freguesias prioritárias (ver observações destes pressupostos);

3. Iniciativas/medidas previstas no PNA

a. Atualização do mapeamento das áreas críticas, tendo por base as freguesias com mais ignições, património não ardido e potencial de mais área ardida (atualização do sistema de freguesias prioritárias);

b. Reforçar as ações de vigilância móveis e meios de vigilância aérea não tripulados, nos dias de alerta especial;

c. Garantir a operacionalidade dos sistemas de alerta de ocorrências e mecanismos de controlo, através da realização e simulacros, tendo em vista o levantamento de constrangimentos;

d. Elaborar plano de coordenação da vigilância ao nível de cada distrito (organização atual da GNR)

4. Linhas de ação tendentes a aumentar e qualificar as ações de vigilância a áreas rurais em períodos e áreas críticas

a. Incrementar o número de ações de vigilância em períodos e áreas críticas;

(1) O aumento das ações de vigilância será alcançado especialmente através de:

- Reforço do planeamento operacional flexível (concentração do efetivo nas ações de vigilância em freguesias prioritárias, sempre que seja declarado alerta especial, em prejuízo de outras missões não urgentes);
- Reforço da coordenação da vigilância;
- Medidas de mitigadoras de absentismo;

(2) Aumento de número de viaturas TT e a renovação das existentes, afetando-as em exclusivo para as missões de vigilância, fiscalização e investigação de causas, permitindo:

- Maior número de patrulhas (visto que permitirá maior número de desdobramentos);
- Menor número de dias de indisponibilidade por inoperacionalidade das viaturas.

Qualificar os meios de vigilância:

- (1) Reforço e qualificação do parque auto TT afeto em exclusivo a missões de vigilância, fiscalização e investigação de causas (concorrente com a linha de ação anterior);
- (2) Aquisição da capacidade de vigilância aérea não tripulada, através da aquisição de Kit´s de vigilância aérea não tripulada;

5. COMPLEMENTARIEDADE (3.1.2.1)

- O presente projeto é especialmente complementar com:
 - 3.1.2.3 Rede de vigilância e deteção de incêndios
 - Melhor cobertura de ângulos mortos, foco e redundância positiva nas áreas críticas
 - Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS)
 - Uso de LIDAR para medição de fitovolume
 - 2.3.1.1 Revisão e implementação das regras das redes de defesa pelos privados
 - Apoio no processo de monitorização e fiscalização

Situação de Referência:

a) **a situação de referência t0 para o projeto:** 10 353 ações de vigilância desenvolvidas em 2019 e 8703 ações de vigilância desenvolvidas em 2020.

Indicadores de Referência:

- a) N.º de ações de vigilância em períodos críticos em áreas críticas vs. N.º de ignições verificadas.
- b) Grau de cobertura do território a vigiar nas horas críticas.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

Orçamento sub-região da AML: 3 419 200,00€

(Funcionamento: 2 459 200,00€)

(Investimento: 960 000,00€)

	2019	2020	Média 19/20	Custo Unitário	Orçamento	Orçamento 2023/2030
Ações de vig. em períodos/áreas críticas	671	1450	1060	290 €	307 400€	2 459 200€

Comando Territorial	NPA	Viaturas a adquirir	Total viaturas	Custo Unitário	SUB-TOTAL
Lisboa	Mafra	2	6	40 000 €	240 000 €
	Sintra	2			
	Vila Franca de Xira	2			
Setúbal	Almada	2	8	40 000 €	320 000 €
	Montijo	2			
	Palmela	2			
	Setúbal	2			
TOTAL		14		40 000 €	560 000 €

Comando Territorial	NPA	Drones a adquirir	Custo Unitário	SUB-TOTAL
Lisboa	Mafra	1	200 000 €	200 000 €
	Sintra			
	Vila Franca de Xira			
Setúbal	Almada	1	200 000 €	200 000 €
	Montijo			
	Palmela			
	Setúbal			
TOTAL				400 000 €

Descritivo	Quantidades	Valores Unitários	Sub-Totais
Ações de vig. em períodos/áreas críticas	1060	290 €	2 459 200€
KIT Vig Aérea - UAV	2	200 000 €	400 000 €
Viaturas	14	40 000 €	560 000 €
		<u>Sub-Tot Func.</u>	2 459 200€
		<u>Sub-Tot Invest.</u>	960 000€
		TOTAL	3 419 200€

Metas:

- 2023-2030: 60% de cobertura do território das freguesias prioritárias
- 2023-2030: - 5% das ignições
- 2023-2030: 8 simulacros
- 2023-2030: 8 planos de coordenação de vigilância

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é a GNR

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 3.1.1.2
- 3.1.2.3
- 3.2.1.2
- 3.2.2.1 a 3.1.2.2
- 4.1.2.4
- 4.2.4.1 a 4.2.4.2

- 4.3.2.1 a 4.3.2.2

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

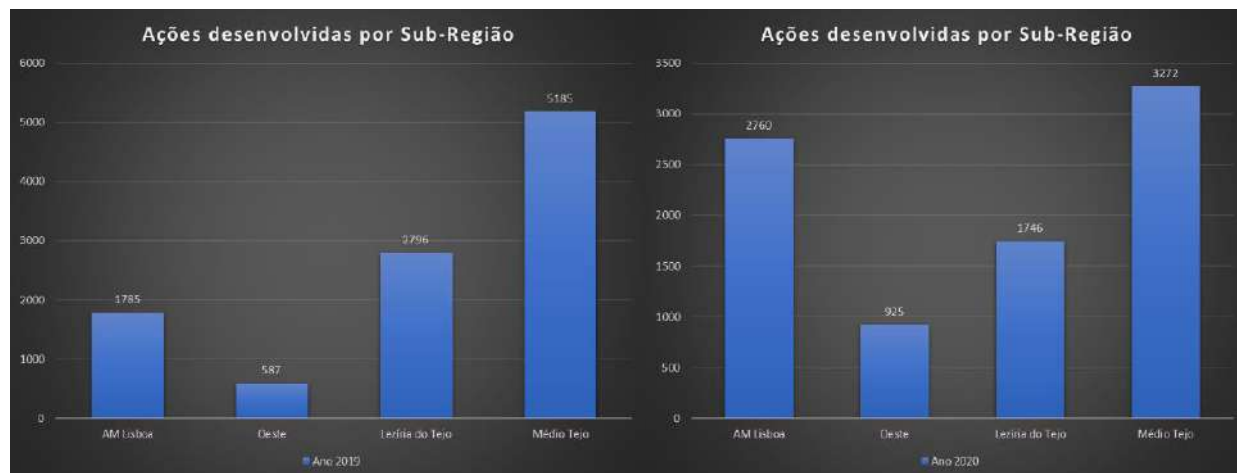
Observações:

- Atendendo à vida útil, possibilidade de queda/inoperacionalidade, prevê-se aquisição faseada (5 em 2022 e 5 em 2028)
- Os Kits de vigilância aérea para os vigilantes da natureza do ICNF não são dotados de sensor LIDAR pelo que o valor estimado da unidade é reduzido para 50 000 €.

Diagnóstico dos indicadores de realização:

a. Ações, de vigilância desenvolvidas nos períodos críticos (julho, agosto e setembro)

GNR	25796	GNR	37998
PSP	0	PSP	0
ICNF	10758	ICNF	26358
FFAA	6042	FFAA	11502
Municípios	95	Municípios	114
Outros	2970	Outros	5349



Fonte: SIIOPA

b. Ignições

3.1.2.2 PRESENÇA DAS FORÇAS ARMADAS NAS ÁREAS CRÍTICAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- O objectivo deste projeto é garantir a presença das FFAA no território da AML, numa perspectiva dissuasora e de vigilância, contribuindo para a redução do número de comportamentos de risco nesta área.

Principais resultados esperados:

- Sensibilização da população e consequente redução do nível de risco de fogo nas áreas rurais.
- Controlo próximo e presencial de comportamentos de risco por parte das Forças Armadas.
- As FFAA colaboram na vigilância e deteção e asseguram a presença dissuasora em áreas protocoladas com o ICNF (Protocolo FAUNOS), com a ANEPC, com autarquias locais e com entidades intermunicipais, em coordenação com a GNR;
- O Protocolo FAUNOS tem por objetivo a execução de vigilância em espaços florestais e de sensibilização das populações, insere-se no domínio da prevenção dos incêndios florestais com uma planificação que identifique e preveja geograficamente as atividades a desenvolver (o financiamento decorre da assinatura de protocolo com o ICNF e o Fundo Florestal Permanente), que abrange as seguintes áreas da LVT, PN Arrábida MN da Serra da Arrábida MN dos Medos MN Dunas da Trafaria e Costa da Caparica; PN Serras de Aire e Candeeiros PF de Montejunto PF da OTA.
- Foram identificadas as áreas críticas e os recursos humanos e materiais necessários;
- Garantida a presença nas áreas críticas, com um aumento de 5% ao ano, até 2028.

Entregável:

Calendário de ações de vigilância (conforme os Planos em vigor para as FFAA).

Iniciativa 1	Orçamento global (Eur)	Fontes									
Promover a realização de Exercícios e Treino das Forças Armadas em território de risco, marcando uma presença dissuasora e de vigilância e de apoio às redes de defesa	276 M EUR (PNA) Sem financiamento sub-regional	Orçamentos Próprios									
Calendarização por ano											
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
					●	●	●	●	●		
Recursos											
Identificação do recurso	Custo	Origem do recurso									
Recursos humanos e materiais dos Ramos	Sem financiamento	FFAA									
Indicadores de realização											
Indicador 1 – Realização de 90% dos patrulhamentos;		Unidade									
Indicador 2 – Realização de 90% dos exercícios;		Meta									
		Patrulhas									
		Exercícios									
		A confirmar									
		A confirmar									
Gestão de risco da iniciativa											
<ul style="list-style-type: none"> A redução da presença em virtude do empenhamento no cumprimento da missão primária da FFAA ou falta de financiamento para a realização dos exercícios. 											

Fundamentação:

- Decorrente do PNA.

Situação de Referência:

- a. a situação de referência t0 para o projeto
- b. a execução do biénio 2020-2021 para o projeto

Indicadores de Referência:

- a. Variação da área ardida;
- b. Variação do número de incêndios rurais;
- c. Número de incêndios rurais em áreas sobre vigilância;
- d. Número de ações de vigilância.

Outros Indicadores de Execução:

- Indicador 1 Realização de 90% dos patrulhamentos;
- Indicador 2 Realização de 90% dos exercícios

Valores de referência:

- Não se aplica.

Metas:

- Aumento de 5% de presença nas áreas críticas até 2028;
- Presença em 80% das áreas críticas em 2028.

Fontes de informação:

- A entidade responsável pela fonte de informação é a FFAA.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 3.1.2.1 Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas
- 3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco
- 4.1.2.2 Programação e dimensionamento do sistema
- 4.1.3.1 Orçamento do SGIFR com visão plurianual
- 4.2.2.1 Sistema de monitorização e avaliação
- 4.2.2.3 Sistema de lições aprendidas

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia:

Observações:

- **Nota 1: Situação de referência T0 para o projeto:** é possível calcular o número de ações desenvolvidas neste âmbito, em 2019, que sirva como situação de referência t0 (pode ser o nº de ações ou em % de área sob vigilância).
- **Execução do biénio 2020 – 2021:** No seguimento da situação de referência, é possível calcular para o biénio de 2020-2021 a dimensão do trabalho desenvolvido neste âmbito, (pode ser o nº de ações ou em % de área sob vigilância).
- **Nota 2:** Relativamente à meta, Aumento de 5% de presença nas áreas críticas até 2028 em relação a que área coberta atualmente?
O aumento de 5% é um valor teórico, que está previsto em PNA. Na realidade, e tal como é constatado pelo comparativo anteriormente apresentado, tem-se verificado um decréscimo quer em termos de equipas empenhadas, quer em termos de áreas patrulhadas. Este decréscimo é justificado pelo facto das FFAA continuarem sem ter financiamento para o Projeto 3.1.2.2, quer pelo reduzido número de recursos humanos e materiais disponíveis. Para este ano (2022) o número de equipas previstas a empenhar é semelhante ao ano anterior.

3.1.2.3 REDE DE VIGILÂNCIA E DETEÇÃO DE INCÊNDIOS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- O Objetivo geral visa avaliar e implementar de forma integrada sistemas de vigilância inovadores (terrestres e aéreos) que respondam à necessidade da cobertura do território, fiabilidade e eficiência, integrando soluções e diferentes entidades, incluindo privados, que permitam a melhoria da capacidade de resposta às necessidades de prevenção, combate e controlo de incêndios em Portugal reduzindo o número de comportamentos de risco.

1. Localização da área de intervenção:

- Área correspondente à NUTS III - AML.
- Especial interesse na implementação eficiente do projeto nas áreas de baixa densidade populacional e nas áreas críticas (freguesias prioritárias ou APPS quando estas vierem a ser definidas).
- As ações vigilância e deteção e coordenação da vigilância desenvolvem-se no âmbito das missões atribuídas à Guarda Nacional Republicana (Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de Outubro e DIVDIR) prevenção, combate e controlo de incêndios.

2. Intervenção:

- Analisar os sistemas de vigilância e deteção de incêndios rurais em utilização, identificar os principais estrangimentos e oportunidades de melhoria e avaliar as possíveis soluções de melhoria e estimar os respetivos custos (em curso pelo grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais, constituído pelo Despacho n.º 10421/2021, de 18 de outubro de 2021).
- Garantir a implementação do plano de atualização dos sistemas vigentes e de implementação dos novos sistemas de vigilância e deteção de incêndios, com foco nas áreas rurais mais críticas, com identificação de metas, orçamento e fontes de financiamento, resultante do grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais.
- Complemento da Rede de Vigilância e Deteção de Incêndios com vista à melhoria da sua eficiência e cobertura integral do território com especial incidência nas áreas mais críticas, através da introdução de novos equipamentos e meios.
- Melhoria da capacidade da Rede de Postos de Vigia através da aquisição de equipamentos e beneficiação das instalações.

3. Calendarização/Cronograma:

- O projeto decorre no período temporal de 2023 a 2030, nos termos definido nos Programa Nacional de Ação (Resolução do Conselho de Ministros n.º 71-A/2021, de 27 de maio de 2021) condicionado ao planeamento resultante do grupo de trabalho para definição de uma rede

integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais (Despacho n.º 10421/2021, de 18 de outubro de 2021).

- Principais resultados esperados
 - Integração na vigilância de áreas críticas melhorando a eficiência na identificação de riscos.
 - Redução do tempo de deteção e comunicação para despacho.
 - Melhoria da capacidade de resposta e combate a fogos rurais.

4. Iniciativas/Medidas:

- Analisar os sistemas de vigilância que estão a ser utilizados atualmente e identificar principais constrangimentos/oportunidades de melhoria (em curso pelo grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais).
- Avaliar quais as soluções de possível implementação (e.g. tecnologia, viaturas, serviços, infraestruturas) e efetuar uma análise benchmark para ver as melhores práticas de outros países (em curso pelo grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais)
- Implementação dos novos sistemas de vigilância, com foco na priorização das áreas rurais mais críticas (produto a obter do grupo de trabalho para definição de uma rede integrada de vigilância e deteção de incêndios rurais)
- Comunicar com as várias entidades envolvidas por forma a garantir o seu alinhamento com a rede de vigilância e deteção de incêndios.



Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto: (ver alínea 2, Intervenção, dos Pressupostos Metodológicos Específicos).
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: N/a.

Indicadores de Referência:

- a) Número de alertas por tipo de dispositivo.
- b) Proporção de deteções por RVDI e entidades com missões de vigilância.
- c) Taxa de erro de deteção.
- d) % do território vigiado pela RVDI.
- e) % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional.

Valores de Referência:

- Orçamento na sub-região da AML: 2 094 564,35€

Ação	Período	Valor anual	Valor Total	Fonte Financiamento
Contratação de 32 operadores para guarnecer dos Postos de Vigia		€ 174 350,72	€ 1 394 805,76	OE/FA
Realização de ações de formação aos operadores dos Postos de Vigia	2022 - 2030	€ 402,51	€ 3 622,59	POR
Reparação e/ou beneficiação das infraestruturas da Rede de Postos de Vigia			€ 200 000	POR
Aquisição de 16 Monóculos com bússola digital integrada			€ 13 838	POR
Aquisição de 16 binóculos de visão noturna			€ 10 379	POR
Aquisição de 16 binóculos "clássicos"			€ 6 919	POR
Aquisição de novos equipamentos e sistemas de vigilância e deteção de incêndios			€ 200 000	
TOTAL			€ 2 029 564,35	

Metas:

- 2030: 60% do território com sistema de vigilância eficiente;
- 2022: 5% da RVDI com sistema integrado vigilância.
- 2024: 50% da RVDI com sistema integrado de vigilância.
- 2030: % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional.

Fontes de informação:

- GNR

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 3.1.2.1 Ações de Vigilância em Períodos e Áreas Rurais Críticas – os dois projetos complementam-se e contribuem conjuntamente para a eficiência da deteção e redução dos comportamentos de risco. A coordenação das ações vigilância terá sempre que considerar a melhor cobertura de zonas sombra, garantindo redundância positiva nas áreas críticas. Os meios empenhados na vigilância contribuem em simultâneo para o cumprimento das metas dos dois projetos.

Cartografia:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: x

Observações:

- O Diagnóstico dos Indicadores de realização consta da apresentação em powerpoint, na PTC do presente projeto.
 - Número de Ignições por CIM (concelho) 2019 a 2021;
 - Número total de alertas por CIM (Concelho) 2019 a 2021;
 - Número de alertas por tipo de dispositivo (fonte) por CIM (concelho) 2019 a 2021;
 - Alertas PV – 1º e 2ª Deteção por CIM (concelho) 2019 a 2021 - gráfico/tabela;
 - Proporção de deteções por RVDI e entidades com missões de vigilância por CIM (concelho) 2019 a 2021;
 - Falsos alarmes Vs Deteções (Taxa de erro de deteção) por CIM (concelho) 2019 a 2021 - gráfico/tabela;

3.1.3.3 INVESTIGAÇÃO E DETERMINAÇÃO DAS CAUSAS DOS INCÊNDIOS RURAIS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Com o principal objetivo de conhecer as causas para melhor mitigar o fenómeno, pretende-se, aos vários níveis territoriais, identificar as principais causas de incêndio e monitorizar a evolução dos incêndios por causa, através da definição de metas e indicadores.
- Assume-se como Baseline:

AMLisboa	Elementos ao serviço da proteção ambiental	Elementos ao serviço da proteção ambiental com curso de Investigação de causas de Incêndio	% Efetivos com curso de Investigação de causas de Incêndio
2021	81	53	65%

AMLisboa	Nº de incêndios	% de incêndios investigados	% de incêndios INVESTIGADOS com causa determinada
2019	1008	80%	49%
2020	861	93%	43%
2021	1000	95%	40%
Média	956	89%	44%

Situação de Referência:

- A situação de referência t0 para o projeto: em 2019 registaram-se 1.118 incêndios dos quais 100% foram investigadas as suas causas, tendo destes sido determinadas as causas em 62% dos incêndios (nota 2 nas observações)
- A execução do biénio 2020-2021 para o projeto corresponde a um total de 1.523 incêndios investigados, dos quais em 1.030 foram apuradas as suas causas.

Indicadores de Referência:

- Número de incêndios por causa
- Variação do número de incêndios por causa
- Número de causas determinadas por incêndio investigados

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- o orçamento é exclusivo da GNR, apenas dizendo respeito a recursos humanos e deslocações, é gerido a nível central pelo que não tem orçamentação com incidência regional. Contudo pela sua pertinência identifica-se a orçamentação das necessidades de formação que em futura revisão do PRA será avaliada a sua integração no projeto 4.4.1.3.
- Orçamento na sub-região da AML: 419 609,00€

Investimento AMLisboa	Formação 8 286€ + 3 643€ = 11 929€	Material 7 680€ + 400 000€ = 407 680€	11 929€ + 407 680€ ¹ = 419 609€
--	--	---	--

FORMAÇÃO

Curso base de Investigação das Causas dos Incêndios Florestais

- 1 curso = 14 500 €
- 28 elementos = 1 curso
- Necessidade de formação de 5 elementos por ano
- 5 elementos x 8 anos = 40 elementos formados (região)
- 40 elementos x $(\frac{1 \text{ curso}}{28 \text{ elementos}})$ [custo por formando] $\approx 20\,720$ €
- 40 elementos/ 4 sub-regiões = 10 formandos (sub-região)
- Custo médio por formando 518€

Formações de Reciclagem em Investigação das Causas dos Incêndios Florestais e dos Crimes de Incêndio Florestal

- 28 elementos = 1 formação = 3 000 €
- Reciclagem de 3 dias com capacitação/validade de 3 anos.
- $\frac{200 \text{ elementos}}{3} \approx 68$ formandos por ano (região)
- 68 elementos x $(\frac{1 \text{ curso}}{28 \text{ elementos}})$ [custo por formando] $\approx 7\,180$ €
- 68 elementos/ 4 sub-regiões = 17 formandos (sub-região)
- Custo médio por formando 105.6 €

MATERIAL

Kits de investigação de Incêndios Florestais

- 19 (8AML, 3LT, 4MT, 4O) subunidades ambientais x 2Kits = 38 Kits
- 450€ = valor dos Kits
- 38 Kits (16AML, 6LT, 8MT, 8O), necessários x 450 € = 17 100 €
- 38 Kits (16AML, 6LT, 8MT, 8O) x 30 € (valor médio previsto para reforçar, renovar e manter os Kits atuais durante 10 anos) = 1 140€
- Total de investimento em Kits de investigação de Incêndios Florestais (17 100 € + 1 140€) = 18 240 €

Metas:

- 2030: 60% do território com sistema de vigilância eficiente:
- 2022: 5% da RVDI com sistema integrado vigilância.
- 2024: 50% da RVDI com sistema integrado de vigilância.
- 2030: % de primeiras deteções nas áreas de baixa densidade populacional.

Fontes de informação:

- A entidade responsável pela fonte de informação é a GNR

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 3.1.3.1 - Enquadramento jurídico em regime penal
- 3.1.2.1 – Ações de vigilância em períodos e áreas rurais críticas

Observações:

3.2.1.1 COMUNICAÇÃO INTEGRADA PARA O RISCO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- o nível sub-regional a AGIF efetua em 2022 um levantamento de todas as ações desenvolvidas pelas várias entidades do SGIFR, desde 2020, que têm como responsabilidade comunicar e envolver as comunidades locais num esforço de redução de ignições e exposição ao risco.
- Os resultados obtidos neste processo de monitorização que se concretiza no levantamento (a ser efetuado no último trimestre de 2022) do número de ações de comunicação /sensibilização com o respetivo levantamento de número de indivíduos impactados, será adotado como baseline para a meta nos anos seguintes.
- Pretende-se com esta metodologia, aumentar em 2024, 10 % do número de ações de comunicação/sensibilização na sub-região e em 2030, 15%. Estes valores, garantem que se possa desenvolver mais ações pressupondo os mesmos orçamentos e recursos-humanos das entidades envolvidas.

Através do entregável “Barómetro”, com carácter bianual realizado em 2023, no qual serão avaliados o grau de perceção de risco e o grau de adoção de melhores práticas, serão obtidos os resultados dos indicadores de referência, que podem estar sujeitos a uma revisão anual.

- Os entregáveis são:
 - 1.º) Levantamento das ações desenvolvidas entre 2020-2022.
 - 2.º) Barómetro com carácter Bianual.

Situações de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: corresponde ao número ações 2020-2021 garantidas pelas entidades do SGIFR (não tendo sido possível ainda reunir esta informação em tempo útil pela sua dispersão e especificidade);
- b) A situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: corresponde ao n.º de ocorrências com origem na negligência 2020-2021;
- c) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto reporte de execução a nível nacional: corresponde ao número ações garantidas pelas entidades do SGIFR (não tendo sido possível ainda reunir esta informação em tempo útil pela sua dispersão e especificidade);
- d) Não temos t (0) para o grau de perceção de risco porque nunca foi avaliado (o Barómetro realizado não avaliava corretamente estas questões, pelo que terá que ser melhorado no final deste ano).

Indicadores de Referência:

- a) Número de iniciativas de comunicação realizadas na sub-região (baseline 2022)
- b) Número de pessoas impactadas pelas iniciativas da sub-região
- c) Variação do n.º ocorrências com causa por negligência, face ao n.º de causas determinadas Estudo de impacto (Barómetro):

d) % do grau de perceção do risco, (baseline 2023)

e) % de grau de adoção de melhores práticas, (baseline 2023)

Outros Indicadores de Execução:

- Em 2022, início monitorização de outros indicadores como o público-alvo e n.º de campanhas/redes sociais através da recolha de informação das entidades.

Monitorização da perceção de risco em 2024 porque não há estudo que responda a esse indicador, e assim para 2023 fica agendado o Diagnóstico/Barómetro.

Valores de Referência: (não tem valores de referência de incidência regional)

Orçamento PNA:

Comunicação integrada para o risco **42,816,995 €**

- Campanha Portugal CHAMA
- Sensibilização DFCI ICNF
- Campanha Gestão combustíveis (rede sec.)
- Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras
- Barómetro e avaliação de impacto da campanha de comunicação integrada

Financiamento:

- FA, OE.

Metas:

-
- | | |
|------|--|
| 2024 | <ul style="list-style-type: none"> • 10 % número de iniciativas de comunicação efetuadas pelas entidades (face à baseline de 2022) • Número de pessoas impactadas pelas iniciativas desenvolvidas pelas entidades anualmente, para a região. • 30 % de grau de perceção do risco (face à baseline de 2023) • 25 % de grau de adoção de melhores práticas (face à baseline de 2023) • 20 % de diminuição do n.º de ocorrências com causa por negligência face ao n.º de causas determinada |
|------|--|

-
- | | |
|------|--|
| 2030 | <ul style="list-style-type: none"> • 15 % número de iniciativas de comunicação efetuadas pelas entidades (baseline de 2024) • Número de pessoas impactadas pelas iniciativas desenvolvidas pelas entidades anualmente, para a região. • 80% de grau de perceção do risco (face à baseline de 2024) • 75% de grau de adoção de melhores práticas (face à baseline de 2024) • 60 % de diminuição do n.º de ocorrências com causa por negligência face ao n.º de causas determinadas |
|------|--|

Estudo de impacto:

-
- | | |
|------|---|
| 2023 | <ul style="list-style-type: none"> • 5 estudos de impacto (Barómetro) de âmbito nacional, com incidência regional e sub-regional |
| 2024 | |
| 2025 | |
| 2027 | |
| 2029 | |

-
- | | |
|------|---|
| 2030 | <ul style="list-style-type: none"> • 1 estudo em 2030 de avaliação da década |
|------|---|

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é AGIF, entidades do SGIFR.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

3.2.1.2 - Comunicação especializada de proximidade

3.2.1.3 - Comunicação das entidades em contexto de emergência

3.2.1.4 - Formação de órgão de comunicação social, para comunicação de risco

3.2.2.1 - Práticas pedagógicas nos ensinos básico e secundário para o risco

3.2.1.2 COMUNICAÇÃO ESPECIALIZADA DE PROXIMIDADE

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- A informação e sensibilização pública é uma componente fundamental na prevenção e no aumento da resiliência das populações face ao risco de incêndios rurais. Um comportamento adequado da população, antes, durante e depois dos incêndios rurais, poderá diminuir o número de ocorrências, área ardida, e os impactos sociais (feridos, mortos, desalojados) e económicos. Para se alcançarem estes objetivos, pretendem-se realizar ações de sensibilização da população a nível local que contribuem para a adoção de práticas mais seguras no âmbito da prevenção e combate a incêndios por parte de toda a comunidade.

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019 era de 0 ações de sensibilização
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: foi de 129 ações de sensibilização

Indicadores de Referência:

- a) nº ações de sensibilização locais
- b) nº de pessoas sensibilizadas

Outros Indicadores de Execução:

- a) nº de iniciativas de comunicação
- b) nº de cidadãos abrangidos pelas iniciativas
- c) variação do número de incêndios
- d) variação da área ardida

Valores de Referência:

- Os valores de referência associados a uma ação de sensibilização foram obtidos com base na informação disponibilizada pelos municípios que forneceram dados para a elaboração da presente ficha. Este custo varia entre 20€ e 3000€

Metas:

- 2023-2030: execução anual de 80% do nº de iniciativas de comunicação programadas
- 2023-2030: 70 % dos cidadãos esperados nas ações de comunicação programadas

Fontes de informação

- As entidades responsáveis pela fonte de informação são os municípios e a GNR.

Outros projetos correlacionados a nível regional:

- 3.2.1.1 Comunicação integrada para o risco
- 3.2.1.2 Comunicação especializada de proximidade
- 2.3.1.2 Gestão de combustível nos aglomerados rurais e envolvente de áreas edificadas
- 2.3.1.4 Programas “Aldeias Seguras” e “Pessoas Seguras”
- 4.1.1.1 Cartografia de risco

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

3.2.1.3 COMUNICAÇÃO DAS ENTIDADES EM CONTEXTO DE EMERGÊNCIA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Numa emergência é necessário que a população esteja familiarizada com potenciais riscos e situações que possam por em perigo a sua vida e consequentemente quais as medidas de autoproteção que devem adotar. Neste âmbito é importante que a comunicação se processe numa linguagem acessível, de fácil e imediata compreensão, veiculada através de sistemas que sejam confiáveis para que as pessoas possam reagir adequadamente e em função dos perigos existentes.
- Razão sumária pela qual é importante capacitar “atores” no seio das entidades integrantes do SIOPS, por forma a garantir o mesmo nível de compreensão quer dos conceitos, quer das estratégias de comunicação, evitando-se a divulgação de informação contraditória e/ou ineficaz.
- Ao nível R/SR importa, em articulação com o patamar nacional:
- Preparar a capacitação regional em comunicação de emergência / media training;
- Preparar a evolução para atores locais (elementos de comando dos Corpos de Bombeiros, Serviços Municipais de Proteção Civil, etc.).

Situação de Referência:

- A situação de referência t0 para o projeto: desconhecida;
- Numa primeira fase serão capacitados apenas os porta-voz de cada entidade (86 elementos):
 - - 18 Autarquias;
 - - 1 AML;
 - - 65 Corpos de Bombeiros;
 - - 1 ANEPC (CSREPC);
 - - 1 GNR;
 - 15 ações
- As ações de capacitação deverão ser organizadas de forma a envolver todas as entidades alvo, que asseguram a comunicação em contexto de emergência:
 - - 86 elementos a formar na 1ª fase;
 - - 12 formandos por ação;
 - - 8 Ações de formação (86 formandos);
 - - Custo por ação de 16 horas (1.100 €), dois dias;
 - - Prever monitorização das ações de capacitação e resultados obtidos.
- Posteriormente, alargado a mais um elemento por entidade:
 - - 86 elementos a formar na 2ª fase;
 - - 12 formandos por ação;
 - - 7 Ações de formação (86 formandos);
 - - Custo por ação de 16 horas (1.100 €), dois dias.

Indicadores de Referência:

- Número de elementos capacitados para comunicar em contexto de Emergência: Dois (2) representacionais por entidade, num total de 172 elementos.
- - Número de entidades capacitadas para comunicar em contexto de Emergência: 86 entidades

Outros Indicadores de Execução:

- decorrente da intenção proposta ao nível regional, expectável a realização de dois seminários na Sub Região entre 2025 e 2030.

Valores de Referência:

- - 15 ações de formação de 16 horas com 12 formandos por ação;
- - Valor/ação de formação = 1.100 €;
- - 15 ações a 1.100 € = 16 500 €

Metas:

- **2025:** pelo menos 1 elemento por entidade com formação em media training em comunicação em situação de emergência;
- **2030:** 100 % das entidades e respetivos representantes com formação media training em comunicação em situação de emergência;

Fontes de informação

- ANEPC

Outros projetos correlacionados a nível ub-regional:

- 4.3.2.1 Adaptação do SGO a melhores práticas
- 4.4.1.3 Implementação e revisão dos planos de formação, reconhecimento e qualificação para as entidades do SGIFR

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia:

3.2.1.4 FORMAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (OCS) PARA COMUNICAÇÃO DE RISCO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- O grande objetivo da formação passa por garantir que a transmissão de informação e mensagens à comunidade sobre comunicação de risco é passada de forma clara e objetiva, sensibilizando sempre para a redução de comportamentos de risco.
- Para a realização da Formação dos Órgãos de Comunicação Social torna-se necessário, antes de mais, proceder ao levantamento do número de OCS em cada sub-região para que se possa definir, em consonância, o número de ações a realizar. Logo, o número de ações está diretamente associado à dimensão do território e ao número de OCS existentes na sub-região, e ao número de formandos a definir por sessão.
- A esta data totalizam-se 61 OCS na sub-região:
- A AGIF tem a incumbência de fazer anualmente o levantamento dos órgãos de comunicação social das diferentes tipologias a nível regional sub-regional, local e municipal em 2022, para que sirva de orientação à estruturação e foco das formações.
- Prevê-se como carga horária dois blocos de 4 horas que poderão ocorrer em momentos diferentes.

Os entregáveis são:

- 1.º Documento orientador da formação da comunicação de risco.
- 2.º Guia operacional de orientação aos OCS (em execução).

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: não se aplica
- b) a execução do biénio 2020-2021 para o projeto: não foram executadas ações de formação neste período.

Indicadores de Referência:

- 1) % de OCS por sub-região
- 2) Número de ações de formação por região.
- 3) % de profissionais de comunicação formados em comunicação de risco.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Não tem incidência sub-regional.

Metas:

- 2023-2030 - Uma ação de formação anual.
- % de profissionais de OCS formados na sub-região:
 - 2023: 10%
 - 2025: 30%
 - 2030: 80%

Fontes de informação:

- A entidade responsável pela fonte de informação é AGIF.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

4.1.1.1 Mapear as qualificações e os perfis profissionais de competências do SGIFR e elaborar referenciais de capacitação, reconhecimento e qualificação adequados.

4.4.1.2 Rede de identidades formadoras/instituições de ensino e bolsa de formadores/professores credenciados.

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

- Este projeto é declinável em função da proporção de OCS existentes nas sub-regiões.
- A CCDR e as Entidades Intermunicipais fornecem anualmente a atualização dos Órgãos de Comunicação Social existentes nas respetivas sub-regiões.

3.2.2.1 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO PARA O RISCO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento

- Pretende-se a sensibilização e educação dos alunos dos ensinos básico e secundário para a adoção de comportamentos responsáveis no âmbito da valorização dos recursos florestais e ensinar como agir em situações de incêndio (autoproteção), através do enriquecimento do plano nacional de educação com temas do risco do fogo.
- Ao nível do PNA foi prevista a inclusão de conteúdos educativos na escolaridade obrigatória e a criação de exposição científica itinerante sobre O FOGO, no âmbito do programa Ciência Viva.
- Esta ficha está correlacionada com a ficha de projeto 3.2.1.1. Comunicação Integrada para o Risco, no âmbito do qual foram já dinamizadas iniciativas de sensibilização junto da população jovem como o programa “Raposa Chama”.

A presente ficha de projeto é, assim, exclusivamente dirigida ao contexto da escola, nos níveis de ensino básico e secundário.

- Conforme dados disponíveis no portal PORDATA (imagem abaixo), no ano letivo de 2021/2022 na Área metropolitana de Lisboa, encontravam-se inscritos um total de 484.483 alunos, dos quais 126.334 (26%) em estabelecimento de ensino privado.
- De acordo com a mesma fonte, no ano letivo de 2021/2022, do total de 3.153 estabelecimentos de ensino, 1.749 (55%) são de ensino privado.

Numero de alunos matriculados

Territórios			Nível de ensino				
			Total	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário
Âmbito Geográfico	Anos		2021	2021	2021	2021	2021
NUTS III Área Metropolitana de Lisboa	ensino publico		358 149	92 578	53 762	86 913	89 208
	ensino privado		126 334	26 424	11 940	16 925	28 381
	total		484 483	119 002	65 702	103 838	117 589

Estabelecimentos de Ensino

			Nível de ensino				
			TOTAL	Ensino Básico - 1º Ciclo	Ensino Básico - 2º Ciclo	Ensino Básico - 3º Ciclo	Ensino Secundário
Âmbito Geográfico	Anos		2021	2021	2021	2021	2021
NUTS III Área Metropolitana de Lisboa	Ensino privado		1 404	262	118	107	104
	Ensino publico		1 749	517	181	238	128
	TOTAL		3 153	879	299	345	232

Fontes de Dados: DGEEC/ME-MCTES -
 Recenseamento Escolar
 Fonte: PORDATA
 Última actualização: 2022-09-06

- Considerando o universo de alunos a frequentar o ensino privado nos diferentes níveis de ensino na sub-região da AML, e sendo a ficha dirigida ao ensino obrigatório, deverá a mesma considerar o ensino público e o ensino privado.
- Na sub-região da AML a maior parte do território encontra-se abrangida por área urbana. Contudo é de realçar a existência das áreas florestais como a Tapada Mafra, o Parque Natural Sintra Cascais, o Parque Natural da Arrábida, ou ainda a Mata Nacional da Machada ou o Parque

Florestal de Monsanto, que além de integrarem pequenos aglomerados, são destino de lazer das populações residentes nos grandes centros urbanos limítrofes.

- Na área da educação para a cidadania, os temas de educação ambiental e desenvolvimento sustentável são obrigatórios para todos os níveis e ciclos de escolaridade, incluindo já temáticas como o território e paisagem, a biodiversidade, as alterações climáticas e outros, onde as questões dos recursos florestais e a problemática dos fogos rurais poderá ser (e em muitos casos já é enquadrada). Contudo em contexto urbano, estes têm especial enfoque nas situações de evacuação e simulacros nas escolas.

Assim, considerando as características e diversidade da presente sub-região, **importará:**

- Desenvolver ações de sensibilização ambiental e medidas de autoproteção, nas escolas dos concelhos de maior risco de incendio rural.
- Sensibilizar a população escolar do meio urbano para o risco de incendio rural, aquando da deslocação para o meio rural em tempo de férias.

Iniciativas/medidas

- Diagnóstico das iniciativas já existentes nos municípios e escolas abrangidas.
- Ações de promoção/integração de iniciativas de educação ambiental em todas as Escolas/agrupamentos de Escolas e níveis de educação/ensino.
- Integração/abordagem da temática do incendio florestal e sensibilização ambiental nos conteúdos letivos, como as disciplinas de cidadania, ciências ou geografia.
- Capacitar a população estudantil para a participação ativa e divulgação na comunidade. No âmbito dos projetos escola (por exemplo através da criação de clubes da floresta), permitir aos alunos a realização de atividades, panfletos e exposições que ajudem a passar a mensagem à comunidade.
- Implementação do dia da floresta (evento anual) em todas as escolas do ensino básico e secundário, com realização de atividades e exposições temáticas, visitas das entidades externas às escolas (Com o apoio e em articulação com Bombeiros, ANEPC, AGIF, ICNF).
- Visitas às entidades do SGIFR (ANEPC, ICNF, GNR), centros de interpretação ambiental e centros de ciência viva onde sejam realizadas exposições sobre a temática da floresta e incendio rural.
- Ao nível do ensino secundário, a realização de iniciativas em colaboração com o ICNF ou entidades do SGIFR, como a participação em ações de limpeza ou ações de proteção ambiental e da floresta.
- Monitorização do desenvolvimento do projeto

Próximos passos:

Conforme os resultados obtidos, poderá vir a ser ponderada a elaboração de um guia/criação de referencial a disponibilizar aos docentes para auxílio na implementação do programa nas escolas, com a colaboração da ANEPC.

Orçamento

A presente ficha não tem orçamento atribuído, porquanto as atividades são realizadas no contexto escola, dentro dos orçamentos existentes.

Contudo, poderá vir a ser ponderada previsão orçamental ao nível da sub-região, se da monitorização resultar que a concretização das iniciativas previstas é comprometida pela falta de verba dos agrupamentos ou estabelecimentos escolares.

A ponderar ainda, quando aplicável, o custo de produção do guia/referencial de apoio aos docentes.

Situação de Referência

- a) a situação de referência t0 para o projeto: a dezembro de 2021
- b) número de iniciativas realizadas sob a temática do fogo rural por escola

Indicador(es) de Referência

1. Número de alunos participantes, por ciclo de ensino em iniciativas orientadas para a prevenção dos incêndios, proteção e valorização da Floresta e/ou espaços rurais, identificação de risco de fogo rural e comportamentos de autoproteção nas escolas.
2. % De Escolas/Agrupamento de escolas do ensino público que desenvolvem iniciativas/projetos em torno das boas práticas nas áreas da prevenção de incêndios, proteção e valorização da floresta e espaços rurais.
3. Número de iniciativas realizadas sob a temática do fogo rural por ano e ciclo de ensino

Outros Indicadores de Execução

Valores de Referência

Metas:

- 2023:
 - Diagnóstico de Iniciativas por escola e ciclo de ensino
- 2030:
 - 80% das escolas têm programa de educação para o fogo
 - realização de pelo menos 1 evento anual em 80% das escolas por cada ciclo de ensino

Fontes de informação

- As entidades responsáveis pela fonte de informação são: DGESTE, Municípios.
- Portal do INE e Pordata

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

3.1.1.1 - Comunicação integrada para o risco

Cartografia correlata

Cartografia de planeamento: / Cartografia de resultado: / Não tem cartografia: x

Observações:

II.4 – GERIR O RISCO EFICIENTEMENTE

4.1.1.2 SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS METEOROLÓGICOS FORNECIDOS A ENTIDADES COM CAPACIDADE DE DECISÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- O IPMA possui uma rede nacional de estações meteorológicas automáticas, com as quais é calculado o índice de perigo de incêndio FWI. Em 2022, além de 92 estações do IPMA, o cálculo do índice FWI é efetuado também para 28 estações de 7 entidades externas (3 CIMs, 3 câmaras municipais e 1 universidade), perfazendo um total de 120 estações (ver anexo III).
- A presente ficha de projeto visa aumentar a densidade de observações (e previsões) do FWI recorrendo a redes institucionais/privadas de observação existentes na região LVT. O levantamento entre julho e setembro de 2022 permitiu identificar um universo potencial de 115 estações de 14 entidades distintas para serem analisadas e para eventual inclusão no processo de cálculo do FWI no IPMA.
- Do universo de 115 estações, 49 estações foram previamente analisadas pelo IPMA, com os seguintes resultados para a sub-região da AML (tabela 1):
 - 4 Estações de 2 redes foram consideradas para integração no sistema de processamento do IPMA para avaliação e inclusão no curto prazo na rede de cálculo do FWI (ABLGVFX (3), AML (1));
 - 17 estações de 1 rede foram consideradas para integração no sistema de processamento do IPMA para avaliação e inclusão a médio/longo prazo na rede de cálculo do FWI ou para “análise de precipitação” (AML (17))
 - As restantes 31 estações de 6 redes identificadas na AML, serão analisadas pelo IPMA até final de 2023 (AML-Ciclope (12), CM Almada (3), CM Cascais (5), Cm Mafra (6), CM Sintra (2) e SMPC Loures (3))

Tabela 1 – Entidades da sub-região AML com estações meteorológicas automáticas que poderão integrar o sistema de cálculo do índice FWI

ABLGVFX	Associação Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CMAlmada	Câmara Municipal de Almada
CMCascais	Câmara Municipal de Cascais
CMMaфра	Câmara Municipal de Maфра
CMSintra	Câmara Municipal de Sintra
SMPC Loures	Serviço Municipal de Proteção Civil de Loures

<ul style="list-style-type: none"> • Para a adequada recolha e tratamento dos dados, é contemplada a formação, pelo IPMA, dos elementos das respetivas entidades sobre observação e índice FWI. • A integração das estações, será feita após a validação pelo IPMA, mediante a celebração de protocolos entre o IPMA e cada entidade fornecedora de dados de observação.
<p>Situação de Referência:</p> <p>a. Ausência de estações de redes externas ao IPMA (na sub-região AML) no sistema de cálculo nacional do índice FWI</p> <p>b. Ausência de formação às entidades de nível sub-regional na AML sobre observação e índice FWI</p>
<p>Indicadores de referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Número de estações meteorológicas analisadas previamente para possível integração na rede nacional de cálculo do FWI • Número de estações meteorológicas integradas no sistema de processamento do IPMA para avaliação de possível integração na rede nacional de cálculo do FWI (após análise prévia de set 2022) • Número de estações meteorológicas integradas na rede nacional de cálculo do FWI (da lista de estações validadas no indicador anterior) • Número de estações meteorológicas novas ou (após análise prévia set 2022) reestruturadas, para integração no sistema de processamento do IPMA e na rede nacional de cálculo do FWI • Número de elementos formados para recolha e utilização por região
<p>Outros Indicadores de Execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Não se aplica.
<p>Valores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Universo de 49 estações meteorológicas automáticas de 6 redes com potencial para integrar cálculo do índice FWI
<p>Metas:</p> <p>2023:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>4 Estações para integração</u> no sistema de processamento do IPMA para avaliação e inclusão no curto prazo na rede de cálculo do FWI (2 redes: ABLGVFX (3), AML (1)) • <u>17 estações para integração</u> no sistema de processamento do IPMA para avaliação e inclusão a médio/longo prazo na rede de cálculo do FWI ou para “análise de precipitação” (1 rede – AML (17)) • <u>31 estações para análise prévia</u> (6 redes – AML-CICLOPE (12), CMAImada (3), CMCascais (5), CMAfra (6), CMSintra (2), Loures-Ciclope (1), SMPC Loures (2)) <p>2024:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pelo menos <u>1 elemento formado</u> de cada uma das entidades que suportam e colaboram
<p>Fontes de informação:</p> <p>Entidades com redes de observação (coordenadas da localização das estações, tipos de sensores, altura do solo a que estão os sensores, formatos de dados a partilhar, protocolos de manutenção das estações, ...)</p>
<p>Outros projetos correlacionados a nível sub-regional: Não se aplica.</p>
<p>Cartografia correlata:</p> <p>Cartografia de resultado: X</p>

ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS AUTOMÁTICAS – CÁLCULO FWI

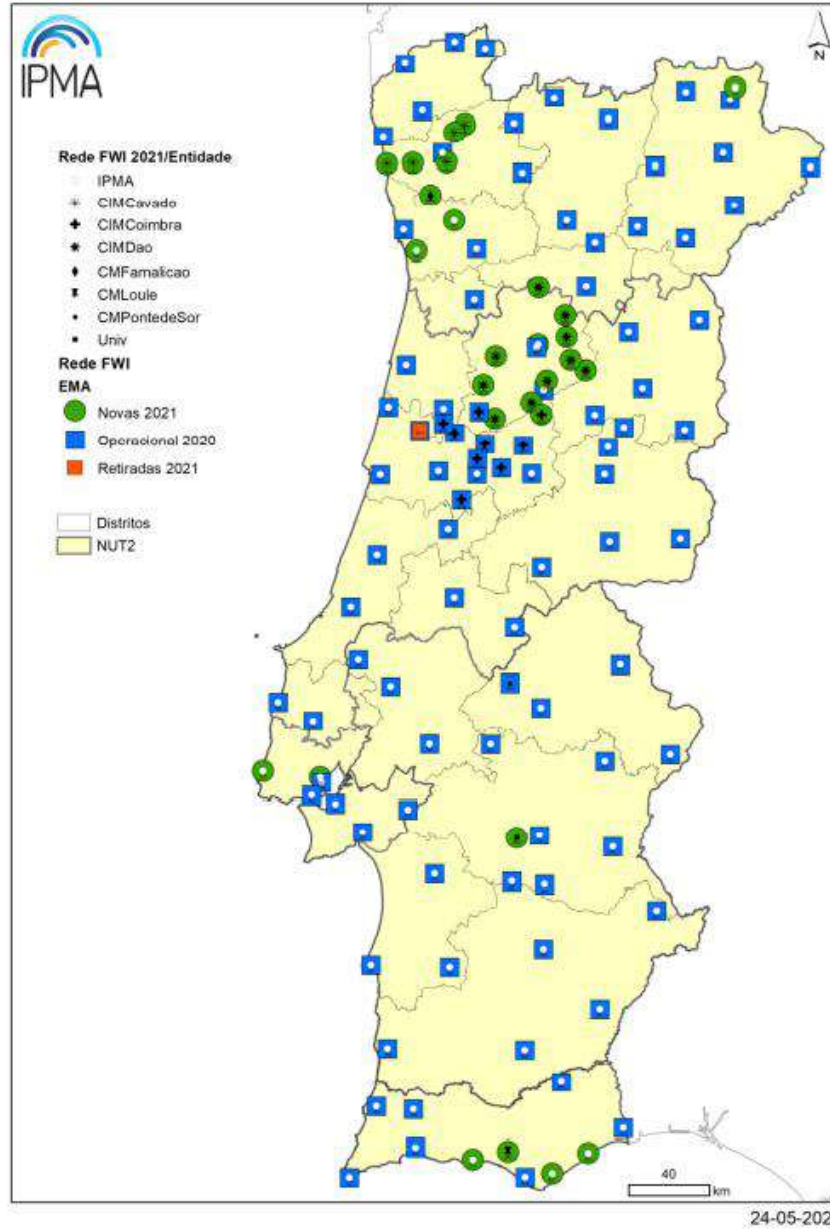


Imagem 1 _ IPMA _ rede nacional de estações meteorológicas automáticas – cálculo de FWI



Imagem 2 _ CLIMA.AML mapa localização das estações meteorológicas

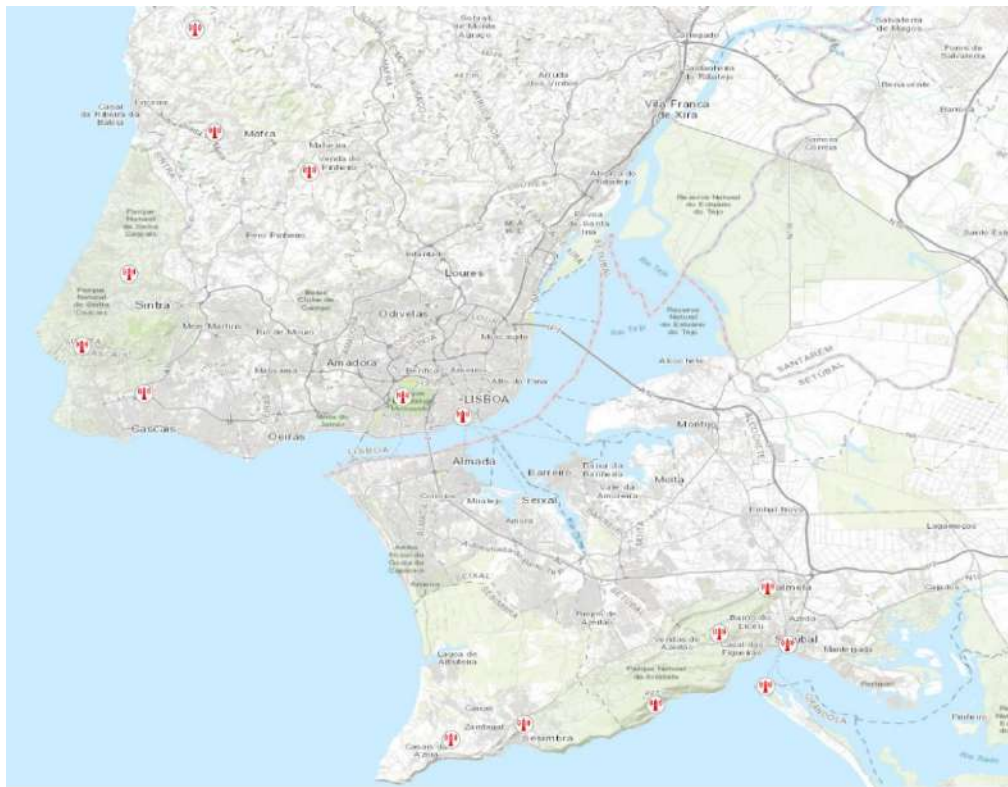


Imagem 3 _ AML Ciclope mapa localização torres videovigilância com sensores meteorológicos

4.1.2.1 CONSTITUIÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADA DOS FOGOS RURAIS (SGIFR)

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- A existência do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (SDFCI) é o referencial de enquadramento prévio ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) que este pretende substituir. Tal significa:
 - a) a criação da Comissão Nacional de GIFR;
 - b) **a criação das novas Comissões (Regional e Sub-regionais) de GIFR;**
 - c) a extinção das Comissões Municipais de DFCI e a criação das novas Comissões Municipais de GIFR;
 - d) o DL nº 82/2021 entrou em vigor no dia seguinte à sua publicação a 13 de outubro de 2021 nas suas secções II Governança e III Planeamento.
- O presente projeto trata apenas da alínea **b)** no que à criação da CSubR GIFR diz respeito.
- Link: <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/82-2021-172745163>

Situação de Referência:

A situação de referência t0 para o projeto corresponde a dezembro de 2019:

- N.º de Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) em funcionamento na Sub-região da AML = 18 (de um total de 18 municípios).

A execução do triénio 2020-2022 para o projeto corresponde: Não se aplica.

Indicador de Referência:

- Comissão Sub-regional de GIFR da AML constituída a 17 de fevereiro de 2022.

Outros Indicadores de Execução: Não tem.

Valores de Referência:

- Não tem orçamento atribuído na medida em que o funcionamento das Comissões de GIFR é assegurado pelas entidades que aceitaram participar e está previsto no DL nº 82/2021 (n.º5 do art.º 25º) que não confere qualquer direito de natureza pecuniária pela sua participação.

Metas:

- 2022 - Constituição da Comissão sub-regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais.
- 2030 – CSubR GIFR em funcionamento.

Fontes de informação:

- A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF/ AML.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 4.1.2.3 Elaboração e implementação dos Programas de Ação e de Execução pela ligação direta das Comissões e a sua competência de elaborar e aprovar os Programas.

Cartografia correlata: Não tem cartografia: X

Observações:

- No que diz respeito à ficha deste projeto ao nível PSA, a entidade responsável é por inerência a respetiva Entidade Intermunicipal.
- Para a situação de referência a 2019 e o biénio 2020/2021 é fornecida, em PSA, a tabela relativa às CMDFCI respetivas.

4.1.2.2 PROGRAMAÇÃO E DIMENSIONAMENTO DO SISTEMA

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- Pressupõe o levantamento das necessidades anuais do território sub-regional e a definição de prioridades através da elaboração de um estudo prévio, no qual se identificam os requisitos da cadeia de processos, ao nível:
 - Recursos humanos;
 - Equipamentos;
 - Distribuição por ordem de prioridades.
- Pressupõe de igual modo a execução de avaliações anuais pós campanha.
- O caderno de encargos para a elaboração deste estudo encontra-se em fase de contratação com efeitos materiais no 2º semestre de 2023.
- O resultado do estudo prévio servirá de baseline para o planeamento.

Os entregáveis são:

- 1º) Estudo prévio/relatório do levantamento das necessidades de carácter anual.
- 2º) Diretriz operacional com matriz de rácios de cobertura do território por dispositivo.

Situação de Referência:

- **a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019:** corresponde ao nº de recursos humanos e equipamentos afetos às entidades do SGIFR, não tendo sido possível, contudo reunir esta informação em tempo útil pela sua dispersão e especificidade.
- **a execução do triénio 2020-2022 para o projeto:** corresponde ao nº de recursos humanos e equipamentos afetos às entidades do SGIFR, não tendo sido possível, contudo reunir esta informação em tempo útil pela sua dispersão e especificidade.

Indicadores de Referência:

- a) Número de recursos necessários por sub-região e tipo;
- b) Financiamento necessário para funcionamento;
- c) Avaliações anuais da campanha.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Projeto sem incidência sub-regional em termos de orçamento.
- Valor do estudo prévio (PNA).

Metas:

- 2023: um estudo prévio realizado;
- 2023-2030: avaliação anual pós campanha (3ºT);
- 2023-2030: % de necessidades colmatadas anualmente;
- 2023-2030: relatório de necessidades pré-campanha anual;

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

4.1.2.4 Normas Técnicas e Diretivas Operacionais.

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

- Este projeto é declinável a nível sub-regional com a devida adaptação ao nº de recursos humanos e equipamentos das entidades do SGIFR respetivas.
- Está a decorrer um estudo à escala nacional de dimensionamento do sistema que irá permitir ajustar à realidade os valores desta ficha.

4.1.2.3 ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PROGRAMAS DE AÇÃO E EXECUÇÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Racional de enquadramento:

- A existência do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI) é o referencial de enquadramento prévio ao Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (GIFR) que este pretende substituir.
- Se no projeto 4.1.2.1 se tratava da constituição das Comissões de GIFR dos diferentes níveis em substituição das Comissões de DFCI, neste projeto trata-se da elaboração dos novos instrumentos de planeamento., nomeadamente:
 - a) a elaboração do Programa Regional de Ação GIFR;
 - b) a elaboração dos Programas Sub-regionais de Ação de GIFR;
 - c) a elaboração dos Programas Municipais de Execução de GIFR;
 - d) o DL nº 82/2021 prevê a vigência dos Planos Municipais de DFCI até à aprovação dos PME de GIFR até ao limite de 31 de dezembro de 2024.
- O presente projeto diz respeito apenas à alínea **b)** elaboração do PSA e à alínea **c)** quanto ao acompanhamento dos PME (entendendo-se como emissão de pareceres prévios e monitorização da sua execução).

Assim, enquadra-se:

- O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA).
- O Programa Nacional de Ação do plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais - Resolução de Conselho de Ministros nº71 - A/2021, em 8 de junho de 2021.
- Decreto-Lei nº 82/2021, estabelece o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais no território continental e define as suas regras de funcionamento.
- O Programa Regional de Ação de Lisboa e Vale do Tejo (PRA-LVT).

É objetivo:

- Aprovação do Programa sub-regional de Ação (PSA) da região em 2023 e aprovação de fichas de projeto.
- Elaboração de um mapa com as prioridades dos projetos e ações, com identificação objetiva das áreas de intervenção por prioridade de ação.

Situação de Referência:

a) a situação de referência t0 para o projeto, a dezembro de 2022:

- corresponde a 16 Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) em vigor incluindo Plano Intermunicipal PIDFCI da Arrábida (Setúbal, Palmela e Sesimbra).

Indicadores de Referência:

- 1) Programa sub-regional de ação de GIFR aprovado.
- 2) Nº de pareceres emitidos em relação aos Programas Municipais de Execução (PME)
- 3) % de execução do Programa Sub-regional de ação de GIFR
- 4) % de execução financeira dos projetos chave

Outros Indicadores de Execução:

Percentagem de execução dos projetos inscritos em programa de ação

Valores de Referência:

- Não se aplica.

Metas:

2023 • 1 PSA aprovado

2024 • 18 PME com parecer emitido

2025 • 1 PSA de GIFR em execução, monitorizado e avaliado
 • 18 PME em execução e monitorizados anualmente
 • 25% de execução do Programa sub-regional de Ação de GIFR
 • 50% de execução financeira nos projetos chave

2030 • 1 PSA implementado, monitorizado e avaliado
 • 18 PME monitorizados
 • 75% de execução do Programa sub-regional de Ação de GIFR
 • 70% de execução financeira nos projetos chave

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

4.1.2.1 Constituição e funcionamento das Comissões de Gestão Integrada do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR).

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

- A ficha PSA é replicável da ficha da região LVT, variando a designação para PSA GIFR e o número de PME será apenas o correspondente ao de cada sub-região.
- Para a situação de referência a 2019 e o biénio 2020/2021 será fornecida, em âmbito de PSA, tabela relativa aos PMDFCI respetivos.

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF/ Entidades do SGIFR.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 4.1.2.1 Constituição e funcionamento das comissões de gestão integrada do sistema de gestão integrada dos fogos rurais.
- 4.1.2.3 Elaboração dos programas e ação e de execução.

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

4.1.3.1 ORÇAMENTO DO SGIFR COM VISÃO PLURIANUAL

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Estado: Passagem a Processo

- A obtenção das necessidades orçamentais regionais / sub-regionais é já tratada como processo, mesmo ainda estando pendente à data a publicação do Manual de Processos, sendo parte integrante de vários processos da PL1 e PL3, durante a elaboração dos instrumentos de planeamento do SGIFR à escala regional e municipal.
- Desta forma, em sede de implementação e monitorização regional / sub-regional, este projeto passará a ser interpretado como Processo, logo que concluída a sua transição.

Racional de enquadramento:

- Medida de carácter anual, anexada ao OE e dependente da sua aprovação.
- Visa garantir a harmonização do planeamento e controlo financeiro para cada nível de planeamento, através da visão integrada do plano de ação.
- Anualmente ocorre o ciclo de planeamento e revisão do OE, numa lógica ascendente, do nível municipal para o nível nacional (PME – PNA), dos diferentes projetos que podem ter um perfil multi-entidades, com descrição das ações previstas, com uma visão plurianual, influenciado pela execução orçamental do ano anterior e que pode levar à necessidade de se fazer uma revisão em alta ou em baixa, face ao previsto/executado.
- Trata-se de um procedimento de natureza interna de coordenação da parte da AGIF pelo que a sua incidência no planeamento regional, sub-regional e municipal é meramente indicativa.

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto a dezembro de 2019: não se aplica.
- b) a execução do triénio 2020-2022 para o projeto: não se aplica.

Indicadores de Referência:

1. % de execução orçamental no ano anterior
2. Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte

Outros Indicadores de Execução:

- Relatórios trimestrais de execução do SGIFR da responsabilidade da AGIF.

Valores de Referência:

- Sem orçamento declinado a nível sub-regional.

Metas:

- Anual (com visão plurianual) - 2ºT: entrega das necessidades do território (Valores de investimento e operação, em euros, para o ano seguinte), para previsão no ciclo de preparação do OE que ocorre no final do primeiro semestre.

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 4.1.3.2 Mapeamento e mobilização de fontes de financiamento.

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações

- Está a decorrer um estudo à escala nacional que irá permitir ajustar à realidade os valores desta ficha.
- A nível de cada PSA pode ser transcrita a presente ficha na medida em que apenas se trata de um procedimento “bottom-up” anual de organização do orçamento.

4.2.2.1 SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Estado: Passagem a Processo

- A monitorização e avaliação dos instrumentos de planeamento do SGIFR é já encarada como processo, de forma transversal a vários como o PL1, PL2, os vários SC, PE3, etc decorrendo em paralelo com a implementação das componentes estratégicas.
- Adicionalmente, as iniciativas originalmente previstas no PNA para a componente operacional, transversais a vários projetos, encontram-se atualmente suspensas e sem data de previsão para a sua implementação.
- Desta forma, em sede de implementação e monitorização regional / sub-regional, este projeto passará a ser interpretado como Processo, logo que concluída a sua transição.

Racional de enquadramento:

- Definir e implementar um sistema de monitorização e avaliação para todas as equipas operacionais envolvidas no SGIFR, acompanhando os processos que incluam uma avaliação de desempenho regular, contribuindo para melhores resultados das equipas operacionais através da implementação de um sistema de avaliação com foco na melhoria contínua do seu trabalho e uma melhor execução do mesmo.
- Os critérios serão os que cada entidade considerar relevantes planear numa perspetiva transversal, com base no documento MIR, entre outros que sejam pertinentes, devendo ter em consideração os contributos que esses critérios terão para os indicadores SGIFR.
- O resultado desses indicadores cruzados com os resultados de monitorização/ avaliação obtidos em cada entidade, permitirá identificar boas práticas e debilidades do sistema, de forma a difundir-las ou a introduzir necessidades/ oportunidades de melhoria bem como o desenvolvimento e implementação de medidas corretivas
- Realização sub-regional da monitorização e avaliação das equipas de acordo com os indicadores e modelo definido à escala nacional/regional.
- Monitorização da performance e grau de cumprimento à escala da sub-região.

Situação de Referência:

- Sem existência de t (0):** Sistema não implementado.
- Execução do triénio 2020-2022:** Não se aplica.

Indicadores de Referência:

1. Documento orientador do modelo de monitorização de incêndios rurais (MIR).
2. Sistema de monitorização e avaliação integrado:
 - Nº de sessões de avaliação por ano;
 - Grau de cumprimento das diretivas operacionais.

Outros Indicadores de Execução:

- Não se aplica.

Valores de Referência:

- Este projeto não tem orçamento com declinação sub-regional.

Financiamento:

- SAMA, PRR.

Metas:

- 2023-2030: 3 reportes intercalares por ano (jan-abr; mai-Ago, set-dez).

- 2023-2030: 1 Avaliação anual

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF.

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

4.1.2.3 Sistema de Lições Aprendidas

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento: /Cartografia de resultado: /Não tem cartografia: X

Observações:

- Adoção dos indicadores MIR redefinidos para 2021/2022 - trabalho este de realização espectável até ao fim do ano 2023. A ficha será revista tendo em conta estes indicadores, e tendo em conta adicionalmente o seu alargamento a outras fases da cadeia de processos.

4.2.2.3 SISTEMA DE LIÇÕES APRENDIDAS

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Estado: Concluído

- Existe uma SubComissão Nacional específica de lições aprendidas, havendo o compromisso de prestar informação anual distribuível pelas regiões
- Há já uma Plataforma testada e implementada – Plataforma de Lições Aprendidas
- O projeto foi concluído, e irá continuar a ser monitorizado, mas sob a forma de processo
- Enquanto ferramenta de um sistema de qualidade e de melhoria contínua, a capacidade de Lições Aprendidas (LA) permite sistematizar e divulgar informação dispersa de forma transversal e ainda valorizar e integrar no SGIFR as experiências e o conhecimento existentes ao nível das pessoas e de cada entidade, contribuindo para melhorar a gestão e capitalização do conhecimento nas entidades. As lições deverão ser abrangentes a todas as atividades do SGIFR, podendo ser produzidas no seguimento de operações, exercícios, formação e experiências positivas e/ou negativas.
- Nesse sentido, pretende-se que as entidades nucleares do SGIFR - ANEPC, GNR e ICNF, e as outras entidades do SGIFR colaborem na implementação de uma capacidade de LA, num processo comum e interoperável, promovido e organizado pela AGIF, com base na metodologia definida pela Organização do Tratado do Atlântico Norte/JALLC (OTAN) e em uso pelo Estado Maior do Exército Português, que simultaneamente assegure a capacidade e a possibilidade de gestão autónoma das etapas relativas ao processo dentro de cada organização.
- O sistema de LA no âmbito do SGIFR consiste numa estrutura centralizada de gestão e para a qual, as estruturas de LA e/ou de Gestão da Qualidade das diferentes entidades, contribuem localmente com oportunidades de melhoria (e replicação de boas práticas) e lições identificadas, num processo dinâmico, partilhado e cooperativo.
- A nível regional e sub-regional as entidades que integram a SGIFR são beneficiárias, pelo que não têm um papel ativo na conceção e instalação da capacidade de lições aprendidas, mas apenas de registo de observações, consulta das LA e promoção da utilização da capacidade.

Principais conceitos da Plataforma de LA:

- a) só se aplica às ocorrências dos operacionais em contexto de incêndios rurais (inclui toda a cadeia de valor desde a prevenção até à pós-supressão);
- b) acidente: ocorrência em que há registo de óbito;
- c) incidente: todas as ocorrências sem óbito; d) oportunidade de melhoria/registo: ato de carregamento de informação tida por relevante aquando da ocorrência feita pelo operacional ou outrém;
- e) LA identificada: ocorrência registada, tida por relevante e que deu origem a uma proposta de procedimento de melhoria;
- f) LA aprendida: é a incorporação nas entidades e no SGIFR das LA identificadas através dos procedimentos considerados aprovados (regulamento, normativo, diploma legal, etc.).

Situação de Referência:

- a) a situação de referência t0 para o projeto: não aplicável - por não haver sistema implementado nem equivalente
- b) a execução do triénio 2020-2022 para o projeto: Desenvolvimento conceptual da plataforma de LA em curso a nível nacional.

Indicadores de Referência:

1. % de acidentes em incêndios rurais identificados no sistema das LA do SGIFR
2. nº de observações registadas na plataforma

Outros Indicadores de Execução:

1. Nº de observações registadas na plataforma
2. Relatório regional dos registos e resultados da capacidade das lições aprendidas

Valores de Referência:

- Considerou-se como valor de referência o custo atribuído de zero € por indicador de referência.

Financiamento:

- PRR, OE

Metas:

2023	<ul style="list-style-type: none"> • Plataforma de LA está testada e operacional
2024	<ul style="list-style-type: none"> • As entidades estão habilitadas para utilizar a plataforma
2025	<ul style="list-style-type: none"> • 100% dos acidentes em incêndios rurais são registados na plataforma de LA • 25% dos incidentes são registados na plataforma de LA; • 100% dos quais tiveram uma resposta da plataforma de LA
2030	<ul style="list-style-type: none"> • 100% dos acidentes em incêndios rurais registados deram origem a lições identificadas; • 50% das lições identificadas deram origem a lições aprendidas; • 100% dos incidentes são registados na plataforma das LA; • 50% dos quais dão origem a lições identificadas; • 50% das quais são lições aprendidas.

Fontes de informação

- A entidade responsável pela fonte de informação é AGIF

Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:

- 4.2.2.1 Sistema de Monitorização e Avaliação

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

- Dada a natureza das iniciativas constantes do projeto, a sua declinação ao nível municipal é idêntica ao nível sub-regional.

4.3.1.1 IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO ORGANIZATIVO DE MODO FASEADO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Projeto não declinado

- Este projeto não foi declinado porque o modelo organizativo está já em aplicação generalizada, pelo que o conceito de área piloto experimental (Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março) se vê esgotado no tempo. Neste contexto, estando o objetivo esgotado, não serão criados projetos piloto adicionais.

Racional de enquadramento:

- A publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 25/2021, de 22 de março, aprovou 3 projetos-piloto - Projeto-piloto de Alto Tâmega (Norte), da Região de Coimbra (Centro) e do Algarve Barlavento (Algarve), no âmbito do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).
- Estes projetos abrangem 6 municípios do Norte (NUTS III Alto Tâmega, i.e., os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar), 7 municípios do Centro (Arganil, Coimbra, Góis, Lousã, Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra e Penela) e 6 municípios do Algarve (Aljezur, Monchique, Portimão, Vila do Bispo, Lagos e Silves) e têm como objetivo promover a organização, os recursos e a cadeia de processos do PNGIFR.
- Para atingir estes objetivos estes projetos incidiram com especial foco:
 - a) Modelo de governança, através da articulação da tomada de decisão entre as entidades ao nível regional, sub-regional e municipal;
 - b) Especialização das equipas, nas componentes de suporte, mobilização, coordenação e monitorização dos agentes do SGIFR;
 - c) Mobilização dos agentes SGIFR orientados para as melhores práticas de proteção de pessoas, animais e bens;
 - d) Implementar projetos de inovação e desenvolvimento da cadeia de processos;
 - e) Rotina e padronização da monitorização e mecanismos de reporte;
 - f) Mobilização das fontes de financiamento para os processos prioritários.
- A Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I.P. (AGIF, I.P.) coordenou e operacionalizou a execução dos projetos-piloto, apoiada por um grupo de trabalho específico, i.e., Forças Armadas, Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Polícia Judiciária, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., Comunidades Intermunicipais e Municípios.
- Os Projetos-Piloto assumiram um papel acelerador, permitindo comparar os seus resultados, por forma a potenciar a eficácia e eficiência dos processos no alcance das metas do PNGIFR, despertando uma consciência coletiva, comprometida com uma visão integrada e mobilizadora.
- Como projetos piloto aceleradores cumpriram e cumprem o seu papel original, contudo, estando, entretanto, as Comissões Regionais e Sub-Regionais em pleno funcionamento, o modelo organizativo está já em aplicação generalizada, pelo que o conceito de área piloto experimental se vê esgotado no tempo. Neste contexto, estando o objetivo esgotado, não serão criados projetos piloto adicionais, pelo que se considera que a **ficha de projeto não é aplicável**.

4.3.2.3 GESTÃO DA SUPRESSÃO

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

- Este projeto tem por principal objetivo garantir a capacidade das entidades para dar resposta eficaz e eficiente à fase de supressão e socorro, numa lógica de otimização de meios face às necessidades da sub-região da AML.

Situação de Referência:

- Efetuou-se um levantamento dos meios disponíveis de supressão/necessários por tipologia, para a sub-região da AML;

Indicadores de Referência:

- Definir critérios para atribuição de meios de supressão para a sub-região da AML;
- Definir critérios de priorização para atribuição de meios de supressão para a sub-região da AML;
- Investir no recrutamento, formação, aquisição, substituição e modernização dos recursos (humanos e equipamentos) para dotar o dispositivo de combate, em linha com os critérios de priorização definidos;
- Programa de Informação para Recrutamento de Voluntários para os Corpos de Bombeiros.

Outros Indicadores de Execução:

- Não aplicável.

Valores de Referência:

- Não havendo ainda um levantamento de todos os meios de supressão disponíveis por tipologia, assim como a definição de critérios para a sub-região da AML para atribuição dos mesmos, considerou-se como ponto de partida o reequipamento/renovação de Veículos dos Corpos de Bombeiros da AML (1 VFCl e/ou 1 VTTR/F e/ou 1 VCOT, num total de 65 Corporações);
- Reequipamento/renovação de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) dos Corpos de Bombeiros da sub-região da AML (4 EPI/bombeiro, num total de 5153 bombeiros na AML);
- Programa de Informação para Recrutamento de Voluntários para os Corpos de Bombeiros;
- Considerou-se como valor de referência o custo atribuído por tipo de veículo (Diretiva Financeira 2022, ANEPC):
 - VFCl = 154.000 €
 - VTTR/F = 205.000 €
 - VCOT = 46.000 €
 - VPCC = 800.000 €,

VCOT - Veículo de Comando Tático

VFCl - Veículo Florestal de Combate a Incêndios

VTTF - Veículo Tanque Tático Florestal

EPI - Equipamentos de proteção individual

Metas sub-regionais

Na sub-região da AML existem 65 cooperações de bombeiros e 5153 bombeiros (dados de 15/9/2022). Pretende-se aumentar o número de bombeiros voluntários na AML implementando-se

um programa para esse efeito. Pretende-se também dotar até 2030 cada cooperação de bombeiros com 1 VCOT, 1 VFCl, 1 VTTF e que cada bombeiro tenha 4 EPI.

- Programa de Informação para Recrutamento de Voluntários para os Corpos de Bombeiros para 2020-2030: **300.000 €**
- 2025: 50% das aquisições identificadas como necessárias efetuadas: 99 viaturas (33 VCOT +33 VFCl + 33 VTTF). Orçamento: **14.166.900€**
- 2030: 100% das aquisições identificadas como necessárias efetuadas: 96 viaturas (32 VCOT+32 VFCl + 32 VTTF). Orçamento: **13.737.600 €**
- 5153 Bombeiros na AML reequipados com 4 EPI por cada Bombeiros até ao ano de 2030: **1.1579.822 €**

Valores unitários viaturas com IVA 6%: VCOT – 48760 €, VFCl – 163240 €, VTTF – 217300 €

Valores unitário de cada EPI com IVA 6% – 561,8 €

VCOT - Veículo de Comando Tático

VFCl - Veículo Florestal de Combate a Incêndios

VTTF - Veículo Tanque Tático Florestal

EPI - Equipamentos de proteção individual

Metas:

- 2025: 50% das aquisições identificadas como necessárias, efetuadas.
- 2030: 100% das aquisições identificadas como necessárias, efetuadas.

Fontes de Informação:

- ANEPC

Outros projetos correlacionados:

- 4.3.1.4 Especialização de agentes e de entidades
- 4.3.1.2 Apoio à decisão operacional do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil
- 4.3.2.1 Adaptação do SGO às melhores práticas internacionais
- 4.3.2.2 Gestão dos meios aéreos
- 4.3.2.4 Definição de critérios para classificação como fogo de gestão
- 4.2.4.2 Conhecimento da localização dos meios

Cartografia correlata:

Cartografia de planeamento:

Cartografia de resultado:

Não tem cartografia: X

Observações:

4.4.1.3 IMPLEMENTAÇÃO E REVISÃO DOS PLANOS DE FORMAÇÃO, RECONHECIMENTO E QUALIFICAÇÃO PARA AS ENTIDADES DO SGIFR

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS ESPECÍFICOS

Estado: Concluído

- O projeto foi concluído, e irá continuar a ser monitorizado, mas sob a forma de processo.

Racional de enquadramento:

- A formação é uma componente fundamental para o sucesso do SGIFR.
- A formação qualificante é uma garantia de uma maior estabilidade dos efetivos e o reconhecimento da sua profissão pelo que este projeto está orientado exclusivamente para a formação no âmbito do Plano Nacional de Qualificação.

Pressupostos para os cálculos do projeto de Formação Profissional – Qualificação Não Superior:

a. As necessidades de qualificação dos agentes, constantes do Plano Nacional de Qualificação, foram calculadas, para o nível nacional, com base nas informações enviadas pelas entidades (ANEPC, GNR e ICNF), para cada UFCD identificada como necessária para funções/atividades chave SGIFR;

b. Estas necessidades identificadas são a referência de base para o cálculo das necessidades ao nível regional e sub-regional, de forma a existir coerência entre os valores às várias escalas geográficas.

c. As estimativas ao nível do PSA foram obtidas considerando as estatísticas recolhidas, para a sub-região, relativas aos efetivos de BV, UEPS e ESF;

d. Como existe discrepância entre as necessidades formativas / efetivos, apresentados ao nível nacional (PNQ) e regionais, a solução encontrada foi a relativização das necessidades de formação, tendo como referência as necessidades nacionais (PNQ) e a distribuição relativa dos agentes em cada região;

e. Para os primeiros 5 anos do PNQ (2023-2027), foram consideradas as necessidades elencadas pelas entidades, a um ritmo regular de formação de 20 % / ano;

f. Para os 3 anos seguintes (2028-2030), foi considerada uma rotatividade de agentes de 20 % / ano e necessidades de formação dos novos agentes ao mesmo ritmo anual;

g. Foram considerados 15 formandos por ação e um custo médio de 1.750 €/25 horas de formação. Os custos foram considerados fixos, sem atualizações por inflação ou deflação.

Com base nestes pressupostos apresenta-se uma proposta de alinhamento entre o plano de formação a implementar e as necessidades formativas das funções SGIFR da Sub-Região da AML.

Área Metropolitana de Lisboa			
Nº formandos	Nº ações de formação	Total horas	Custo total (€)
3 832	255	8 806	616 422 €
766	51	1 761	123 284 €
766	51	1 761	123 284 €
153	10	352	24 657 €
4 599	307	10 567	739 706 €

Os entregáveis do presente projeto são os seguintes:
<ol style="list-style-type: none"> 1. Diagnóstico das necessidades de formação, capacitação técnica e qualificação dos agentes do SGIFR; 2. Mapeamento dos perfis prioritários formados; 3. Programa de formação com identificação de prioridades, de acordo com os resultados do diagnóstico, e do mapeamento dos perfis.
<p>Situação de referência:</p> <p>a) Formação realizada pelas entidades SGIFR correspondentes as UFCD `s do PNQ entre o triénio 2020, 2021 e 2022.</p>
<p>Indicadores de Referência:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. nº de ações de formação realizadas /ano 2. nº de formandos/ano
<p>Outros Indicadores de Execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diagnóstico das necessidades • % De execução de ações de formação executadas de acordo com o diagnóstico
<p>Valores de Referência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Custo por formando: 234 € / curso de 50 horas. • Custo por ação de formação UFCD 50 horas: 3500 €. • Nº de formandos por ação: 15
<p>Financiamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • OE, PO, PRR, FEADER
<p>Metas:</p> <p>2023-2030:</p> <ul style="list-style-type: none"> • (anual): Execução do diagnóstico para implementação no ano seguinte • 307 ações de formação, correspondentes a 80% de ações de formação executadas de acordo com diagnóstico. • 4599 formandos correspondentes a 80% de agentes qualificados por função/ atividade chave do PNQ_SGIFR.
<p>Fontes de informação</p> <ul style="list-style-type: none"> • A entidade responsável pela fonte de informação é a AGIF /Entidades do SGIFR.
<p>Outros projetos correlacionados a nível sub-regional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 4.1.1.1 Mapear as qualificações e os perfis profissionais de competências do SGIFR e elaborar referenciais de capacitação, reconhecimento e qualificação adequados. • 4.4.1.2 Rede de identidades formadoras/instituições de ensino e bolsa de formadores/professores credenciados.
<p>Cartografia correlata:</p> <p>Cartografia de planeamento:</p> <p>Cartografia de resultado:</p> <p>Não tem cartografia: X</p>
<p>Observações:</p>